



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Ciências Humanas - IH

Departamento de Serviço Social - SER

Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS

Dissertação de Mestrado

**Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan  
Fernandes**

Franklin Rabelo de Melo

Brasília

2018

Universidade de Brasília - UnB

Franklin Rabelo de Melo

**Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan  
Fernandes**

Brasília

2018

Franklin Rabelo de Melo

**Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan  
Fernandes**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivanete Salete Boschetti

Brasília

2018

## **Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivanete Salete Boschetti  
Orientadora - Docente PPGPS/UnB

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elaine Rossetti Behring  
Membro externo - Docente PPGSS/UERJ

---

Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador  
Membro interno - PPGPS/UnB

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Helena Stein  
Suplente/membro interno - PPGPS/UnB

*O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.*

(João Guimarães Rosa. *Grande sertão: veredas*)

*Mas, sejam quais forem as condições de minha morte, morrerei com uma fé inquebrantável no futuro comunista. Esta fé no homem e em seu futuro dá-me, mesmo agora, uma tal força de resistência como religião alguma poderia me fornecer.*

(Leon Trotsky. Coyoacán, 3 de março de 1940)

### **Agradecimentos**

À minha mãe, que sempre me apoiou em todos os sentidos. Aos meus amigos, companheiros de luta e de jornada. Ao Departamento de Serviço Social, seus professores, técnicos e estudantes. À Universidade de Brasília, onde passei alguns dos melhores anos de minha vida. À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Boschetti, pela motivação. À prof<sup>a</sup>. Morena Marques, que me inspirou a ocupar a pós-graduação. À classe trabalhadora, que tudo produz e a qual o futuro pertence.

MELO, Franklin Rabelo de. Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Guraduação em Política Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

**Resumo:**

Este trabalho procura apontar as incidências do pensamento de Leon Trotsky nas elaborações teóricas de Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestam Fernandes sobre a gênese e as particularidades da formação social brasileira. A partir da análise das principais obras dos autores, buscou-se extrair as categorias analíticas centrais em suas formulações, para em seguida indicar a relação entre os conceitos trotsksitas (a lei do desenvolvimento desigual e combinado, a teoria da revolução permanente, os fundamentos contidos no Programa de Transição e o conceito de bonapartismo *sui generis*) e as ideias de Caio Prado Júnior (colônia, nação e revolução), Ruy Mauro Marini (superexploração da força de trabalho e subimperialismo) e Florestan Fernandes (revolução dentro da ordem, revolução contra a ordem e autocracia burguesa).

Palavras-chave: Trotsky. Revolução Permanente. Formação social. Brasil.

MELO, Franklin Rabelo de. Trotskists occurrences in Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini and Florestan Fernandes. Dissertation (Masters in Social Policy) – Social Policy Postgraduate Program, Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

**Abstract:**

This work wants to indicate the occurrences of Leon Trotsky's thought in the theoretical elaborations from Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini and Florestan Fernandes about the genesis and particularities of the Brazilian social formation. From the analysis of the author's main works, there was made an effort to extract the central analytical categories in their formulations, to then indicate the relation between the Trotskyist concepts (the law of uneven and combined development, the theory of permanent revolution, the fundamentals contained in the Transitional Program and the concept of Bonapartism *sui generis*) and the ideas of Caio Prado Júnior (colony, nation and revolution), Ruy Mauro Marini (overexploitation of the labor force and subimperialism) and Florestan Fernandes (revolution within the order, revolution against the order and bourgeois autocracy).

Keywords: Trotsky. Permanent revolution. Social formation. Brazil.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Justificativa</b> .....	9
<b>Método e estrutura da dissertação</b> .....	13
<b>Breve histórico da corrente trotskista</b> .....	16
<b>Capítulo 1. Trotskismo: conceitos e formulações sobre a realidade brasileira</b> .....	20
<b>1.1. Lei do desenvolvimento desigual e combinado</b> .....	20
<b>1.2. Teoria da revolução permanente</b> .....	28
<b>1.3. Programa de Transição</b> .....	41
<b>1.4. Bonapartismo <i>sui generis</i></b> .....	47
<b>1.5. Etapismo e revolução permanente: o PCB e a Liga Comunista Internacionalista</b> .....	52
<b>Capítulo 2. O legado marxista dos autores brasileiros</b> .....	61
<b>2.1. Caio Prado Júnior: colônia, nação e revolução</b> .....	61
<b>2.2. Ruy Mauro Marini: superexploração da força de trabalho e subimperialismo</b> .....	87
<b>2.3. Florestan Fernandes: revolução dentro da ordem, revolução contra a ordem e autocracia burguesa</b> .....	107
<b>Capítulo 3. Incidências trotskistas nos autores brasileiros: uma revisão crítica</b> .....	125
<b>Considerações finais</b> .....	144
<b>Referências</b> .....	150

## **Introdução**

### **Justificativa**

A esquerda brasileira atravessa uma crise de grandes proporções, fruto do esgotamento do projeto que a embalou durante três décadas: a estratégia “democrático-popular”. Surgida das entranhas do chamado “Novo Sindicalismo”, essa estratégia tinha como eixos a luta econômica da classe trabalhadora em torno de pautas salariais, a mobilização democrática de massas contra a ditadura empresarial-militar e a construção de uma organização política independente do proletariado, que era o Partido dos Trabalhadores. Mas essa perspectiva estratégica, que também incorporava traços de um socialismo difuso, passou por um transformismo político ao longo dos anos. Como consequência da ofensiva neoliberal, da derrocada dos Estados pós-capitalistas no leste da Europa e de derrotas eleitorais sucessivas – mas também dos equívocos teóricos contidos em seu programa –, o PT assumiu uma estratégia de colaboração de classes, o que somada à adoção de uma linha de cooptação dos movimentos sociais, transformou-o em um partido da ordem (MARQUES, 2015).

O projeto petista teve oportunidade de pôr-se à prova durante os treze anos em que ocupou o poder, período no qual se tentou o complicado equilíbrio entre pequenas concessões para as camadas populares e uma política macroeconômica de privilegiamento do grande capital, representado pelos bancos, as grandes empresas e o agronegócio. Graças a uma situação internacional favorável – o superciclo das *commodities* – e ao aumento do salário mínimo acima da inflação, à formalização do emprego e às políticas sociais compensatórias, o crescimento do PIB pôde se traduzir em mobilidade social ascendente para milhões de pessoas provenientes das parcelas mais vulnerabilizadas da população (ARCARY, 2011; POCHMANN, 2012). A dinâmica positiva da economia brasileira permitiu que isso fosse atingido sem tocar as estruturas que tornam o Brasil um dos países mais desiguais do mundo. Ao contrário, tais estruturas foram reforçadas.

Para comprová-lo, basta citar os estímulos dados ao modelo agrário-exportador, com o consequente aumento da dependência do país frente aos grandes centros de decisão internacionais; a manutenção de um regime de tributação regressivo, que incide sobre o consumo (e não sobre a renda) e que por isso amplia as desigualdades entre ricos e pobres; e o aprofundamento do sistema rentista da dívida pública, responsável pela drenagem sistemática do fundo público e pela compressão dos investimentos estatais em políticas sociais. Esses elementos foram complementados pelas contrarreformas levadas a cabo pelo governo, como a da previdência e a universitária, e pela opção de “gestão” da extrema pobreza através de políticas sociais compensatórias, como o Bolsa Família.

Mas esse modelo de desenvolvimento acabou esbarrando nos limites do “capitalismo possível” em um país periférico. Assim que se verificaram os primeiros sintomas da grave crise internacional detonada em 2008-9, tentou-se contornar o problema apelando ao mercado interno, por meio da desoneração tributária das grandes firmas e do aumento da oferta de crédito a juros altos para os trabalhadores – intensificando com isso o desequilíbrio fiscal do Estado e o endividamento das famílias. A sobrevida proporcionada por esses estímulos não teve efeitos duradouros, e logo em 2012 a redução da demanda de produtos primários levou à desaceleração econômica, o que somado à retração dos investimentos e diminuição da arrecadação do Estado, precipitou a crise. A recessão instaurada em 2014 levou a uma forte queda do PIB nos dois anos seguintes, com consequente aumento do desemprego e aprofundamento nas iniquidades sociais correspondentes.

Durante os anos dourados do ciclo petista, enquanto a parcela mais superexplorada do proletariado ascendia socialmente – mesmo que a quase totalidade dos postos de trabalho criados (95%) estivessem concentrados em ocupações de baixa remuneração, de até 1,5 salário mínimo – e a grande burguesia ampliava sua dominação social, política e econômica, as camadas médias da população viram diminuir sua participação no produto nacional (ARCARY, 2011; POCHMANN, 2012). Assim, a despeito da ampliação do ensino superior (tanto público quanto privado), os setores sociais com maior escolaridade não foram contemplados pelo crescimento da economia. Essa situação transformou-se em um dos catalisadores tanto das Jornadas de Junho de 2013 quanto dos protestos reacionários pelo *impeachment* da presidenta Dilma, em 2015 e 2016.

Por outro lado, como a mobilidade social do proletariado se deu mediante sua inserção na esfera do consumo – o que levou muitos analistas a declarar a emergência de uma “nova classe média” –, e não da garantia de direitos sociais, o estreitamento das oportunidades causado pela crise produziu alterações em sua percepção sociopolítica. Com o advento da crise, os trabalhadores encontraram-se em uma situação em que seu nível de consumo diminuía, ao passo que os magros direitos assegurados pelo Estado Social brasileiro eram incapazes de impedir a queda de seu padrão de vida. A isso se somava o rebaixamento geral de sua consciência de classe, graças aos treze anos de governos baseados na colaboração entre capital e trabalho.

As explosões do proletariado e de parcelas das classes médias durante as Jornadas de Junho de 2013, impulsionadas pela crise do consumo coletivo nas grandes cidades, quebraram o monopólio de décadas que o petismo tinha sobre o movimento de massas no Brasil (MARICATO et al, 2013). No entanto, esse acontecimento não encontrou o sujeito político

capaz de transformar o protesto social em um projeto de superação consequente da estratégia “democrático-popular”, rumo à reelaboração político-programática da classe trabalhadora. A esquerda radical, acomodada à rotina parlamentar e sindical ao longo dos anos, percebeu que era impossível improvisar vínculos orgânicos de última hora com os “de baixo”; e como em política não existe vácuo, o polo liberal-conservador saiu fortalecido desse processo.

O afastamento entre o proletariado e o PT se ampliou após a eleição de 2014, quando Dilma ignorou as promessas de um “giro à esquerda” feitas durante a campanha e deu andamento a um ajuste de cunho neoliberal, apresentado como única forma de tirar o país da crise econômica. Como prova de sua submissão ao grande capital, indicou um conhecido nome do mercado financeiro para o Ministério da Fazenda, modificando ainda as regras de acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários. Era o princípio do fim. A apatia do proletariado, traído em suas esperanças após o “estelionato eleitoral” petista, coincidiu com a exasperação das camadas de elite das classes médias, mobilizadas numa espiral de manifestações reacionárias que pediam a queda do governo. A estratégia de conciliação de classes – uma conciliação muito desequilibrada, pois as concessões ao trabalho sempre foram irrisórias diante das imensas vantagens dadas ao capital – demonstrava toda sua fragilidade frente à crise capitalista.

O grande capital, que há muito pressionava pela radicalização do ajuste, aproveitou a situação para impô-lo diretamente. Apoiado num dos Congressos mais conservadores da história, nas grandes manifestações de classe média e contando ainda com o aval do judiciário e o apoio da grande mídia, utilizou um factóide – transfigurado em “crime de responsabilidade” – para derrubar a presidenta eleita e colocar em seu lugar o vice de sua chapa, muito mais alinhado com os interesses do mercado. Chegava ao fim a experiência “democrático-popular” de gestão do Estado burguês no Brasil.

Mas a crise da esquerda não se limita à atual ofensiva econômica sobre o trabalho nem à perseguição político-jurídica sobre as organizações operárias e populares. Tampouco essa crise se encerra na desmoralização e achincalhamento das principais figuras públicas do campo da esquerda, atualmente em curso. Ela é também uma crise teórica, visto que a realidade demonstrou de maneira cabal que sua grande aposta estratégica continha erros de princípio. É ilusório crer que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi mero acidente de percurso ou que poderia ter sido evitado caso o PT tivesse feito tal ou qual escolha tática, tivesse tomado essa ou aquela decisão de segunda ordem. A questão aqui tem raízes muito mais profundas. Um olhar mais atento sobre a história não deixa dúvidas: a generalidade dos

governos que buscaram conciliar capital e trabalho foram a antessala ou de *golpes de Estado reacionários* ou de *revoluções proletárias e populares*.

É nos marcos dessa crise teórica que se insere o presente trabalho. Afinal, toda crise é também o prelúdio da superação das condições que a criaram. A simples constatação de que os avanços mais importantes alcançados durante a era petista estão sendo destroçados pela crise econômica remete a duas conclusões incontornáveis. Em primeiro lugar, um projeto de esquerda que mereça esse nome não pode se limitar a pequenas mudanças “dentro da ordem”, que não atacam as regras do jogo capitalista. A vocação da esquerda deve ser a fundação de *um novo padrão civilizatório*, e não a manutenção do atual com pequenas modificações *que não tocam seus problemas de estrutura*. Em segundo lugar, é preciso repensar um projeto de esquerda para o Brasil. E o primeiro passo nessa direção deve ser o de encontrar, entre aqueles que mais se destacaram na análise das particularidades da formação social brasileira, os subsídios necessários para isso. Deve-se *retornar aos clássicos*.

Daí a opção por três autores que contribuíram significativamente para o pensamento crítico brasileiro: Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. O primeiro, considerado o maior historiador marxista do Brasil; o segundo, fundador de uma escola de pensamento (a “teoria da dependência”) que possui ramificações por toda a América Latina; o terceiro, nada mais nada menos que o patrono da moderna Sociologia brasileira. Cada qual pertencente a uma tradição teórico-política dentro do campo do marxismo, e por isso portador de ideias originais a respeito de diferentes fenômenos da vida social brasileira. O rigor metodológico e a sobriedade de suas observações, no entanto, fazem do conjunto de suas obras uma referência obrigatória para qualquer estudo sério sobre a gênese e a formação social do país.

Por outro lado, o Brasil não é uma ilha. Sua conquista e colonização, seus sucessivos ciclos econômicos, os percalços de seu processo de industrialização, sua entrada na era do capital monopolista, as diferentes formas de regime político por que passou, seus diferentes governos, as transformações em sua estrutura de classes, em suma, *sua história*, só podem ser compreendidos à luz dos grandes acontecimentos histórico-mundiais, dos quais é tributário. Desse modo, é dentro de uma perspectiva internacionalista, e não endógena, que aquelas particularidades devem ser analisadas. E dificilmente poderá ser encontrado, entre todos os teóricos marxistas, um autor que tenha dado mais atenção à dinâmica mundial do capitalismo (seja em seu aspecto puramente econômico ou em suas reverberações sociopolíticas) que Leon Trotsky. Por isso, é a partir de seus escritos e da tradição teórico-política inaugurada por ele que a tríade de autores brasileiros será abordada.

Este trabalho não tem a pretensão de dar uma resposta definitiva a todas as angústias suscitadas pela crise da esquerda. Tampouco procura oferecer um programa pronto e acabado que dê conta dos difíceis desafios colocados pela realidade. Essas tarefas pertencem aos partidos de esquerda e aos movimentos sociais, que devem encontrar seu caminho através da elaboração coletiva sobre a luta de classes. O objetivo desta dissertação é muito mais modesto: consiste em indicar as incidências do pensamento trotskista sobre a produção teórica de Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. Dessa forma, pretende-se resgatar a contribuição que esses autores deram ao entendimento do que é o Brasil, por meio do estudo de suas principais categorias analíticas, e também abrir uma via de investigação para pesquisas subsequentes, que possam preencher as possíveis lacunas e equívocos cometidos pelo autor, em função de suas infundáveis debilidades. Somente num plano muito secundário pode-se falar da produção de subsídios que auxiliem à reelaboração político-programática da esquerda, dentro das conclusões gerais apresentadas pela pesquisa.

### **Método e estrutura da dissertação**

Realizada essa introdução geral, cabe discutir a questão do método. Este ocupa papel central em qualquer pesquisa. A escolha do método vai determinar não apenas os resultados a serem obtidos, mas o próprio curso do processo de investigação. Ora, o autor não deve adotar arbitrariamente o método que melhor corresponda a seus desejos e crenças pessoais; aquele é demandado pelo próprio objeto de pesquisa sobre o qual se debruça, do contrário perde-se o sentido de objetividade. Mais do que isso: a separação entre método e objeto só pode ter um caráter estritamente analítico, já que o objetivo da pesquisa é justamente reproduzir idealmente o movimento do real. Em outros termos: na pesquisa, cabe esmiuçar a lógica do objeto, não a lógica “em geral”.

Para o presente trabalho, optou-se pela utilização do método marxista. Este é o produto de um longo processo de elaboração teórica, em que se verifica a influência decisiva da filosofia idealista alemã, da economia política inglesa e do socialismo utópico francês – suas três “fontes” (LENIN, 1986). Foi a partir da crítica dessas correntes que Marx alicerçou os fundamentos de sua análise da sociedade burguesa. Contudo, a crítica deve ser entendida aqui de modo distinto de como é definida pelo senso-comum.

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites*, - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse

conhecimento a partir dos processos históricos reais. (NETTO, 2011, p. 18. Itálicos do autor)

Não se trata da simples negação do legado intelectual da Modernidade, mas sim de sua reelaboração crítica, a partir da qual emerge uma nova teoria social, cujo objeto central é a sociedade burguesa. Mas em Marx, “teoria” também possui um sentido particular em relação às demais correntes filosóficas. Marx não busca uma descrição meticulosa de seu objeto, baseada em modelos explicativos que tentam dar cabo de relações causais. Em Marx,

[...] “conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”, enquanto teoria é “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (Ibid., p. 20, 21. Itálicos do autor).

Importante destacar que essa objetividade, já referida, não significa qualquer tipo de “imparcialidade” – que por definição é impossível em uma sociedade de classes. Afinal, não pode existir distanciamento efetivo entre sujeito e objeto no campo das ciências humanas, pois o primeiro está contido no segundo.

Partindo da aparência do objeto, ou seja, de suas manifestações empíricas, o método marxista busca desvelar seus fundamentos estruturais e sua dinâmica – numa palavra, sua essência. Num segundo momento, busca-se fazer o caminho inverso, retornando à aparência do objeto. Segundo Harvey,

[...] partimos da realidade imediata ao nosso redor e buscamos, cada vez mais profundamente, os conceitos fundamentais dessa realidade. Uma vez equipados com esses conceitos fundamentais, podemos fazer o caminho de retorno à superfície – o método de ascenso – e descobrir quão enganador o mundo das aparências pode ser. (HARVEY, 2013 p. 18)

O método de exposição difere do método de pesquisa. Enquanto na pesquisa parte-se da aparência do objeto rumo à sua essência, na exposição é o resultado da investigação que constitui o ponto de arranque. Harvey ilustra essa diferença recorrendo à metáfora da “cebola”: “Marx parte do interior da cebola, removendo as camadas externas da realidade até atingir o centro, o núcleo conceitual. Em seguida, encaminha a argumentação para fora, retornando à superfície através de várias camadas de teoria” (Ibid., p. 18). A apreensão da essência do objeto na obra marxiana só é possível, portanto, mediante o retorno à aparência, no ato final da exposição. Já que o concreto é uma síntese, o resultado de múltiplas

determinações, cabe primeiro identificar cada uma dessas determinações mediante a análise, para que o concreto deixe de se apresentar como um todo caótico e passe a revelar sua lógica e processualidade reais, ou seja, históricas. Esse movimento é possível graças ao recurso à abstração: Marx busca “isolar” os elementos constituintes da totalidade na qual se inserem, a fim de refletir na consciência as determinações do real.

A busca da essência do objeto constitui um movimento de aproximações sucessivas, em que o pesquisador desempenha papel ativo. O analista apropria-se do objeto recolhendo o máximo de informações disponíveis, a partir das mais diversas técnicas e procedimentos existentes. Por fim, a comprovação da teoria ocorre não no circuito fechado das ideias, mas na confrontação entre os resultados obtidos e a *práxis* social. É a própria dinâmica societária que vai confirmar ou negar a elaboração teórica.

Marx parte sempre dos homens em seu processo real de produção para daí extrair as categorias teóricas com as quais opera. A sociedade é o resultado das interações e relações entre seus membros, interações estas condicionadas por uma base material específica: o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Por isso, a análise é sempre histórica, não se atendo a conceitos gerais e abstratos que abarcam o homem independentemente de sua localização concreta no tempo e no espaço. A produção material é o ponto de partida e também o de chegada, momento em que todo o processo social recomeça. Esse modo materialista de pôr a questão inverte a lógica idealista, na medida em que a consciência e autoimagem que os homens têm de si são aterradas, ou em outros termos: a autonomização das formas de consciência é excluída, pois o que interessa é estabelecer as conexões entre essas formas e o processo real de produção do ser. Afinal, só pode existir consciência se existe o ser consciente. Nessa trilha, o *trabalho* é identificado como categoria central da análise.

Por fim, os instrumentos e técnicas de pesquisa não podem ser confundidos com o método. Sabe-se que os mesmos instrumentos e técnicas (por exemplo: questionários, estatísticas etc.) podem ser utilizados por autores de filiação metodológica diametralmente oposta. Tomados em si mesmos, esses meios de pesquisa são neutros. Para o presente trabalho optou-se pela revisão bibliográfica de obras selecionadas, a partir de uma perspectiva crítica – no sentido marxiano da palavra. Trata-se de um trabalho de compilação da produção teórica acerca do desenvolvimento capitalista no país e das perspectivas de sua transformação revolucionária, que também pretende abordar as implicações dos conceitos extraídos da análise no Brasil contemporâneo, calcado em um referencial trotskista. Nesse sentido,

configura-se como pesquisa de natureza qualitativa, cujas fontes primárias remetem aos autores citados e as fontes secundárias – ou bibliografia crítica – a analistas desses autores.

“O marxismo é sobretudo um método de análise – não da análise de textos, mas das relações sociais” (TROTSKY, 2011a, p. 73). Essa afirmação do jovem Trotsky pode parecer entrar em contradição com os procedimentos metodológicos adotados (compilação de textos e revisão bibliográfica), ou mesmo ser interpretada como uma atitude abertamente anti-intelectual – principalmente quando se consideram as complicadas relações constituídas entre o bolchevismo e a *intelligentsia* russa. Na verdade, o contexto de onde se retirou a frase aponta numa direção contrária: com ela, Trotsky procura demonstrar que o dogmatismo dos incrédulos de uma revolução socialista na Rússia, que costumavam se aferrar como beatas a determinados textos de Marx e Engels, não servia para absolutamente nada. Para não enrijecer e deixar de ser útil, a teoria deve cotejar minuciosamente os textos com os fatos, ampliando as linhas de investigação abertas por eles, enriquecendo-os com novas descobertas provenientes da vida real. Esse exercício constante impede que a teoria degenera em proselitismo. Sob essas condições, o marxismo é também um método de análise de textos.

Quanto à estrutura da dissertação, esta será dividida em três capítulos. O primeiro apresentará os principais conceitos e ideias do trotskismo (lei do desenvolvimento desigual e combinado, revolução permanente e Programa de Transição), seguidos por uma categoria especificamente elaborada por Trotsky para os países latino-americanos (o bonapartismo *sui generis*) e pela primeira tentativa de interpretação da formação social brasileira dentro de uma perspectiva trotskista, realizada pelos fundadores dessa corrente no Brasil. O segundo capítulo abordará os principais conceitos teóricos desenvolvidos por Caio Prado Júnior (nação, colônia e revolução), Ruy Mauro Marini (superexploração da força de trabalho e subimperialismo) e Florestan Fernandes (revolução dentro da ordem, revolução contra a ordem e autocracia burguesa). O último capítulo indicará as incidências dos conceitos trotskistas na produção da tríade de autores brasileiros, no que tange à sua contribuição para a elucidação da realidade do país. Por fim, o trabalho conta ainda com algumas considerações finais.

### **Breve histórico da corrente trotskista**

Feitas essas observações, cabe um pequeno resumo da trajetória das ideias trotskistas no Brasil e no mundo, a fim de situar historicamente o leitor ao longo das páginas que se seguem. O período escolhido corresponde à primeira fase do trotskismo, compreendendo os anos que vão de 1923 até 1940 – quando Trotsky é assassinado por um agente stalinista, no México. Essa escolha decorre de duas considerações. Em primeiro lugar, apesar dos conflitos

anteriores entre ambos, a Revolução de Outubro apagou todas as diferenças de relevo entre Lenin e Trotsky. Por isso, somente no contexto do início da ascensão da burocracia stalinista e da resistência contra ela, o trotskismo é discriminado como uma corrente específica do movimento operário. Em segundo lugar, por mais de uma vez as posições pessoais de Trotsky, em vida, divergiram daquelas defendidas pelos grupos “trotskistas”. Se isso ocorria enquanto Trotsky estava vivo, é de se imaginar as profundas deformações que ocorreram após sua morte.

O “trotskismo” surge em 1923, no contexto das lutas internas do Partido Comunista da União Soviética. Na verdade, a burocracia que começava a se apoderar do Partido, suprimindo toda a crítica e restringindo cada vez mais sua democracia interna, criou o termo em referência à principal figura oposicionista da época. Em 1926, Trotsky une-se à Oposição de Leningrado (de Zinoviev e Kamenev) na Oposição Unificada, que é desligada do PCUS no ano seguinte. Após sua expulsão da União Soviética em 1928, Trotsky empenha-se na criação de uma Oposição de Esquerda Internacional no interior da Internacional Comunista (*Comintern*). Seus partidários defendem uma reforma da *Comintern* e criticam a política oportunista da direção stalinista, mas não propõem a criação de uma nova Internacional.

As críticas se dirigem sobretudo à política do comitê sindical anglo-russo, à submissão do Partido Comunista Chinês ao *Kuomintang* (o partido da “burguesia nacional” chinesa) e à política econômica soviética, baseada na teoria do “socialismo em um só país” – contra a qual Trotsky e seus partidários opunham a *teoria da revolução permanente*. Mesmo formalmente expulsos, os oposicionistas se consideram membros da Internacional e de suas seções nacionais. As organizações da Oposição chegam a ser maiores que as seções oficiais da *Comintern* em países como Polônia, Tchecoslováquia, Grécia, Espanha, Cuba e Chile. (BROUÉ, 2007, s.d.a; CAMPOS, 1983)

Foi a partir do VI congresso da *Comintern*, realizado no verão de 1928, que o stalinismo passou a implementar a política do chamado “terceiro período”. Esta caracterizava a situação mundial como de derrocada final do capitalismo e de iminência da revolução internacional. No entanto, o caráter dessa revolução nos países atrasados não seria socialista, e sim “agrária e antiimperialista”. Essa formulação levou os partidos comunistas das nações subdesenvolvidas a adotarem uma estratégia de frente única com suas respectivas burguesias nacionais, com o objetivo de combater o “feudalismo”. Nos países avançados, a consequência prática dessa linha foi uma atividade política marcada pelo sectarismo e ultraesquerdismo. Na Alemanha em particular, o partido stalinista acusava a socialdemocracia de ser a “ala

esquerda do fascismo”, chegando a fazer unidade de ação com os nazistas para combater os socialdemocratas (BROUÉ, 2007, s.d.a; CAMPOS, 1983; COGGIOLA, 1984).

Essa política trouxe consequências sérias. Após a recusa do stalinismo em batalhar pela construção de uma frente única operária com o partido socialdemocrata (a política defendida pela Oposição), Hitler chega ao poder na Alemanha em 1933, jogando na ilegalidade as organizações de esquerda e perseguindo os comunistas (BROUÉ, 2007, s.d.b). Diante dessa imensa catástrofe, em agosto de 1933 uma conferência entre três partidos socialistas e a Oposição decide iniciar a luta por uma nova Internacional. Esta seria fundada em setembro de 1938, recebendo o nome de IV Internacional (CAMPOS, 1983; COGGIOLA, 1984).

Após a derrota alemã, em 1935 a *Comintern* realiza seu VII congresso e dá um novo giro (dessa vez de direita), abandonando sua postura sectária do “terceiro período” e aprovando a política das “frentes populares”. Este nome remonta ao governo de coalização surgido na França em 1936, fruto da conformação de uma frente única entre comunistas, socialdemocratas e setores burgueses ditos “progressistas”. Seu objetivo declarado era combater o crescimento do fascismo; mas as frentes populares entraram para a História como governos de conciliação de classes, que reúnem organizações operárias e burguesas e possuem um programa moderado, visando desmoralizar e desmobilizar o proletariado (BROUÉ, 2007).

Uma das organizações oposicionistas mais fortes surgidas durante essa primeira fase do trotskismo foi justamente a brasileira. O Grupo Comunista Lenin (GCL) apareceu a partir da fusão de dois grupos políticos que romperam com o Partido Comunista do Brasil<sup>1</sup> em 1928. O primeiro, liderado por Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta, era a Oposição Sindical, que havia saído do partido acusando-o de aparelhamento dos sindicatos. O segundo era constituído por jovens intelectuais que discordavam da linha nacionalista do PCB e de sua aproximação com a Coluna Prestes. Seus nomes mais importantes eram Livio Xavier e Rodolfo Coutinho (COGGIOLA, 1984).

A fusão ocorreu por iniciativa de Mário Pedrosa. Na época, este havia sido enviado à URSS por decisão do PCB, mas acabou ficando na Alemanha por problemas de saúde, onde tomou contato com a Oposição. Em seu regresso, uniu os grupos dissidentes no GCL, que

---

<sup>1</sup> Em 1960, o Partido Comunista do Brasil (PCB) muda de nome para Partido Comunista Brasileiro, com o objetivo de provar seu caráter “nacional” para as autoridades brasileiras e obter a legalização. A sigla, no entanto, permaneceu a mesma (CHILCOTE, 1982). As referências subsequentes ao Partido Comunista do Brasil (PCB) referem-se à agremiação fundada em 1922 por um grupo de ex-anarquistas e reconhecida como seção brasileira da *Comintern*, e não ao racha dos anos 1950, que deu origem ao PCdoB.

depois passou a se chamar Liga Comunista Internacionalista. Aliás, Mário Pedrosa foi o único latino-americano presente no congresso de fundação da IV Internacional, representando os grupos de todo o continente. Sob o pseudônimo de Lebrun, foi eleito para seu Comitê Executivo, junto ao próprio Trotsky, James Cannon, Ta Thu Thau e outros (CAMPOS, 1983; COGGIOLA, 1984).

O principal feito político da LCI foi tomar a iniciativa da construção da chamada Coligação das Esquerdas, cujo objetivo era combater o movimento integralista (o “fascismo brasileiro”). A Coligação, fundada em 1934, reunia trotskistas, anarquistas, socialistas, grupos operários e até mesmo a direção do PCB de São Paulo, que era dirigido por Hermínio Sacchetta. Essa política estava em conformidade com a linha da Oposição de Esquerda Internacional, que defendia a construção de uma frente única operária na Alemanha, como forma de impedir a ascensão de Hitler. Em 7 de outubro de 1934, a Coligação das Esquerdas convocou uma contramanifestação na Praça da Sé, em resposta ao comício organizado pelos integralistas. Houve choque entre os dois grupos (inclusive com armas de fogo), que deixaram vários feridos e um morto. No fim, a Coligação saiu-se vitoriosa: os integralistas fugiram desesperados, jogando suas camisas verdes ao chão, no episódio que ficou conhecido como “A Revoada dos Galinhas Verdes” (Ibid.; Ibid.).

Após um período de reação, desencadeado pelo fracasso do levante da Aliança Nacional Libertadora de 1935, Pedrosa e a Oposição Classista do PCB fundam o Partido Operário Leninista, em 1937. Nas eleições de 1938, o POL lançou a candidatura simbólica de Luís Carlos Prestes, enquanto o PCB apoiava José Américo, um candidato burguês. Essa política do PC, junto ao papel que este atribuía à burguesia nacional, provocou a ruptura do Comitê de São Paulo – que na prática era uma tendência liderada por Sacchetta. Em 1938, o POL e o grupo de Sacchetta fundem-se no Partido Socialista Revolucionário, reconhecido como seção brasileira da IV Internacional (Ibid; Ibid).

## **Capítulo 1. Trotskismo: conceitos e formulações sobre a realidade brasileira**

Neste capítulo, serão abordados quatro conceitos trotskistas que auxiliam a compreensão das particularidades dos países de capitalismo periférico, coloniais e semicoloniais, em seu processo de formação sócio-histórica: a lei do desenvolvimento desigual e combinado, a teoria da revolução permanente, o *Programa de Transição* e o bonapartismo *sui generis*. Este último conceito foi elaborado por Trotsky durante seu exílio no México, e diz respeito justamente às especificidades da estrutura de classes e da superestrutura política dos países que compõem o continente latino-americano. Ao final do capítulo, serão apresentadas as formulações dos primeiros trotskistas do Brasil, em que estes procuram utilizar os conceitos expostos no sentido de elucidar as características particulares da realidade brasileira.

### **1.1. Lei do desenvolvimento desigual e combinado**

Como o próprio nome sugere, esse primeiro conceito se dá a partir da junção de duas leis ou tendências históricas: a lei do desenvolvimento desigual e a lei do desenvolvimento combinado. Uma vez que o fator mais importante da história é o domínio do homem sobre as forças produtivas<sup>2</sup>, processam-se diferenças nos graus de crescimento da vida social de acordo com o desenvolvimento maior ou menor dessas forças (em função da diversidade nas condições naturais e históricas). Essas diferenças, por sua vez, condicionam fases expansivas ou compressivas nas diversas sociedades. A desigualdade advinda daí opera-se tanto no interior de um Estado quanto nas relações internacionais, produzindo diferenças substanciais entre ramos econômicos, classes sociais e culturas. Esta é a lei do desenvolvimento desigual. Em consequência, etapas inferiores e superiores do desenvolvimento histórico podem se combinar, produzindo sínteses contraditórias e formações qualitativamente novas – o que constitui a lei do desenvolvimento combinado (NOVACK, 1988, pp. 9-10)

As investigações de Trotsky acerca das manifestações concretas dessa lei são muito fecundas, particularmente as que dizem respeito à realidade da Rússia. Em seu *Balanço e Perspectivas*, o autor analisa a formação social desse país de um modo bastante inovador. Para ele, não se trata de estabelecer uma gradação de etapas sucessivas (escravismo,

---

<sup>2</sup> O conceito de forças produtivas inclui a força de trabalho e os meios de produção (máquinas, matérias-primas e materiais acessórios). Dentro disso, o desenvolvimento das forças produtivas implica em transformações no processo de trabalho que conduzem ao aumento de sua produtividade e, chocando-se com as relações de produção existentes, à revolução social – embora essa interpretação seja alvo de controvérsia entre vários autores marxistas (BOTTOMORE, 1988, p. 157-9).

feudalismo e capitalismo), mas sim de compreender de que maneira as diversas fases do desenvolvimento histórico se combinavam naquela formação social particular.

O “primitivismo” e “lentidão” do desenvolvimento social russo, causados pelas condições naturais e baixa densidade demográfica do país, explicam seu relativo atraso em relação à Europa e o penoso processo de formação das classes sociais. Trotsky assinala a discrepância entre a organização do Estado e a base econômica da sociedade russa. Tendo de se confrontar com a Europa, o Estado russo precisou se desenvolver acima e às custas das forças produtivas precárias de que dispunha. Aqui, o autor foge de qualquer determinismo economicista: a sociedade não sucumbiu porque o Estado russo cresceu exageradamente sob a pressão dos Estados ocidentais, que repousavam sobre bases econômicas muito mais avançadas. É, portanto, o fator político, e não o econômico, que ocupa o centro – pois em sua visão, o Estado “não é, de modo algum, um reflexo passivo dos fenômenos econômicos” (TROTSKY, 2007, p. 46). Nessas circunstâncias, surgia uma necessidade imperiosa. Exaurindo os recursos da economia russa, o Estado foi impelido a fomentar a estratificação social, da qual depende a produção do excedente econômico apropriável pelas classes e camadas não produtoras. Perseguindo esse objetivo, começa a fomentar o capitalismo a partir do século XVI; por isso este “aparece como um filho do Estado”. (Id., 2011a, p. 44).

Em *História da Revolução Russa*, Trotsky dá continuidade a essa análise. Por que um país atrasado como a Rússia foi o primeiro em que o proletariado tomou e pôde conservar o poder político? O autor busca a resposta justamente naquelas particularidades já referidas: a lentidão do desenvolvimento da Rússia, que produziu “uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural” (Id., 1978, p. 23). Como em *Balanço e Perspectivas*, o autor atribui parte desse atraso às condições naturais do país: sua gigantesca extensão territorial, que o tornava exposto às migrações asiáticas (e, evidentemente, à luta contra os nômades) e o “clima rigoroso”, a partir do qual desenvolveu-se uma agricultura extensiva (e não intensiva). Enquanto os bárbaros ocidentais puderam partir do legado dos povos romanos para estruturar sua sociedade, os eslavos não tinham em quem se apoiar, já que seus antecessores eram menos desenvolvidos do que eles. Nos países europeus, barreiras naturais criaram aglomerações propícias ao desenvolvimento do comércio; já na Rússia, a “grande planície” favorecia a dispersão da população num território descomunal. Esse desenvolvimento desigual da Rússia frente ao ocidente e ao oriente produziu uma formação social *intermediária*, e que também assimilou características de ambos: os tártaros contribuíram para a estruturação do Estado, ao passo que do ocidente se importavam as inovações técnicas (Ibid., p. 23).

“Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado” (TROTSKY, 1978, p. 24). Essa assimilação das últimas conquistas econômicas e culturais da humanidade não constitui uma “opção”, mas sim uma imposição guiada pela necessidade externa. Pode-se dizer que os países atrasados têm nisso um privilégio que lhes permite, sob certas circunstâncias, superar os avançados – e a história está cheia de casos assim. Mas essa combinação se dá de forma contraditória. Na Rússia, por exemplo, a assimilação de caracteres ocidentais (técnica, manufatura, arte militar etc.) contribuiu para reforçar o regime de servidão e o czarismo, devido ao baixo nível econômico e cultural do país: o moderno serviu ao arcaico, principalmente no que se refere à organização do trabalho. Houve um rebaixamento das conquistas ocidentais, que em solo russo configuraram-se de forma absolutamente original. É nesse ponto que Trotsky formula de modo consciente o conceito que guiou seu pensamento até aqui:

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (Ibid., p. 25. Itálicos do autor)

A introdução da indústria moderna na Rússia, saltando as etapas do artesanato e da manufatura, permitiu um rápido desenvolvimento industrial em seus primeiros anos. Em alguns casos, sua produção era superior à dos países avançados. A concentração operária em cidades como Moscou e São Petersburgo, fruto da assimilação dos métodos e técnicas mais avançados, era realmente impressionante, assim como a participação estrangeira nessa indústria – o que consolidava a impotência social e política da burguesia nacional. A grande concentração da indústria também tornava pouco significativa a importância das classes intermediárias das cidades: a oposição visível era desde o início entre burguesia e proletariado. Essa mesma burguesia também não podia dar uma solução conseqüente ao problema dos camponeses, em função de seus interesses comuns com os grandes proprietários

e de seu medo diante de um possível abalo em todas as formas de propriedade, incluindo a sua própria (TROTSKY, 1978, pp. 25-9). Comentando a singularidade do desenvolvimento capitalista na Rússia, diz Mandel:

Numa época em que o desenvolvimento “orgânico” do capitalismo russo ainda estava em sua infância, quando uma classe de operários que produziam mercadorias por processos artesanais, e de pequenos capitalistas, mal havia começado a surgir na indústria ligeira, a ação conjunta do Estado e do capital estrangeiro havia enxertado na atrasada economia russa várias indústrias pesadas em grande escala, que concentravam a maioria dos assalariados. (MANDEL, 1980, p. 14)

O gigantesco Estado russo, a fim de suprir suas próprias necessidades frente à concorrência dos países ocidentais, economicamente muito mais avançados, fomentou o capitalismo e o sistema de classes em associação com o capital estrangeiro. Assim, concentrou em seu território um contingente operário numeroso, enquanto reduzia a burguesia nacional à insignificância política, social e econômica. A maioria camponesa, que ansiava pela resolução da questão agrária, viu suas expectativas frustradas por essa burguesia, cujos interesses se ligavam intimamente aos dos grandes proprietários rurais. As nacionalidades oprimidas, diante da nova sociedade que se formava, não viam solução satisfatória para seus problemas, e continuavam subjugadas pelo imenso aparato burocrático czarista. Todas essas contradições acumuladas foram detonadas pela Primeira Guerra Mundial, com o proletariado se apresentando como líder das classes e setores oprimidos. Resumidamente: o triunfo do proletariado em Outubro foi produto do incomensurável atraso da Rússia dos czares.

Trotsky aplicou a lei do desenvolvimento desigual e combinado de maneira brilhante na análise da formação social da Rússia, mas jamais chegou a sistematizar sua teoria. Coube a George Novack essa tarefa. Em *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade* (1988), o filósofo norte-americano procura extrair as principais conclusões de Trotsky sobre o assunto, enriquecendo a teoria e expandindo-a para outros países, épocas históricas e áreas do conhecimento humano.

De acordo com Novack, a lei do desenvolvimento desigual e a lei do desenvolvimento combinado expressam uma lei da lógica dialética, chamada “lei da interpenetração dos opostos”: dois aspectos opostos da realidade que se relacionam e se interpenetram (Ibid., pp. 45-6). Segundo ele, os gregos antigos fizeram as primeiras observações sobre esse conceito, embora sua aplicação “em primeiro plano” tenha sido realizada somente por Marx e Engels – que, por sua vez, basearam-se em Hegel. Exemplificando o conceito a partir da análise lenineana sobre o processo revolucionário russo, Novack atribui à “conjuntura histórica

incomum”, criada pela sobreposição de diversas etapas históricas, a vitória da Revolução de Fevereiro. Essa “conjuntura incomum” resultou numa ampla unidade de ação entre forças sociais antagônicas (que iam de um setor da nobreza e do imperialismo ao movimento operário). Nessa conjuntura, os problemas não resolvidos de diferentes fases do desenvolvimento histórico russo eclodiram num grande movimento de massas, em fevereiro de 1917. A queda do Czar, por sua vez, produziu uma nova desigualdade entre as condições objetivas favoráveis para a tomada do poder pela classe operária e o atraso subjetivo das massas e de sua direção revolucionária, cujo desenvolvimento contraditório ao longo dos meses que se seguiram acabou culminando na Revolução de Outubro. (NOVACK 1988, pp. 11-4)

Mas Novack não se detém em discutir Sociologia, Economia, História e política. Discorrendo sobre a aplicação da lei do desenvolvimento desigual e combinado no mundo natural, o autor afirma que

[...] todos os elementos constituintes de um objeto, todos os aspectos de um acontecimento, todos os fatores de um processo em desenvolvimento não se realizam na mesma proporção ou em igual grau. Mais ainda, sob diferentes condições materiais, as mesmas coisas exibem diferentes proporções e graus de crescimento. Qualquer camponês ou trabalhador urbano sabe disso. (Ibid., pp. 15-6)

Do ponto de vista da evolução das espécies, existiria também uma variação relativa às proporções que pode ser verificada no registro fóssil, com as partes e caracteres dos seres vivos evoluindo em proporções bastante diferentes ao longo do tempo – e de acordo com o meio ambiente. As irregularidades do desenvolvimento também se aplicam aos espécimes individuais, como constata a embriologia, já que os órgãos geralmente se desenvolvem em proporções e ritmos distintos. (Ibid., pp. 15-8)

Voltando ao domínio da história, observa o autor que as sucessivas fases de desenvolvimento das sociedades primitivas correspondem ao seu respectivo controle sobre as forças de produção material. Além disso, diversas formações sócio-históricas passaram por essas fases em tempos e ritmos muito diferentes entre si – o que revela, de um lado, a tendência ao domínio sobre a natureza por meio do trabalho e, de outro, a diversidade de condições materiais (ambientais, econômicas e outras) com as quais se defrontou a humanidade em seu longo percurso. No que se refere à evolução das formações sociais primitivas,

Os diversos elementos da existência social apareceram em tempos diferentes, evoluíram em proporções enormemente distintas e se desenvolveram, sob distintas

condições, em graus diferentes. Os arqueólogos dividem a história humana em Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro, em função dos principais metais usados na fabricação de ferramentas e armas. Essas três etapas de desenvolvimento tecnológico tiveram imensas diferenças temporais de duração. A Idade da Pedra durou cerca de novecentos mil anos; a Idade do Ferro tem menos de quatro mil anos. Contudo, os diversos grupos do gênero humano atravessaram essas etapas em diversas épocas, em várias partes do mundo. A Idade da Pedra acabou por volta de 3.500 A.C. na Mesopotâmia; cerca de 1.600 A.C. na Dinamarca; em 1492 na América e ainda não se encerrara em 1.800 na Nova Zelândia. (NOVACK. 1988, pp. 19-20)

A diferença de classificação entre a selvageria (que se estendeu por centenas de milhares de anos) e barbárie (datada de oito mil anos A.C.), por exemplo, baseia-se fundamentalmente no desenvolvimento daquelas forças de produção. Enquanto na selvageria a satisfação das necessidades se dava a partir da coleta, caça e pesca, a barbárie desenvolveu uma produção regular e crescente de alimentos (animais e vegetais) que revolucionou as formas sociais. Existia ainda, dentro da etapa da barbárie, especialização, com tribos puramente pastoris e povos cuja vida econômica era totalmente voltada à agricultura, com desenvolvimentos unilaterais em função do tipo específico de produção. A dificuldade de assimilação da agricultura pelos povos pastoris, por um lado, e a facilidade de incorporação da pecuária a seu modo de vida pelos povos agricultores, por outro, determinou o florescimento dos segundos – que mesclavam o cultivo de vegetais com a criação de animais, e incorporavam animais de tração à agricultura – e a queda dos primeiros. Portanto, a desigualdade entre povos diferentes ocasionou uma combinação de dois tipos de produção, cujo resultado foi o surgimento da civilização em países como Egito, Índia e China. (Ibid., pp. 19-22)

Na América, o encontro de povos que possuíam níveis de desenvolvimento socioeconômico díspares teve um desfecho dramático. A conquista do continente pelos europeus foi um brutal confronto entre formações sociais radicalmente desiguais, com evoluções separadas por milênios. A superioridade econômico-militar dos europeus e a enorme desigualdade entre populações cujo domínio sobre as forças de produção era abissal entrou para a história como escravização e genocídio.

Naquele momento a Idade da Pedra chocou-se com o final da Idade do Ferro e o começo da mecanização. Na caça e na guerra, o arco e a flecha tiveram que competir com o mosquete e o canhão; na agricultura, a enxada e o bastão, com o arado e os animais de tração; no transporte aquático, a canoa com o navio; na locomoção terrestre, as pernas humanas com o cavalo e os pés descalços com a roda. Na

organização social, o coletivismo tribal com as instituições e costumes feudal-burgueses; a produção para o consumo imediato da comunidade contra uma economia monetária e o comércio internacional. (NOVACK, 1988, p. 23)

Também no continente americano, a história dos Estados Unidos desde o século XVI até o XIX foi a luta para alcançar e superar a Europa. Ali, a superioridade dos colonos sobre os índios não garantia a superioridade daqueles sobre sua metrópole. Foram necessárias duas revoluções para isso: a Guerra de Independência, que produziu instituições mais avançadas que as europeias e preparou o caminho para a expansão econômica, e a Guerra de Secessão, que garantiu a vitória das forças industriais nortistas contra o sul escravocrata<sup>3</sup> (Ibid., pp. 25-6). Já no começo do século XIX, EUA e Inglaterra operavam sob as mesmas leis do capitalismo industrial. Porém, uma vez que as condições em que se encontravam ambos os países eram muito diferentes, seus resultados também eram diferentes. A indústria têxtil inglesa e sua demanda por produtos agrícolas estimulavam a agricultura dos EUA, enquanto prejudicavam os agricultores da própria Inglaterra (Ibid., p. 35-6). A explicação para essa discrepância está na combinação de fatores específicos de cada país, que fez com que as mesmas causas, que atuavam em ambos, produzissem sínteses muito distintas.

A regra que diz que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos não é incondicional e geral. A lei só é válida quando a história produz as mesmas condições, mas geralmente há diferenças para cada país e constantes mudanças e intercâmbios entre eles. As mesmas causas básicas podem conduzir a resultados muito diferentes e até opostos. (Ibid., p. 35)

O capitalismo passou por fases sucessivas em seu desenvolvimento (comercial, industrial, financeira e estatal monopolista) em todo o mundo. Dos países mais avançados aos mais atrasados, a estrutura capitalista foi imposta, dentro de uma divisão internacional do trabalho, embora cada país participe de maneira particular do sistema mundial. Quanto mais o capitalismo se expandiu pelo mundo, mais desigualdades surgiram entre os países, apesar da interdependência do mercado mundial. É daí que resulta o caráter desigual e ao mesmo tempo complementar das economias nacionais (Ibid., p. 34-5). Para Trotsky,

O capitalismo encontra várias partes da humanidade em diferentes estágios de desenvolvimento, cada qual com suas profundas contradições internas. A extrema diversidade de níveis atingidos e a extraordinária desigualdade no ritmo de desenvolvimento das diferentes partes da humanidade durante várias épocas são o

---

<sup>3</sup> A Guerra de Secessão, aliás, é um bom exemplo de como as desigualdades do progresso histórico podem se manifestar não só entre nações diferentes, como também no interior de um mesmo país.

ponto de partida do *capitalismo*. Apenas gradualmente este ganha o controle sobre a desigualdade herdada, quebrando-a e alterando-a, empregando seus próprios fins e métodos. Em contraste com os sistemas que o antecederam, o capitalismo busca inerente e constantemente a expansão econômica, a penetração em novos territórios, a superação das diferenças econômicas, a conversão de economias nacionais e regionais encerradas em si mesmas em um sistema de vasos comunicantes, aproximando-os de si, igualando o nível econômico e cultural dos países mais avançados e mais atrasados [...].

...Ao aproximar economicamente os países e nivelar seus estágios de desenvolvimento, o capitalismo, no entanto, usa *seus próprios métodos*, quer dizer, métodos anarquistas que constantemente minam seu próprio trabalho, joga um país contra outro e um ramo da indústria contra outro, desenvolvendo algumas partes da economia mundial enquanto dificulta e atrasa o desenvolvimento de outras. Apenas a correlação dessas duas tendências fundamentais – centrípeta e centrífuga, nivelamento e desigualdade – ambas advindas da natureza do capitalismo, nos explica a textura viva do processo histórico. (TROTSKY, 2010, p. 102. Itálicos do autor)

No que tange as particularidades nacionais, estas são consequência das modificações operadas na lei geral a partir de condições históricas específicas. Não se tratam de manifestações caóticas ou aleatórias, mas sim da combinação de condições históricas concretas, cujo desenvolvimento cabe analisar caso a caso. A profundidade dessas particularidades nacionais, contudo, está subordinada ao caráter mundial da economia e da política – que só é atingida com o advento do mercado mundial capitalista e consolidada em sua fase imperialista. Portanto essas particularidades não são imutáveis, podendo ser modificadas ou mesmo superadas pelo desenvolvimento histórico. (NOVACK, 1988. pp. 37-41)

Como já foi referido, os saltos históricos se verificam quando os povos atrasados, pressionados pelas condições externas, se apropriam das conquistas dos povos avançados para a realização de determinadas tarefas, saltando ou comprimindo etapas que, a partir de seu próprio desenvolvimento, demandariam todo um período de evolução para se efetivar. Nesse sentido, pode-se dizer que os povos mais primitivos possuem a vantagem, pois não precisam aguardar todo um longo e penoso desenvolvimento para a realização de certos empreendimentos (Ibid., pp. 54 e 55-7). Mas assim como os saltos, a história também conhece as reversões. Estas são retrocessos a um estágio anterior da evolução histórica. Podem combinar-se a formas sociais avançadas, e essa combinação cumpre um papel regressivo,

como se verificou por exemplo na combinação entre o capital comercial e o escravismo nas antigas colônias americanas (NOVACK, 1988, pp. 57-8).

Os dois tipos de combinações – a incorporação de elementos de um povo avançado por um povo atrasado e, inversamente, absorção de uma etapa anterior do desenvolvimento histórico por uma sociedade desenvolvida – produzem sínteses muito desequilibradas, que podem conduzir (e geralmente o fazem) à própria dissolução da combinação – como se verificou, entre outros casos, na Revolução de Outubro de 1917.

## **1.2. Teoria da revolução permanente**

A teoria da revolução permanente é o complemento necessário da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Enquanto as burguesias dos países centrais desempenharam um papel revolucionário e progressista na destruição dos elementos feudais que impediam a consolidação do capitalismo, o mesmo não seria válido para as burguesias dos países periféricos. Para Trotsky, as tarefas democráticas das revoluções burguesas em atraso dos países coloniais e semicoloniais não podem ser cumpridas de forma consequente por suas burguesias nacionais; estas acabam vendo seus interesses atados aos das classes reacionárias e do imperialismo, graças à combinação de etapas sucessivas do desenvolvimento histórico que ocorre dentro de uma mesma formação social (TROTSKY, 2007).

Mas se não é a burguesia, qual classe deve dirigir essas revoluções na periferia do sistema? Na opinião de Trotsky, trata-se do proletariado, produto da indústria moderna criada pelas inversões do capital estrangeiro. Porém, uma vez vitoriosa a revolução, o proletariado não se detém nos limites da revolução democrática e nacional, iniciando a transformação socialista. Em outras palavras, a teoria da revolução permanente afirma que existe *um desenvolvimento ininterrupto entre a democracia e o socialismo durante o processo revolucionário*. Esse transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista determina uma série de transformações incessantes em todos os aspectos da vida, levando a choques internos e externos; a sociedade não chega a um estado de equilíbrio durante todo um período histórico; por fim, a revolução proletária não pode se deter ao âmbito nacional, devendo se estender ao a outros países. Do ponto de vista da teoria da revolução permanente, a revolução socialista em um país isolado é apenas um regime transitório, no qual se acumulam contradições que aumentam com o tempo, caso a revolução internacional não triunfe. Esse componente internacionalista da teoria da revolução permanente é fundado na

compreensão do capitalismo como um sistema global, baseado no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho.

O *conceito* de revolução permanente apareceu pela primeira vez em um texto de 1850, de autoria de Marx e Engels. Intitulado *Mensagem da direção central à Liga dos Comunistas* (1982), esse texto faz um balanço das revoluções de 1848-9 e da atuação de sua organização à época (a Liga dos Comunistas) naqueles acontecimentos. Marx e Engels traçam ainda, com base na experiência adquirida durante o processo revolucionário, uma estratégia política para o período seguinte, o qual consideravam prenhe de uma nova revolução.

Na *Mensagem...*, Marx e Engels estão preocupados com a reorganização da Liga, que havia sofrido grandes perdas no período revolucionário e sentiu afrouxar as relações de sua direção com algumas de suas seções nacionais. Os dois lamentam que em função desse estado de coisas, o proletariado não possa ter apresentado uma política independente nos momentos cruciais da tormenta revolucionária.

[...] enquanto o partido democrático, o partido da pequena burguesia, se organizava cada vez mais na Alemanha, o partido operário perdia o seu único apoio sólido, quando muito permanecia organizado nalgumas localidades para objectivos locais e, por isso, no movimento geral, caiu inteiramente sob o domínio e a direcção dos democratas pequeno-burgueses. (ENGELS e MARX , 1982, p. 178)

A primeira coisa que se constata é que a aparente preocupação organizativa dos autores se relaciona com uma questão política vital: é a independência política do proletariado que Marx e Engels miram quando propõem a reorganização da Liga dos Comunistas. “Tem de se pôr termo a este estado de coisas, tem de se estabelecer a autonomia dos operários.” (Ibid., p. 178) Só assim o proletariado não será “outra vez, como em 1848, explorado e posto a reboque pela burguesia.” (Ibid., p. 179) Tratava-se de organizar o proletariado para que este apresentasse suas reivindicações de maneira independente, despontando no cenário político da Europa com um programa próprio – que, naqueles anos, estava resumido no *Manifesto Comunista* (1998).

Para Marx e Engels, a burguesia traiu a classe operária, na medida em que se reconciliou com a aristocracia feudal após subir ao poder. Por isso era tão urgente a reorganização do partido independente do proletariado, a fim de que não se repetisse essa experiência amarga no curso das próximas revoluções. Mas dessa vez, a ameaça maior era representada pelos pequeno burgueses. Na visão da Liga, esta seria a próxima classe governante. Se o proletariado deveria estar com a pequena burguesia “contra a fracção cuja

queda ele tem em vista”, ao mesmo tempo precisava se opor a ela “em tudo o que ela pretende para se consolidar a si mesma” (ENGELS e MARX, 1982, p. 181). Isto porque enquanto almejavam pequenas reformas para tornar sua posição mais cômoda, os pequeno burgueses esperavam “subornar os operários com esmolas mais ou menos disfarçadas e quebrar a sua força revolucionária tornando-lhes momentaneamente suportável a sua situação.” Em outras palavras, enquanto a pequena burguesia deseja acabar com a revolução, os comunistas querem

[...] tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas. (Ibid., p. 182)

Para isso,

[...] têm de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autónoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. O seu grito de batalha tem de ser: a revolução em permanência. (Ibid., p. 188)

No final do século XIX, cristalizou-se nos partidos socialdemocratas (como se denominavam os marxistas naquela época) da Europa a ideia de que a revolução proletária e socialista só seria possível em países industrialmente avançados, como a Inglaterra e a Alemanha. Essa ideia parecia estar em conformidade com as “leis” do materialismo histórico, já que a socialização da propriedade burguesa de fato exige um certo nível de desenvolvimento industrial e a existência de um proletariado numeroso o suficiente para assumir e conservar a direção da sociedade. Portanto, quanto mais desenvolvido fosse um país do ponto de vista capitalista, melhor para a classe operária, que estaria assim mais próxima do poder. Aos países atrasados, antes de sonhar com o socialismo, caberia antes de tudo realizar suas próprias revoluções burguesas, varrendo o entulho feudal e permitindo com isso a ascensão da burguesia como classe dominante. A estratégia que os marxistas deveriam adotar e propor aos operários desses países deveria ser a de apoiar a burguesia em sua luta contra as classes reacionárias, mas sem cogitar jamais tomar o poder para si; após a insurreição, os operários seriam conduzidos à oposição do novo regime, e esperariam longos anos na “escola

parlamentar” até que as condições econômicas, sociais e culturais se tornassem maduras para uma revolução socialista. Essa tese entrou para a história com o nome de “etapismo” e, evidentemente, contrasta com o conceito de revolução permanente apresentado acima.

Muitos etapistas recorriam a textos de Marx e Engels para explicar a total inviabilidade de um governo operário e do socialismo nos países periféricos. De fato, os escritos de Marx e Engels sobre essa questão possuem muitas formulações contraditórias, condicionadas pelos embates que então eram travados pelo movimento operário. Há passagens dos autores que parecem autorizar o “etapismo” – os que dizem respeito às pré-condições econômicas do desenvolvimento das forças produtivas e de formação do proletariado –, enquanto outras sugerem uma concepção “permanentista”, próxima àquela que é desenvolvida na *Mensagem...* – em que à revolução burguesa sucede imediatamente a proletária.

De forma contraditória – às vezes literalmente lado a lado com concepções etapistas –, aparece a *ideia* de revolução permanente: ou seja, o conceito de um processo revolucionário ininterrupto que permita ao proletariado subverter o capitalismo e manter o poder estatal, mesmo em países periféricos. Digo “ideia” e não “teoria” porque não é possível falar de uma teoria sistemática e coerente de revolução permanente em Marx e Engels. Em lugar disso, há uma série de concepções fragmentadas, intuições proféticas e perspectivas incipientes, que intermitentemente aparecem e reaparecem mas nunca chegam a ser ordenadas em uma doutrina rigorosa ou uma estratégia global. (LÖWY, 2015, p. 21. Itálico do autor)

Após a morte de Marx, a dimensão “economicista” ganhou hegemonia dentro do marxismo da Segunda Internacional. As teorizações de Plekhanov acerca da necessidade histórica de um desenvolvimento capitalista similar ao dos países da Europa ocidental nas nações atrasadas acabou se transformando num dogma entre os marxistas russos e dos demais países periféricos.

[...] as concepções de Marx de uma estratégia permanentista quedaron sem consolidação porque ficaram, por assim dizer, detidas numa época de transição entre as eras da revolução burguesa e da socialista. Trotsky, por outro lado, entrou para o movimento operário no advento da era da revolução proletária. [...] A conclusão prática de toda sua análise sócio-histórica, ao nível da ação política, era a famosa fórmula que Trotsky apresentou em 1905: “a ditadura do proletariado apoiado no campesinato”. Esta palavra de ordem, é claro, foi considerada herética pela maioria dos marxistas russos, especialmente os mencheviques, para quem o papel do proletariado não poderia ser senão a expressão direta do nível de desenvolvimento

industrial; ela implicava, portanto, a rejeição do economicismo por Trotsky e sua compreensão da autonomia relativa da esfera política. (LÖWY, 2015, pp. 73-4)

Costuma-se atribuir o *termo* (não o conceito) de “revolução permanente” a Blanqui, embora Marx não tivesse tomado contato com seus escritos quando começou a utilizá-lo. Os primeiros textos em que aparece possuem um sentido muito diferente daquele contido na *Mensagem...* (1850)<sup>4</sup>. Löwy (2015) acredita que, em Marx, o termo remonte à Revolução Francesa de 1789: durante as crises do período revolucionário, os jacobinos costumavam reunir-se “*em permanence*”. De qualquer forma, Trotsky foi o primeiro marxista, depois de Marx e Engels, a apropriar-se do *conceito* contido na *Mensagem...*. Foi no curso de sua experiência na Revolução de 1905 que o incorporou e, um ano mais tarde, o sistematizou em seu *Balanço e Perspectivas*.

Mas Marx não foi o único influenciador de Trotsky na elaboração daquela que seria sua contribuição teórica mais importante. Ainda segundo Löwy, Parvus desempenhou nesse sentido um papel decisivo. Foi ele quem forneceu a Trotsky ideias tais como a) a de que o capitalismo se desenvolvia em escala universal, i.e., a interdependência econômica entre as nações; b) as particularidades do desenvolvimento sócio-histórico da Rússia – Estado semi-asiático, baixo desenvolvimento das cidades etc.; c) a assertiva verdadeiramente pioneira de que o proletariado devia tomar o poder na Rússia – embora, para ele, isso significasse apenas reformas progressistas a favor dos trabalhadores, não a transformação socialista. Löwy também confere particular importância, no que diz respeito à formulação da teoria por Trotsky, à influência do marxista italiano Antonio Labriola durante os anos de sua juventude. Para Löwy, o marxismo não-dogmático de Labriola, de forte influência hegeliana, foi um elemento decisivo na quebra do paradigma “economicista” reinante na Segunda Internacional, e que era compartilhado pela quase totalidade dos socialdemocratas de então (Ibid.)

Em *Balanço e Perspectivas*, o jovem Trotsky argumenta que é perfeitamente possível ao proletariado de uma nação atrasada tomar o poder *primeiro* que o proletariado de uma nação avançada. É verdade que a existência de um proletariado forte e coeso depende de determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, mas outros fatores também entram em jogo na determinação da importância política do proletariado em cada país.

O proletariado cresce e se fortifica à medida que se desenvolve o capitalismo.  
Considerado nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, a

---

<sup>4</sup> Cf. *A questão judaica* (São Paulo: Centauro, 2005); *A sagrada família* (São Paulo: Boitempo, 2003).

evolução do proletariado para sua ditadura. O dia e a hora, porém, que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem *diretamente* do nível das forças produtivas, e sim das relações da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos, sobretudo a tradição, a iniciativa e a preparação para a batalha. (TROTSKY, 2011a, p. 71. Itálico do autor)

Se a situação do proletariado depende do grau alcançado pelo capitalismo, uma interpretação superficial pode estabelecer uma dependência direta entre o proletariado e a burguesia, de modo a interditar a possibilidade de uma política independente da classe operária – o que está em flagrante oposição às ideias da *Mensagem...* e constitui o pilar central da teoria etapista. Mas para Trotsky, a concepção materialista da história deve funcionar como uma bússola, e jamais como exegese de textos que substitui a análise da situação concreta. Conforme visto do item anterior, a penetração de capitais estrangeiros na Rússia desde fins do século XIX transformou algumas cidades, que funcionavam como meros centros administrativos e militares – ou seja, de consumo –, em importantes centros industriais e comerciais. Dessa forma,

O proletariado se viu repentinamente concentrado em grandes aglomerações, tendo entre ele e o absolutismo apenas uma burguesia numericamente débil, isolada do “povo”, meio estrangeira de origem, sem tradições históricas e movida unicamente pela cobiça. (Ibid., p. 58)

O peso numérico e a concentração do proletariado industrial russo tornaram-se maiores que em países muito mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista. Ora, se em um país moderno e avançado como os EUA, prevalecia a mais pura dominação do capital, na Rússia dos czares a autocracia convivia com um poderoso movimento operário, de importância superior ao existente na Europa. Existia aí uma flagrante particularidade em sua formação social: o papel político do proletariado não correspondia diretamente ao desenvolvimento *econômico* do capitalismo. Uma vez que a burguesia russa era demasiado fraca, somente o proletariado poderia encarnar as aspirações de toda a nação contra o czarismo.

A revolução na Rússia, por suas tarefas imediatas, era burguesa. No entanto, sua classe dirigente era o proletariado. Ora, a lógica da situação empurraria o proletariado a medidas cada vez mais audazes para preservar seu poder político contra a reação. Ao mesmo tempo, a manutenção de sua dominação colocaria indubitavelmente seus interesses de classe na ordem do dia. Haveria *um transcrescimento da revolução burguesa em revolução socialista*.

De acordo com Trotsky, seria até admissível a entrada de elementos de outras classes no governo operário surgido da revolução – desde que esses elementos não fossem burgueses ou feudais, bem entendido. Mas a questão fundamental é saber qual classe desempenha de fato o papel dirigente.

Toda a questão consiste no seguinte: *quem dá conteúdo à política governamental e quem constitui no poder uma maioria homogênea?* É muito diferente que representantes de camadas democráticas do povo participem de um governo de maioria operária, e que os representantes do proletariado colaborem, mais ou menos como respeitáveis reféns em um governo democrático-burguês. (TROTSKY, 2011a, p. 80. Itálicos do autor)

Aqui é preciso atentar para uma questão importante: se o proletariado chega ao poder como representante revolucionário de toda a nação ao derrubar o czarismo, o aprofundamento das medidas revolucionárias (reforma agrária, imposto progressivo etc.) vão distanciando-o das outras classes. O caráter de classe do governo operário acabará transformando a política democrática em política de classe, o que reduzirá a base social da ditadura. Nessas condições, em quem o proletariado deverá se apoiar para manter sua dominação? Essa pergunta remete ao caráter internacional da revolução, que será abordada mais à frente.

Para o jovem Trotsky, a separação entre programa mínimo (democracia) e programa máximo (socialismo) explica-se nos casos em que a burguesia é a classe dominante. A própria existência de um programa mínimo significa um conjunto de reivindicações compatíveis com a propriedade privada e as relações capitalistas.

A divisão de nosso programa em um mínimo e outro máximo tem um significado principista enorme e profundo no período em que o poder está nas mãos da burguesia. É exatamente a presença da burguesia no poder que exclui de nosso programa mínimo todas as reivindicações que sejam incompatíveis com a propriedade privada dos meios de produção. São essas reivindicações que dão conteúdo à revolução socialista.

...Mas uma vez que o poder se encontre em mãos do governo revolucionário, com uma maioria socialista, a diferença entre o programa mínimo e o programa máximo perde praticamente toda importância, tanto “em princípio”, como na prática. (Ibid., p. 88)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O autor modificará essa concepção em seu *Programa de Transição*. Este último texto estabelece um sistema de reivindicações transitórias para tensionar os limites do capitalismo *nos próprios marcos da sociedade burguesa*. Tanto em *Balanço e Perspectivas* quanto no *Programa de Transição*, a superação efetiva da contradição entre programa mínimo e programa máximo só pode ser realizada após a revolução e a instauração do governo operário. Mas no *Programa de Transição*, a construção de uma ponte entre os dois

Trotsky prossegue. O programa mínimo é compatível com a dominação da burguesia, desde que esta detenha o poder político. No entanto, sob a ditadura do proletariado, o programa mínimo transforma-se em programa máximo, pela natureza de classe do regime político.

Tomemos a reivindicação da jornada de trabalho de oito horas. Como se sabe, ela não contradiz em nada as condições capitalistas de produção, entrando, portanto, no programa mínimo da social-democracia. Mas imaginemos o quadro de sua realização real durante um período revolucionário em que todas as paixões sociais estejam em tensão. A nova lei se chocaria, sem dúvida, com a resistência organizada e obstinada dos capitalistas, por exemplo, na forma de *lockouts* e fechamento de fábricas e empresas. O que o governo teria de fazer? Um governo burguês, por mais radical que fosse, não permitiria que se chegasse a esse ponto, já que se veria impotente com as fábricas e empresas fechadas. Teria de fazer concessões, a jornada de oito horas não seria introduzida, a indignação do proletariado seria reprimida.

...Sob o domínio político do proletariado, a introdução da jornada de oito horas levaria a consequências muito distintas. O fechamento de fábricas e empresas pelos capitalistas naturalmente não pode ser motivo para prolongar a jornada por parte de um governo que queira se apoiar no proletariado e não no capital, como o liberalismo, e que não queira desempenhar o papel de intermediário “imparcial” da democracia burguesa. Para um governo operário só há uma saída: a expropriação das fábricas e empresas fechadas e a organização de sua produção sobre a base da gestão coletiva. (TROTSKY, 2011a., p. 88-9)

Todavia, mais que as “paixões sociais” levantadas pelo período revolucionário, está a incapacidade estrutural do capitalismo em atender as reivindicações mínimas da classe operária num contexto de crise ou de uma economia periférica. É justamente essa incapacidade que possibilita ao proletariado tomar o poder do Estado, representando o conjunto da nação.

Ao entrar no governo, não como reféns impotentes, mas como força dirigente, os representantes do proletariado suprimem, por isso mesmo, todo e qualquer limite entre o programa mínimo e o programa máximo, ou melhor, põem o coletivismo na ordem do dia. Seguirá, então, nessa direção de acordo com a correlação de forças, e não segundo as intenções do partido do proletariado.

...A classe operária não pode assegurar o caráter democrático de sua ditadura sem ultrapassar os limites de seu programa democrático. (Ibid., p. 91)

---

polos, que se fundem em um único programa, inicia-se durante o processo de mobilização, completando-se com a tomada do poder.

Essas ideias sofreram duras críticas da quase totalidade dos marxistas da época, e durante muitos anos Trotsky se viu completamente isolado. As principais correntes do marxismo russo, bolcheviques e mencheviques, repudiaram veementemente suas teses. Os mencheviques eram os maiores representantes da concepção etapista, reproduzindo-a integralmente: o caráter burguês da Revolução Russa tornava a burguesia seu sujeito social por excelência; o proletariado deveria apoiá-la, mas jamais deveria cogitar tomar o poder para si; só depois de vários anos, quando o capitalismo tivesse se desenvolvido plenamente, a revolução socialista seria possível.

Os bolcheviques de Lenin encaravam a questão de outro modo. É verdade que a Revolução Russa seria burguesa em seu conteúdo; porém, a fraqueza da burguesia russa, espremida entre o grande capital estrangeiro e o numeroso proletariado das cidades, a impediria de desempenhar qualquer protagonismo. Além disso, a massa dos camponeses – que constituíam a maioria absoluta da população e da qual dependia toda a sorte do processo revolucionário – exigia atenção central à questão agrária. O governo surgido da revolução não seria um governo burguês, mas sim uma coligação de operários e camponeses, na forma de uma *ditadura democrática do proletariado e do campesinato*. Essas duas classes, uma vez no poder, empreenderiam as transformações políticas e econômicas necessárias para levar a semifeudal Rússia finalmente à modernidade. Somente em 1917, após a Revolução de Fevereiro, Lenin e Trotsky se reconciliaram, com o primeiro aderindo à concepção organizativa do bolchevismo e o segundo acatando as premissas “permanentistas” em suas *Teses de Abril*.

Originalmente, a teoria da revolução permanente foi concebida como uma interpretação e um programa adequados às particularidades do desenvolvimento capitalista na Rússia. Trotsky demoraria vários anos para rever essa posição. Durante a segunda revolução chinesa (1927-8), ele apresentou uma perspectiva estratégica oposta à de Stalin e da *Comintern*: independência política do proletariado e formação de *soviets*, em contraposição à subordinação do Partido Comunista ao *Kuomintang* e apoio à “burguesia nacional”. Todavia, mesmo após uma década de adesão ao partido bolchevique, Trotsky continuava acalentando a velha fórmula de “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”. Essa clara contradição em relação à suas ideias de 1905 e 1917 não durou muito, e já em setembro de 1927 Trotsky propunha o programa da revolução permanente para a China: uma revolução que se iniciava atacando dois problemas fundamentais (a unidade nacional e a independência do imperialismo) e avançava rumo às medidas diretamente socialistas. Foi, portanto, a experiência da revolução chinesa (e de sua derrota) que permitiu a Trotsky encontrar as

convergências fundamentais com a experiência russa e, a partir disso, generalizar sua teoria aos países atrasados, coloniais e semicoloniais (TROTSKY, 2010)

Essa mudança de posição – de uma teoria circunscrita à realidade social russa para uma generalização que abarca todos os países atrasados e subdesenvolvidos – está sistematizada em seu livro de 1928, *A Revolução Permanente*. Para Löwy, trata-se de “uma das obras mais seminais e fecundas do pensamento político marxista no século XX” (LÖWY, 2015, p. 111). Por essa época, a burocracia stalinista já havia expulsado Trotsky do PCUS; este encontrava-se no exílio, militando nas fileiras da Oposição de Esquerda. O livro, escrito em tom de polêmica, é uma resposta a um ex-oposicionista que acabara de capitular ao stalinismo e passara a negar a revolução permanente, confrontando-a com as antigas posições do bolchevismo. Trata-se de Karl Radek.

Com exceção da mudança de posição referida no parágrafo anterior, *A Revolução Permanente* não difere em sua essência de *Balanço e Perspectivas*. Os prognósticos centrais do texto de 1906 já haviam sido confirmados pela experiência de três revoluções russas e, negativamente, também pelo malogro da segunda revolução chinesa. Entretanto, as calúnias do stalinismo ofereciam pretexto para Trotsky esclarecer suas antigas divergências com Lenin e Parvus, colocando-as à luz de uma etapa histórica já superada do marxismo russo, bem como permitiam-lhe desenvolver melhor sua posição acerca dos camponeses.

Se é verdade que Parvus exerceu forte influência sobre o jovem Trotsky, também é verdade que ambos possuíam diferenças fundamentais no que se refere à teoria da revolução permanente. Para Parvus, o fato de o proletariado ter condições de tomar o poder na Rússia não o autorizava a iniciar as transformações de ordem socialista. Parvus teorizava um regime em que o proletariado “governa sem dominar”, detendo-se na realização de reformas democrático-burguesas, enquanto para Trotsky a tomada do poder pelo proletariado abria um caminho inevitável para as tarefas coletivistas. Além disso, a palavra de ordem agitada por Parvus durante a primeira revolução russa (“governo operário”) excluía os camponeses, enquanto a de Trotsky (“ditadura do proletariado apoiada pelos camponeses”) incluía esta importante parcela da população na equação política do processo revolucionário. Esta pode parecer à primeira vista uma diferença sutil, mas a identificação entre Parvus e Trotsky foi amplamente utilizada pelo stalinismo para afirmar que “Trotsky despreza o campesinato”. Além disso (e mais importante do ponto de vista teórico), a fórmula de Parvus de um governo operário puro é simplesmente irrealizável em um país de maioria camponesa, como era a Rússia czarista (TROTSKY, 2007).

A polêmica entre Trotsky e Lenin evidentemente tinha repercussões mais profundas. Como já foi mencionado, a epístola programática bolchevique até abril de 1917 sempre fora a “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”. A mudança de posição de Lenin naquele ano e seu regresso à Rússia não foram suficientes para dobrar a direção do partido (Stalin e Zinoviev), que naqueles tempos tendia à colaboração com o governo provisório; foi necessário apelar às bases partidárias numa conferência ampla do POSDR para que se operasse finalmente a reorientação estratégica do bolchevismo (BROUÉ, s.d.a; TROTSKY, 1978).

O conteúdo da divergência gira em torno do mecanismo político de colaboração entre as duas classes: o proletariado e o campesinato. Em outras palavras, o formato do programa, as formas dos partidos e os métodos políticos da ditadura. Para Trotsky, a dispersão dos camponeses os impedia de formar um partido com um programa político independente, e a experiência de todas as revoluções anteriores à 1917 confirmava que, no momento crítico da revolução, os camponeses tendiam a seguir ou a burguesia ou o proletariado. De qualquer modo, Lenin jamais pensou em submeter a aliança entre operários e camponeses à direção da burguesia “progressista”, como defendiam os mencheviques; a colaboração entre essas duas classes voltava-se de maneira hostil à burguesia, ao contrário da política adotada pela Internacional Comunista sob orientação stalinista, durante o fracasso da Revolução Chinesa de 1927-30.

Em *A Revolução Permanente*, Trotsky sustenta que Lenin não respondia qual deveria ser o mecanismo político da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”, dando à sua fórmula um caráter “algébrico”, “que permitia a previsão de futuras interpretações”. (TROTSKY, 2007, p. 111) Ele cita países capitalistas atrasados, como a China e a Índia, para afirmar a incapacidade dos camponeses em apresentar uma política própria – que em suas palavras, é “um dos pontos essenciais da teoria da revolução permanente” (Ibid., p. 114).

Para Mandel (1980), embora existisse acordo entre Trotsky, Lenin e Parvus acerca da superioridade do proletariado sobre a “burguesia nacional” e do papel contrarrevolucionário dessa burguesia durante o processo revolucionário, Trotsky discordava de ambos no que diz respeito à hipótese de “autocontenção” dos trabalhadores após a tomada do poder. Enquanto as duas primeiras teses foram confirmadas já durante a revolução de 1905, a terceira foi negada pela revolução de 1917.

Quando os bolcheviques conquistaram o poder na Revolução de Outubro de 1917, pretendiam aplicar um plano por etapas, cuidadosamente formulado, de nacionalização da indústria, crédito, transporte e comércio atacadista na Rússia,

precedida em geral de períodos de controle pelos trabalhadores, nos quais estes aprenderiam como administrar as empresas, antes de assumir gradualmente a sua direção. Esse plano, bem elaborado, não se concretizou, não só porque a burguesia lançou uma guerra civil contra o poder soviético, mas, acima de tudo, porque os trabalhadores, com uma enorme confiança em si mesmos, não toleraram a exploração, arrogância, prepotência e sabotagem dos capitalistas. As ocupações espontâneas das fábricas começaram a difundir-se, e a vida – luta de classes – mostrou que não pode ser controlada por esquemas inteligentes e preconcebidos. (MANDEL, 1980, p. 17)

Quanto ao papel dos camponeses, Trotsky alimentou a visão clássica do marxismo sobre seu caráter pequeno-burguês e inconsistente. Em função disso, não deu devida atenção à insurreição camponesa e à formação de um Exército Vermelho na China após 1927, por exemplo. Mas essa visão também era compartilhada pelo stalinismo e até mesmo pelo próprio Mao Tsé-Tung. De acordo com Löwy (2015), essa falsa apreciação de Trotsky constitui um equívoco de “sociologismo”.

O erro de Trotsky – bem como o da maioria dos outros marxistas ocidentais – foi generalizar esta concepção [de secundarizar o papel sociopolítico dos camponeses] para o campesinato de nações coloniais ou semicoloniais, que tinha características estruturais bastante diferentes, por exemplo tradições comunitárias ou coletivistas de vilarejo, desenraizamento maciço resultante da penetração capitalista, altas taxas de crescimento demográfico, status proletário ou semiproletário de trabalhadores rurais nas grandes *plantations* de monoculturas ou fazendas etc. (Ibid., p. 123)

O fato incontornável, porém, reside em que a totalidade das revoluções do século XX nos países capitalistas atrasados encontrou no campesinato uma força social proeminente, senão hegemônica. Os prognósticos de Trotsky quanto ao papel do campesinato estavam equivocados; todavia, não por um desvio endógeno de sua elaboração teórica, e sim pelo caráter condicional e histórico em que foi formulada. Foi o próprio desenvolvimento do capitalismo na agricultura que levou ao desenraizamento dos camponeses e a dissolução das relações sociais tradicionais no campo, levando essa classe social a uma posição de extrema instabilidade sociopolítica. Ao mesmo tempo, as posições conservadoras e contrarrevolucionárias das burguesias nacionais dos países periféricos levaram o campesinato a seguir os partidos e movimentos de esquerda. (Ibid., pp. 152-3) Mas Trotsky estava correto em pelo menos um ponto: o caráter oscilante, que levou historicamente o campesinato a não desempenhar um papel político independente.

A esse respeito, Trotsky estava certo de insistir que o campesinato poderia apenas desempenhar um papel revolucionário consistente sob a liderança proletária e comunista. Os camponeses rebeldes necessitaram de uma vanguarda revolucionária de intelectuais urbanos e classe trabalhadora a fim de atingir uma consciência socialista e estar organizados em escala nacional. Na ausência de tal liderança, o movimento camponês ou permaneceu local e ineficaz, ou seguiu a liderança burguesa e pequeno-burguesa [...]. O movimento camponês por si mesmo não pôde tomar o poder ou assumir a transformação da sociedade. (LÖWY, 2015, p. 154)

Resta analisar um aspecto da maior importância para a teoria da revolução permanente: seu caráter internacionalista. Esse fato não decorre apenas da economia mundial, como foi assinalado. Sob o sistema imperialista, os diversos países transformaram-se em meras unidades econômicas, articuladas entre si pela divisão internacional do trabalho e dirigidas desde cima pelas prerrogativas do capital financeiro. Por isso o equilíbrio do sistema como um todo é frequentemente ameaçado pelas repercussões da luta de classes em cada nação. Essa interdependência já é um argumento forte o suficiente para descartar a hipótese de um desenvolvimento nacional autônomo, não só do socialismo, mas inclusive do próprio capitalismo. Contudo, deve-se considerar ainda a natureza de uma sociedade socialista. Se esta pretende, como propunham Marx e Engels, ser uma organização social em todos os aspectos superior ao sistema capitalista, não pode ela surgir senão das forças produtivas do sistema imperialista, *que operam necessariamente com base internacional*. Qualquer tentativa de estabelecer uma sociedade socialista nos limites de um só país (ou num conjunto circunscrito de países) significará sempre retroceder as forças produtivas a um patamar *inferior ao do próprio capitalismo*. Esse fato se torna ainda mais verdadeiro se a revolução socialista triunfa em um país atrasado, como era a Rússia em 1917.

Dentro dessa perspectiva, torna-se óbvio que as medidas socialistas adotadas pelo proletariado vitorioso de um país possuem um caráter limitado e transitório: ou a revolução triunfa em outros países e, finalmente, em todo o mundo, ou os problemas resultantes do atraso e, fundamentalmente, da subordinação ao sistema imperialista mundial, conduzirão à catástrofe. A única saída positiva para essa contradição é o estabelecimento de uma economia socialista e planejada em todos os países do mundo.

Significará [...] que todos os países do mundo estejam, atualmente, mais ou menos maduros para a revolução socialista? Não [...] Um país pode estar “maduro” para a ditadura do proletariado e, contudo, não o estar ainda para a construção independente do socialismo, ou mesmo para grandes medidas de socialização. [...] A conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser

obtida na escala mundial. [...] nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos seus próprios quadros nacionais: a isso se opõem não só as forças produtivas que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais, como também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização. (TROTSKY, 2007, pp. 180-1)

A evolução da teoria da revolução permanente pode ser sucintamente descrita da seguinte forma: concebida como uma teoria de transição adequada às particularidades russas, passou a dar respostas às inquietações dos revolucionários dos países atrasados até se converter em um programa para todos os países do mundo, inclusive os mais avançados. Nestes, a revolução também deve tornar-se *permanente*, isto é, estender-se ao conjunto dos países capitalistas do globo, para efetivamente triunfar.

### **1.3. Programa de Transição**

O *Programa de Transição*, escrito em 1938, não é propriamente um conceito, mas sim uma síntese das principais elaborações políticas e teóricas que o trotskismo desenvolveu desde seu surgimento. Aliás, apesar de ter sido escrito por Trotsky, não se trata de uma contribuição individual do velho revolucionário; está mais para uma construção coletiva que envolveu vários colaboradores. Isto porque o *Programa* foi redigido para ser o manifesto de fundação da organização a qual Trotsky e seus seguidores dedicaram seus maiores esforços para concretizar: a IV Internacional.

O texto começa apresentando duas premissas básicas. Trotsky caracterizava que, sob o imperialismo e no contexto socioeconômico do final dos anos 1930, as condições objetivas para a revolução socialista já se encontravam plenamente maduras para a revolução socialista. Aliás, não “somente maduras, elas [começavam] a apodrecer” (TROTSKY, 2008, p. 13). Isso significa que, na opinião do autor, o período que vai da Primeira Guerra Mundial até as vésperas da Segunda, caracterizava-se por um quadro econômico em que as forças produtivas deixaram de se desenvolver, e em que os avanços técnicos não conduziam ao crescimento da riqueza material. Trotsky analisa as coisas em seu conjunto: não importa se a maioria da humanidade vive no subdesenvolvimento; o fato é que a economia e a sociedade capitalistas chegaram, em *escala mundial*, a um ponto de saturação e a revolução socialista se impõe como a única alternativa à barbárie da crise e da Guerra.

A segunda premissa – na verdade, por razões de estilo, Trotsky inicia o manifesto com ela – afirma que, se as condições objetivas estavam prontas, a única coisa que impedia o triunfo do proletariado internacional era o elemento subjetivo. A saber, o papel

contrarrevolucionário do stalinismo e da socialdemocracia. “A situação mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado” (TROTSKY, 2008, p. 11). A conclusão é óbvia: faz-se necessária uma nova Internacional para retirar a humanidade no pântano em que o capitalismo a enfiou.

Essas caracterizações fundamentam toda a parte subsequente do texto. A partir delas, Trotsky retoma um velho debate que o acompanha pelo menos desde 1905 – e que já foi ventilado anteriormente: a separação, no âmbito do movimento operário, entre “programa mínimo” e “programa máximo”. Trotsky argumenta – e com isso remenda sua antiga posição de *Balanço e perspectivas* – que essa separação estava baseada no fato de que a socialdemocracia se formara em uma época ascendente do capitalismo, onde a realização de reformas progressistas e duradouras era ainda possível. Mas esses tempos haviam ficado para trás, e a separação entre “programa mínimo” e “programa máximo” numa época de decadência generalizada era inadmissível. Mais do que isso: tratava-se de um projeto consciente das burocracias stalinista e socialdemocrata para amarrar as mãos e os pés do proletariado ao sistema capitalista e evitar a revolução (Ibid., p. 16-7).

Em virtude disso, o verdadeiro valor do *Programa de Transição* está em sua proposta metodológica. Ao invés de “programa mínimo” e “programa máximo”, a IV internacional deveria lutar por um

[...] sistema de reivindicações transitórias, cuja essência reside no fato de que, cada vez mais aberta e resolutamente, elas estarão dirigidas contra as próprias bases do sistema burguês. O velho “programa mínimo” é ultrapassado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste na mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária. (Ibid., p. 18).

A ideia que orienta este princípio é a de que se deve partir das necessidades e do nível de consciência *atuais* do proletariado, para formular um programa de reivindicações que não se detenha neles e conduza a propostas cada vez mais radicalizadas, no espírito da mobilização permanente das massas, até a tomada do poder e a revolução socialista. Trata-se de *tensionar, nos marcos da sociedade burguesa, seus próprios limites*. Afinal, “Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, então que morra!” (Ibid., p. 20)

O *Programa de Transição*, como o *Manifesto Comunista*, é um documento determinado pelo contexto histórico em que foi escrito. Seu sistema de reivindicações transitórias corresponde a um período de crise econômica profunda e guerra mundial, além de

dar respostas a fenômenos que passaram à História (pelo menos por enquanto...), como o fascismo, o stalinismo e o antigo sistema colonial. Todavia, muitas de suas propostas possuem uma atualidade impressionante. Isto ocorre porque o *Programa* assimila as principais conclusões do marxismo sobre o estágio imperialista do capitalismo, que perdura até os dias de hoje. Assim, a escala móvel de salários e horas de trabalho para combater o desemprego e a inflação; o enorme peso das reivindicações democráticas, como a Assembleia Constituinte, em países de capitalismo periférico; a luta pela independência nacional e reforma agrária nesses países; o estabelecimento de um sistema único de crédito e investimentos, através da estatização do sistema financeiro, e muitas outras reivindicações, podem ser utilizadas pelo movimento operário da atualidade. Mas é claro que a elaboração de um tal sistema de reivindicações transitórias deve estar adaptada às particularidades nacionais de cada país.

Além disso, algumas reivindicações contidas no *Programa* podem ser redimensionadas para atender a outros objetivos. Por exemplo: ao tratar da União Soviética, Trotsky afirma que aquele país “saiu da Revolução de Outubro como um Estado operário” (Ibid., p. 64), graças ao fato de a propriedade ter sido coletivizada e sua economia, planificada. Ao mesmo tempo, “o aparelho de Estado soviético sofreu uma completa degeneração, transformando-se de instrumento da classe operária num instrumento de violência burocrática contra a classe operária” (Ibid., p. 65). Essa burocracia era socialmente uma casta cheia de privilégios; politicamente, era um setor conservador na sociedade soviética. De acordo com essas perspectivas, a caracterização mais apropriada para aquele país seria a de Estado operário burocratizado<sup>6</sup>. O prognóstico de Trotsky acerca dessa contradição do Estado é profético:

[...] ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo, ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo. (TROTSKY, 2008, p. 65)

---

<sup>6</sup> Trotsky aprofunda essa caracterização em *A revolução traída* (2005), onde afirma que o regime soviético é de transição entre capitalismo e socialismo, combinando a propriedade nacionalizada, a planificação econômica e o monopólio do comércio exterior com regras de distribuição do produto baseadas nem princípios burgueses. Embora a planificação tenha permitido à União Soviética industrializar-se rapidamente, a uma taxa de crescimento acelerada, sua produtividade média do trabalho continuava baixa quando comparada à dos países capitalistas centrais, o que acarretava uma pressão econômica permanente sobre as formas de propriedade oriundas da Revolução de Outubro. O atraso descomunal da sociedade russa anterior à Revolução, a destruição das forças produtivas durante os anos de guerra civil e o isolamento da Rússia soviética fizeram emergir uma burocracia plenipotenciária, que mantinha um controle rígido sobre os escassos recursos econômicos existentes. Era desse controle que a burocracia stalinista extraia seus privilégios e seu poder. O Estado operário soviético foi-se deformando até burocratizar-se completamente, e a ditadura do proletariado cedeu lugar a uma ditadura da burocracia sobre a classe trabalhadora russa.

Na ausência de uma revolução política dos trabalhadores que preservasse a economia socializada e destituísse a burocracia stalinista do poder, o capitalismo veio a ser restaurado na URSS, cerca de cinco décadas depois que essas linhas foram escritas.

A caracterização que Trotsky traça sobre a burocracia soviética pode ser generalizada, *dentro de certos limites*, para contextos diferentes da União Soviética. Efetivamente, foi o que o movimento trotskista fez no pós-guerra, quando começaram a surgir novos países de economia planificada ao redor do mundo. Para esses trotskistas, tratava-se do surgimento de novos Estados operários; mas, diferente da União Soviética, estes países não passaram por um processo de degeneração de suas instituições políticas, uma vez que em sua maioria já nasciam burocratizados. Segundo Nahuel Moreno, um dos principais dirigentes trotskistas da segunda metade do século XX, três processos diferentes levaram a esse resultado:

Um foi o dos países do Leste Europeu, com exceção da Iugoslávia. Nesses países, a direção ficou nas mãos da burocracia do Kremlin, que os ocupou militarmente. O outro caso é o da Iugoslávia, China, Coreia e Vietnã. A direção foi stalinista nacional, intimamente ligada ao Kremlin, mas sem ocupação pelo Exército Vermelho e sem direção direta do Kremlin. Por último, em Cuba, tivemos uma direção pequeno-burguesa oportunista. Todas estas direções foram pequeno-burguesas, e suas diferenças eram apenas específicas” (MORENO, 1992, p. 88)

Apesar da diversidade de suas origens, todos esses Estados possuíam traços similares: todo o poder se encontrava em mãos do partido-exército que dirigiu o processo de expropriação da burguesia; seus regimes políticos eram totalitários (ausência de liberdades democráticas, unipartidarismo, atrelamento dos sindicatos ao Estado); sua estratégia era a de construção do “socialismo num só país”; a natureza dos partidos dirigentes era pequeno-burguesa, burocrática, totalitária e nacionalista (Id., 2003). De qualquer modo, a fórmula de “revolução política” contida no *Programa de Transição* mantinha sua validade. Ainda segundo Moreno, essa proposta “adquiriu neste pós-guerra uma importância decisiva quanto à sua extensão e caráter. Agora, sua necessidade já não se circunscreve à URSS, mas abarca um terço da humanidade e o país mais populoso da Terra, a China.” (Id., 1992, p. 100) Desse modo, a fórmula de “revolução política” foi redimensionada para um contexto muito mais amplo do que aquele para o qual havia sido criada.

Para finalizar o debate sobre o *Programa de Transição*, compete analisar criticamente as duas premissas que o fundamentam à luz da experiência adquirida ao longo de todos esses anos, desde que o documento foi escrito: o caráter das forças produtivas sob o imperialismo e a crise de direção política do proletariado. Ante o primeiro problema, Mandel defende que

[...] desde a Primeira Guerra Mundial, as funções civilizadoras (progressistas) do modo capitalista de produção recuaram ante as suas tendências bárbaras e regressivas, e periodicamente as forças produtivas que ele liberou se transformam em forças destrutivas com poder e implicações cada vez maiores e mais aterrorizadores. Duas guerras mundiais, fascismo e ameaça nuclear são o epítome dessa inversão da tendência histórica. (MANDEL, 1980, p. 33)

Porém, isso não significa que as forças produtivas deixaram de crescer sob o capitalismo; apenas que, sob o domínio da burguesia, essas forças transformam-se corriqueiramente em seu oposto, isto é, forças destrutivas, que ameaçam a própria sobrevivência da humanidade. Essa posição é polêmica dentro do próprio movimento trotskista, e há aqueles que, como Moreno, defendem que o capitalismo não desempenha mais nenhum papel progressivo.

Para os marxistas, o desenvolvimento das forças produtivas é uma categoria formada por três elementos: o homem, a técnica e a natureza. E a principal força produtiva é o homem; concretamente, a classe operária, o campesinato e todos os trabalhadores. Por isso consideramos que o desenvolvimento técnico não é desenvolvimento das forças produtivas, se não permite o enriquecimento do homem e da natureza; ou seja, um maior domínio da natureza por parte do homem, e deste sobre sua sociedade. (MORENO, 1992, p. 65)

Na opinião de Moreno, aceitar a hipótese de que o capitalismo ainda é capaz de desenvolver as forças produtivas seria abrir um perigoso flanco para uma estratégia “reformista”, já que isso significaria arrancar à burguesia melhores condições de vida ao proletariado sem a necessidade de uma revolução socialista. Perde-se de vista aqui o caráter contraditório do processo (as forças produtivas se transformam em forças destrutivas de forma dialética), para enaltecer apenas o fator regressivo do desenvolvimento técnico capitalista.

Como acontece muitas vezes com os grandes textos do marxismo, O programa foi vítima de uma fetichização dogmática. Correntes políticas se dizendo trotskistas transformaram-no numa espécie de catecismo, fora da história e da realidade. Quando o texto afirma que “as forças produtivas da humanidade deixaram de crescer” talvez corresponda a 1938, quando a Europa e o mundo ainda se debatiam com as consequências da crise de 1929, mas, para certas correntes trotskistas, a afirmação continuava valendo em 1960 ou 1980. (LÖWY, 2013)

Diz Mandel que “O conceito de uma época de declínio histórico do modo capitalista de produção não coincide necessariamente com o de um declínio absoluto das forças

produtivas” (MANDEL, 1980, p. 34). Se o capitalismo passou a desenvolver apenas as forças destrutivas de forma unilateral desde fins dos anos 1930, as condições objetivas para uma revolução socialista teriam se tornado cada vez mais precárias. No limite, aquele prognóstico (que estava circunscrito a uma conjuntura específica) do *Programa de Transição* – “As condições objetivas necessárias para a revolução proletária não estão somente maduras, elas começam a apodrecer” – teria sido confirmado de uma forma negativa, e o socialismo deixaria de ser um projeto viável. Além disso, é preciso acrescentar que o próprio Trotsky chegou a sugerir a hipótese de um reerguimento da economia capitalista mundial, após um período de “estabilização reversa”.

Se admitirmos – e admitamos por um momento – que a classe operária falhe em ascender na luta revolucionária, e permita à burguesia a oportunidade de governar o destino do mundo por muitos e muitos anos, digamos duas ou três décadas, então seguramente algum tipo de novo equilíbrio será estabelecido. A Europa será atirada violentamente em uma marcha reversa. Milhões de trabalhadores europeus morrerão de desemprego e má-nutrição. Os Estados Unidos serão obrigados a se orientar no mercado industrial, reconverter sua indústria, e sofrer depressões por um considerável período. Mais tarde, após uma nova divisão do trabalho ser estabelecida por 15, 20 ou 25 anos, uma nova época de melhora capitalista pode talvez ser assegurada. (TROTSKY, 2008, pp. 46-7. Itálicos do autor)

Esta hipótese se confirmou no pós-guerra, com uma nova divisão internacional do trabalho e a reorganização do sistema imperialista sob hegemonia dos EUA. O *boom* econômico dos “anos dourados”, porém, resultou em uma nova crise de grandes proporções no fim dos anos 1970. Em todo caso, é interessante observar o pressuposto que Trotsky utiliza na formulação da hipótese de uma nova estabilização capitalista: o proletariado não ter forças para realizar a revolução mundial. Para Trotsky, pelo menos nesse aspecto, é ao fator subjetivo (e não ao objetivo) que pertence a sorte do futuro da humanidade: o crescimento das forças destrutivas em detrimento das produtivas é uma consequência dos desdobramentos da luta de classes.

Finalmente, quanto à crise de direção do proletariado, é insuficiente dizer que ela se manteve. Na verdade, se aprofundou. Não apenas os partidos trotskistas fracassaram em sua tentativa de ganhar politicamente a maioria da classe trabalhadora para seu programa, como a destruição do aparato stalinista e a desmoralização da socialdemocracia fizeram com que a classe operária fosse cooptada política, cultural e ideologicamente pela propaganda

imperialista, abraçando a defesa do mercado como condição elementar de seu bem-estar e progresso. A restauração capitalista na ex-URSS cumpriu nesse sentido um papel nefasto.

Por outro lado, os grupos trotskistas que resistiram à aniquilação costumam fetichizar – como no caso visto acima das forças produtivas – esta premissa teórica do *Programa de Transição*. A crise de direção do proletariado acaba se transformando em justificativa para todos os percalços enfrentados pelo movimento dos trabalhadores, desde a derrota de uma simples greve até o triunfo de poderosas contrarrevoluções. Tudo se resume à responsabilidade das direções de turno – com exceção dos raríssimos casos em que são os próprios trotskistas que dirigem o movimento. Neste caso, costuma-se atribuir as derrotas aos fatores objetivos, os quais a intervenção consciente dos dirigentes não poderia evitar.

#### **1.4. Bonapartismo *sui generis***

Depois de perambular pelo mundo em busca de asilo, Trotsky fixa residência no México em 1937. O panorama político do país no período em questão estava marcado pela ascensão da corrente nacionalista, representada pelo governo do general Lazaro Cárdenas. Logo que chegou, Trotsky se defrontou com um problema de grande envergadura: a expropriação de empresas multinacionais petrolíferas, realizada pelo governo mexicano. Analisando *in loco* aquela situação excepcional, pôde tecer considerações de grande valor para a compreensão de um fenômeno típico da América Latina: os governos nacionalistas ou populistas.

Respondendo às críticas da burguesia inglesa frente à expropriação da petrolífera britânica *Eagle* pelo governo mexicano, Trotsky negou que se tratasse de uma medida “comunista”, como estava sendo alardeado. Na realidade, o objetivo perseguido com a expropriação era a independência nacional e a garantia da democracia mexicana.

El Mexico semicolonial está luchando por su independencia nacional, política y económica. Tal es el significado básico de la revolución mexicana en *esta* etapa. Habiéndose apoderado de las mayores riquezas naturales de un país extranjero, [os magnatas do petróleo] hacen lo posible por establecer en el país subyugado un régimen de feudalismo imperialista [...]. Bajo estas condiciones, la expropiación es el único medio efectivo para salvaguardar la independencia nacional y las condiciones elementares de la democracia. (TROTSKY, 2000, p. 77. *Itálico do autor*)

A expropriação é uma “fase” da Revolução Mexicana. Ou seja, essa revolução ainda não havia sido concluída, tendo deixado pendentes tarefas democráticas de grande

importância. A nacionalização do petróleo de uma empresa imperialista – uma medida relacionada à mudança de natureza de propriedade, que deixa de ser privada a passa a ser pública – não é tratada pelo velho bolchevique como uma medida “socialista”; ele a encara como um expediente democrático, associado à luta pela soberania nacional. Assim, nas condições concretas da situação mexicana de 1938, uma medida tradicionalmente relacionada ao programa “socialista” transforma-se em fase da revolução democrática.

Embora Trotsky faça questão de deixar claro que o programa dos marxistas e o programa do General Cárdenas são distintos, aquele raciocínio complementa uma das teses fundamentais da teoria da revolução permanente, segundo a qual a realização de tarefas democráticas pendentes auxilia o proletariado em sua luta pelo poder. Isto porque nos países atrasados, a revolução democrática e a revolução socialista formam uma totalidade inextrincável de tarefas interdependentes. Apesar de, na opinião de Trotsky, a revolução em curso no México não ser ainda socialista, medidas como a expropriação do petróleo, golpeando o imperialismo britânico e norte-americano, constituiria uma daquelas “escaramuzas de vanguardia de las futuras batallas entre los opresores y los oprimidos” (TROTSKY, 2000, p. 80).

“En otras palabras, los problemas democráticos en México son de carácter progresivo e revolucionario” (Ibid., p. 95), já que democracia em um país semicolonial significa antes de tudo a garantia de sua independência. Coisa muito diferente ocorre em um país imperialista, em que democracia significa a manutenção do *status quo*, quer dizer, a opressão nacional, a supremacia sobre os países atrasados e subdesenvolvidos. Enquanto a democracia no México representaria uma luta revolucionária, na Inglaterra significaria conservadorismo.

O que vale para a democracia também vale para o fascismo. Trotsky elaborava sobre a América Latina às vésperas da Segunda Guerra Mundial. O debate “democracia *versus* fascismo” também estava a pleno vapor, estimulado em grande parte pelo stalinismo. Nesse contexto, Trotsky insistia em esclarecer que os interesses em jogo no conflito que se avizinhava diziam respeito às possessões coloniais, à disputa pelos mercados, à hegemonia no plano internacional, e não à disputa entre valores abstratos como “democracia” e “fascismo”. Se nas potências do Eixo o fascismo encobria um imperialismo voraz, nos países semicoloniais ele significava subserviência ao imperialismo, “democrático” ou não. “Tenemos de ser capaces de descubrir, bajo la forma política, el contenido económico y social” (Ibid., p. 96). Ele ilustra sua posição com o exemplo brasileiro.

En Brasil reina actualmente un régimen semifascista al que cualquier revolucionario sólo puede considerar con odio. Supongamos, empero, que el día de mañana

Inglaterra entra en un conflicto militar con Brasil. ¿De qué lado se ubicará la clase obreira en este conflicto? En este caso, yo personalmente estaría junto al Brasil “fascista” contra la “democrática” Gran Bretaña. ¿Por qué? Porque no se trataría de un conflicto entre la democracia y el fascismo. Si Inglaterra ganara, pondría a otro fascista en Río de Janeiro y ataría al Brasil con dobles cadenas. Se por el contrario saliera triunfante Brasil, la conciencia nacional y democrática de este país cobraría un poderoso impulso que llevaría al derrocamiento de la ditadura de Vargas. (TROTSKY, 2000, p. 110)

Na opinião de Trotsky, a supremacia norte-americana sobre a América Latina, conquistada graças a seu “rápido desarrollo industrial e financiero, los problemas a que se enfrentaron los países europeos durante la guerra mundial [e sua transformação] en el acreedor mundial durante esse periodo” (Ibid., p. 91), foi assegurada pela implantação de ditaduras militares nos países da região. Estas ditaduras garantiam os superlucros das multinacionais estadunidenses e impediam que suas rivais disputassem a hegemonia no continente.

Los déspotas sanguinarios bajo cuya oprimente dominación sufren los millones de obreros y campesinos de América Latina, los Vargas y los Batista, no son, en esencia, más que las herramientas políticas de los “democráticos” Estados Unidos imperialistas. (Ibid., pp. 92-3)

Porém, a burguesia latino-americana possui uma particularidade muito importante:

En muchos de los países latino-americanos, la ascendente burguesia nacional, *buscando una mayor participación en el botín e aun esforzándose por aumentar la medida de su independencia – es decir, por conquistar la posición dominante en la explotación de su propio país –* es certo que trata de utilizar las rivalidades y conflictos de los imperialistas extranjeros con este fin. Pero su debilidad general y su retrasada aparición les impide alcanzar un más alto nivel de desarrollo que el de servir a um amo imperialista contra otro. (Ibid., p. 93. Itálicos do autor)

A conclusão é que os conflitos interimperialistas eram frequentemente usados pelas burguesias nacionais latino-americanas para conquistar uma posição hegemônica na exploração de seus trabalhadores. Restava a essas burguesias a posição de sócias-minoritárias” do imperialismo, mas nunca a de desenvolvimento de um regime econômico autônomo e autocentrado.

*No pueden lanzar una lucha seria contra toda dominación imperialista y por una auténtica independencia nacional por temor a desencadenar un movimiento de*

masas de los trabajadores del país, que a su vez amenazaría su propia existência social. El ejemplo reciente de Vargas, que trata de utilizar la rivalidad entre los Estados Unidos y Alemania, pero al mismo tiempo mantiene la más salvaje ditadura sobre las masas populares, viene al caso. (TROTSKY, 2000, p. 93. Itálicos do autor)

Mas existe uma variante dessa condição. A participação imperialista na economia latino-americana (e nos países atrasados de maneira geral) fortalece numericamente e organiza o proletariado, ao mesmo tempo em que submete a burguesia nacional aos centros de decisão das grandes potências. Esta dupla pressão é a causa da fraqueza dessa burguesia. Nessas condições, o regime político assume contornos que o diferenciam enormemente dos países capitalistas centrais.

En los países industrialmente atrasados el capital extranjero juega un rol decisivo. De ahí la relativa debilidad de la burguesía *nacional* en relación al proletariado *nacional*. Esto crea codiciones especiales de poder estatal. El gobierno oscila entre el capital extranjero y el nacional, entre la relativamente débil burguesia nacional y el relativamente poderoso proletariado. Esto le da al gobierno un carácter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Se eleva, por así decirlo, por encima de las clases. Em realidade, puede gobernar o bien convirtiéndose en instrumento del capital extranjero y sometiendo al proletariado con las cadenas de uma ditadura policial, o maniobrando con el proletariado, llegando incluso a hacerle concesiones, ganando de este modo la posibilidad de disponer de certa libertad en relación a los capitalistas extranjeros. (Ibid., p. 163. Itálicos do autor)

O termo “bonapartismo” é de extração marxiana e faz referência a Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão. Numa conjuntura de aguda crise política e equilíbrio entre as classes em luta, este dá um golpe de Estado e instaura sua ditadura “pessoal” na França. No entanto, o faz no sentido de resguardar a propriedade privada burguesa e as relações sociais capitalistas. Assim, a burguesia abre mão de controlar diretamente o aparelho estatal, cedendo-o ao novo Bonaparte, com o intuito de garantir sua dominação no plano econômico e social (MARX, 2011). Desde então, a tradição marxista vem tratando regimes que se colocam aparentemente acima das classes sociais, numa perspectiva de autonomia relativa do Estado, como “bonapartistas”.

O que diferencia o bonapartismo *sui generis* do bonapartismo clássico é, em primeiro lugar, o caráter atrasado dos países em que se manifesta e, também, o fato de que aquele expressa as contradições de uma burguesia que chega muito tarde no cenário histórico, tendo de manobrar com o proletariado e o imperialismo a fim de conquistar alguma autonomia na

condução de seus negócios. Podendo dar giros tanto à esquerda quanto à direita, de acordo com cada conjuntura específica, esse bonapartismo está na origem dos chamados governos “populistas” latino-americanos. Trotsky cita o governo Cárdenas como um tipo bonapartista de esquerda, que impulsionou uma espécie de “capitalismo de Estado” frente à tremenda pressão do capital imperialista. Para isso, teve de recorrer à mobilização do proletariado, cedendo parte importante da administração das empresas nacionalizadas às organizações operárias – sem abrir mão de seu poder político (TROTSKY, 2000, p. 164). De igual modo, o autor recorre à ditadura de Vargas do final dos anos 1930 para caracterizar um bonapartismo de direita.

Si la burguesía nacional está obligada a abandonar la lucha contra los capitalistas extranjeros y trabajar bajo su tutela directa, tendremos un régimen fascista, como en Brasil, por ejemplo. Pero allí la burguesía es absolutamente incapaz de constituir su dominación democrática, porque, por un lado tiene el capital imperialista, y por el otro, le tiene miedo al proletariado porque la historia, allí, saltó una etapa y porque el proletariado se volvió un factor importante antes que haya sido realizada la organización democrática del conjunto de la sociedad. (Ibid., p. 124)<sup>7</sup>

Vargas, aliás, é um caso curioso. Ao longo de seus governos – desde a “Segunda República”, passando pelo “Estado Novo”, até seu último governo em 1951-4 – procurou sempre manobrar ora à direita ora à esquerda, apoiando-se na mobilização das massas para em seguida capitular à burguesia, mantendo sempre o mesmo perfil autoritário que caracteriza o bonapartismo *sui generis*.

Na opinião de Trotsky, os dois pontos nevrálgicos da revolução latino-americana são a reforma agrária e a luta contra o imperialismo. Mas essa é uma consideração de ordem geral, abstrata, que não considera as particularidades da formação de cada país. Com efeito, a reivindicação de reforma agrária distancia-se das posições da seção brasileira da Oposição de Esquerda Internacional, a LCI. Afinal, Trotsky não teve oportunidade de analisar os contextos específicos de cada nação latino-americana: foi assassinado por Ramón Mercader, a mando de Stalin, em 1940.

---

<sup>7</sup> É notável que durante seu período de exílio no México, as posições de Trotsky sobre alguns aspectos da luta de classes diverjam radicalmente das posições dos grupos trotskistas latino-americanos, como por exemplo as expressas pelo Bureau Americano-Oriental da IV Internacional, que em 1938 estabeleceu um sinal de igual entre o fascismo, o “subfascismo”, a “sub-burguesia”, o imperialismo, o reformismo etc., ou as da própria Liga Comunista Internacionalista mexicana, que considerava as expropriações do governo Cárdenas como uma “conspiração do imperialismo estadunidense” (COGGIOLA, 1984).

### 1.5. Etapismo e revolução permanente: o PCB e a Liga Comunista Internacionalista

Durante sua primeira fase, o trotskismo brasileiro deixou uma inegável (e pouco conhecida) contribuição para a teoria social crítica do país. Destacam-se as análises da primeira metade dos anos 1930, da já citada LCI, em que os conceitos de desenvolvimento desigual e combinado e de revolução permanente são incorporados a uma interpretação brilhante da formação social brasileira, desde a colonização até a “Revolução” de 1930. Essas análises expressam a grande preocupação que essa organização tinha com a teoria marxista, fato confirmado pelo trabalho sem precedentes de difusão de obras marxistas realizado pela Liga (COGGIOLA, 1984).

Durante esse período, as posições etapistas para o Brasil estavam sintetizadas em um livro escrito em 1924 – mas só publicado dois anos depois –, de autoria do dirigente comunista Octávio Brandão: *Agrarismo e industrialismo* (BRANDÃO, 2006). O livro de Brandão se propõe a analisar o movimento “tenentista”: a revolta de 1922 (“os dezoito de Copacabana”) e fundamentalmente o levante de 1924. Para isso, recorre às determinações “econômicas, políticas e psicológicas” desses acontecimentos. O predomínio do fazendeiro de café – a quem caracteriza como “feudal” – sobre as demais classes é para Brandão a chave da situação. “No Brasil, a pequena burguesia luta contra o fazendeiro de café. Nos países ‘civilizados’ o proletariado luta contra a burguesia. Eis a diferença, o que mostra o nosso atraso de pobres bugres da América do Sul.” (Ibid., p. 31) Os tenentistas, representantes da pequena-burguesia, teriam se insurgido contra os componentes feudais da estrutura econômica e social do Brasil, que é caracterizado como país “agrário”, dominado pelo latifúndio em aliança com o capital financeiro.

Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, conseqüência direta daquele. O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces. Idade Média. A conseqüência religiosa é o catolicismo. A religião que predominou na Idade Média, “tão justamente chamada a idade cristã”, [...] E a conseqüência psicológica: no alto, a mentalidade aristocrática, feudal; em baixo, a humildade.

...Como tudo isso se combina! A economia é a base, a camada sobre a qual se superpõem a política, a sociologia, a moral, a religião, a arte, a filosofia, a história, a

antropologia. A economia é em sociologia o que o granito é em geologia. (BRANDÃO, 2006, pp. 36-7)

Baseando-se aprioristicamente em um esquema histórico correspondente aos países avançados e furtando-se à análise da realidade concreta do Brasil, Brandão identifica no fazendeiro e no senhor de engenho a figura do “senhor feudal”. A consequência lógica da existência do senhor feudal é o servo, que para Brandão é personificado no colono e no trabalhador rural. A partir daí, todo trabalho “teórico” se resume em buscar coincidências entre o Brasil e a história da Inglaterra, da França e demais países que passaram pelo feudalismo. Essas coincidências são exploradas por Brandão até o extremo:

Manifestações sociais: O artesão, o tamanqueiro. O caudilho, forma moderna do barão de presa e rapina. O cangaceiro, revoltado, ao mesmo tempo, degenerescência do cavaleiro mercenário. O trabalhador rural negro, proveniente do escravo, exatamente como o vilão-servo da Idade Média. O rendeiro ou arrendatário, novo vilão-franco. A mulher a fiar na roca. A caça e a pesca – daí, a vida errante. A cabana do caboclo, isolada (daí o individualismo), sem chaminé, feita de palha de palmeira (de colmo, na Idade Média), construída à beira de rios ou riachos, o chão batido, a cumieira dividida em quatro lanços. A porta de palha trançada (de ramos trançados, entre os germanos). A bebida feita com água e mel ou aguardente e mel, o cachimbo, recordação do hidromel. O fausto bizantino entre os ricos das grandes cidades. A tortura nas prisões. (Ibid., p. 50)

Para o autor, a Independência representou apenas uma troca de amos. O Brasil deixou de ser colônia de Portugal para se transformar em colônia da Inglaterra. De 1822 a 1924, sobressaiu-se o predomínio britânico na vida econômica nacional. No entanto, a Primeira Guerra Mundial e os esforços de guerra dirigidos pela Inglaterra contra a Alemanha permitiram que os EUA se aproveitassem da situação para impor seu domínio sobre o Brasil. Instaure-se o domínio norte-americano a partir de então. Mas eis que assume a presidência Artur Bernardes, “um presidente agrário [...], cérebro estreito, que se presta aos manejos da Inglaterra” (BRANDÃO, 2006, p. 93). Eclode o conflito entre o imperialismo britânico e o norte-americano. Os EUA passam então a apoiar as revoltas que explodem contra Bernardes.

A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal. A Inglaterra apóia o presidente Bernardes, isto é, o fazendeiro de café, o agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente, apóia os revoltosos, isto é, a pequena-burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde, agirá a grande burguesia industrial.

...O pequeno-burguês não gosta do seu explorador, o agrário poderoso. O industrial não gosta de seu explorador, o financista. (BRANDÃO, 2006, p. 103)

Discorrendo sobre as tarefas do Partido Comunista anteriores à tomada do poder pelos tenentistas, Brandão estabelece como uma das prioridades apoiar a pequena-burguesia em luta contra os elementos “feudais” do país, mantendo, contudo, a independência do proletariado. Ao Partido Comunista caberia impelir os revoltosos à luta, devendo o proletariado cumprir o papel de “fiel da balança”. O autor chega a elaborar uma ideia muito particular sobre a revolução permanente a partir dessas considerações. Por isso, apesar de certas semelhanças, não se pode dizer que as ideias de Brandão coincidam inteiramente com as da *Comintern* stalinizada do “terceiro período”.

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – o 1789 brasileiro, o nosso 12 de março de 1917 – aos seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista. (Ibid., p. 133)

Essas ideias foram combatidas em toda a linha pelo movimento trotskista da época. No manifesto “Aos trabalhadores do Brasil”, a LCI, através do periódico *A Luta de Classe*, realiza uma análise marxista da “Revolução” de 1930. Com a crise das exportações do café, o Partido Republicano Paulista (representante da burguesia cafeeira de São Paulo), que junto ao Partido Republicano Mineiro exercera hegemonia sobre a República Velha, perde terreno e cede diante de um “pronunciamento” militar. A burguesia do Rio Grande do Sul – apoiada pela oligarquia de Minas Gerais, descontente com o protagonismo do PRP –, ligada à pecuária, policultura e indústrias correlatas, assume o poder, controlando o Estado e impondo seus interesses de classe sobre toda a nação – sob o pretexto da “unidade nacional” –, para obter, entre outras coisas, empréstimos do imperialismo. Essa burguesia tinha a necessidade de ampliar a base de seu mercado, por isso recorreu ao “nacionalismo econômico” e a uma política de redução de impostos, como forma de ludibriar as classes médias e o proletariado, ao mesmo tempo em que encobria seus reais interesses. Essa seria a origem da “Nova República”. Da análise, segue uma caracterização importante:

Nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas. A luta de classes é mais poderosa do que as abstrações

do liberalismo político. Na fase imperialista do capitalismo, a democracia burguesa – democracia formal – não passa de mistificação. A burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas. (LCI, 1987, p. 61)

A “Revolução” de 1930 se apresenta como revolta das forças produtivas da pecuária e policultura gaúcha contra a hegemonia da monocultura cafeeira paulista, que diante da Grande Depressão sofreu um forte abalo. O regime federalista do país não pôde suportar as pressões advindas da crise, e acabou dando vazão a um golpe militar. Em todo caso, essa mudança manteve intacto o regime de propriedade e reforçou o caráter centralizador do Estado, estando muito longe das transformações estruturais que caracterizam um verdadeiro processo revolucionário. O que ocorreu de fato foi uma redistribuição de poder no bloco dominante. Uma confirmação categórica da incapacidade da burguesia brasileira em cumprir as tarefas históricas para o estabelecimento de condições favoráveis ao desenvolvimento do próprio capitalismo. “O ‘desenvolvimento combinado’ de nação que se industrializa, no quadro da economia colonial”, apregoa a Liga em documento posterior (“Projeto de teses sobre a situação nacional”), “impede que a evolução das formas de dominação política da burguesia se faça nos quadros normais da democracia” (Ibid., pp. 165-6).

A bandeira das liberdades democráticas recaía, assim, sobre os ombros do proletariado, que a burguesia procurava anular politicamente com a perseguição de suas lideranças e o desmantelamento de suas organizações. A Liga, colocando-se como “fração de esquerda” do PCB, sob a direção de “Trotsky e Rakovsky”, compreende a importância das palavras de ordem democráticas sob o jugo da ditadura militar, estabelecendo um programa para a conjuntura que envolvia a legalização do Partido Comunista e dos “sindicatos revolucionários”. Além disso, defende a jornada de 8 horas de trabalho, a fixação de um salário mínimo, o voto secreto e direto, a convocação de uma Assembleia Constituinte e o reconhecimento diplomático da URSS. (Ibid., pp. 63-5)

As diferenciações internas do governo Vargas, reflexo do desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil e da conseqüente tendência autonomista dos estados, produziu um movimento político movido pelas burguesias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A “Revolução” Constitucionalista de 1932, desse modo, foi um processo político em que a burguesia paulista, sob o invólucro da luta pela Assembleia Constituinte – que visava arrastar atrás de si as massas pequeno-burguesas e proletárias contra as demais frações burguesas –, lutou abertamente para recompor sua hegemonia no governo central. Os trotskistas apelaram sem sucesso ao Partido Comunista por uma campanha conjunta pela

Assembleia Constituinte, em um primeiro momento para combater a ditadura de Vargas e se anteciper à burguesia, e depois para denunciar a demagogia da burguesia paulista. “Qual a maneira, pois, mais fácil e melhor de ‘arrumar a cama’ para a burguesia? Exigir realmente a realização de suas promessas” (LCI, 1987, p. 121).

Mas o auge da produção teórica da Liga está consubstanciado no documento “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, de fevereiro-março de 1931. No texto, Mário Pedrosa e Lívio Xavier partem da lei do desenvolvimento desigual e combinado para explicar a formação econômica, política e social do país. Em parte, trata-se de uma resposta direta ao livro de Brandão, cuja análise os trotskistas caracterizavam como “anti-marxista” e “desastrosa” (Ibid., p. 83).

O “Esboço” parte da compreensão de que o capital havia sido “exportado das metrópoles para o Novo Mundo” (PEDROSA e XAVIER, 1987, p. 67). O pressuposto do modo de produção capitalista na Europa foi a expropriação dos pequenos proprietários e a existência do trabalhador livre, conforme a análise clássica de Marx sobre a acumulação primitiva (2012b). Mas a imensa quantidade de terras virgens e a possibilidade de apropriação destas pelo colono tornava à primeira vista impossível a consolidação desse sistema na América Latina. Foi necessário utilizar meios “artificiais” para estabelecer a dependência do trabalhador. O Estado monopolizou as terras e as transferiu em forma de propriedade privada para um pequeno grupo de exploradores, além de introduzir o regime de escravidão. Os trotskistas chamam de “feudalismo particular” essa forma de repartição das terras realizada pela Coroa de Portugal, que correspondia ao sistema de “capitanias hereditárias” (LCI, 1987, p. 152).

Desde a colonização, portanto, o Brasil tornou-se uma gigantesca colônia de exploração agrícola baseada na grande propriedade fundiária, voltada para o mercado mundial. A introdução do capital comercial europeu – forma social mais avançada da época – teve de recorrer a meios extraeconômicos para assegurar sua viabilidade. Além disso, sua introdução causou uma grande reversão histórica, que foi o reaparecimento do escravismo. Quando da abolição deste, ocorreu uma simples mudança de forma para o regime de trabalho assalariado, processo que já vinha se desenvolvendo há tempos com o aumento dos fluxos migratórios da Europa; e que, na opinião dos autores, atesta o caráter “capitalista” da antiga exploração agrícola colonial.

Os grupos sociais típicos da colônia eram ligados à grande propriedade agrária (fidalgos, comerciantes, missionários), e nunca chegou a se constituir uma classe de pequenos proprietários. A exploração colonial sustentou uma monarquia cuja marca principal era a

inércia. O poder patriarcal e burocrático da monarquia emanava da grande extensão territorial, da fraqueza das cidades, da ausência de indústrias, em uma palavra: do retardamento do capitalismo. O anacronismo monárquico sobreviveu até mesmo ao fim do monopólio português (1808) e só foi abolido quando a burguesia paulista sentiu que tinha forças suficientes para a instauração da República.

Trabalho escravo, *latifundium*, produção dirigida pelos senhores da terra com a sua clientela, burguesia urbana e uma camada insignificante de trabalhadores livres, tanto nas cidades quanto nos campos – tais foram as particularidades que marcaram com a sua chancela a formação econômica e política do Brasil na América Latina... (PEDROSA e XAVIER, 1987, p. 69)

A abolição do escravagismo atendeu às necessidades prementes do desenvolvimento capitalista, como por exemplo a de estabelecer um novo mercado para os produtos industriais ingleses. A República, por sua vez, foi imposta mediante um golpe pela burguesia cafeeira, que almejava estabelecer seu poder por intermédio do Estado, abolindo as restrições monárquicas ao seu livre desenvolvimento. É por isso que os autores afirmam que “a burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade” (Ibid., p. 69). Vitoriosa, a burguesia paulista procurou alargar as bases de sua dominação incorporando os coronéis dos estados nortistas – refúgio pré-capitalista que exercia um regime de terror sobre a população – em seu bloco de poder (Ibid., p. 157). A centralização política destruiu quaisquer possibilidades de surgimento de uma burguesia democrática, uma vez que suprimiu as tradições municipalistas até então existentes em alguns estados (Ibid., p. 158).

A desigualdade do desenvolvimento econômico interno fez com que a burguesia convertida em classe dominante adotasse uma fórmula federativa de organização estatal, sob a hegemonia paulista. Mas o desenvolvimento capitalista nos outros estados ampliou sua integração e subordinação ao mercado mundial, levando também ao aprofundamento da diferenciação econômica entre os setores burgueses do país. A Primeira Guerra Mundial e a política protecionista produziram uma onda de industrialização que colocou o problema da ampliação do mercado interno. Essa ampliação passava necessariamente pela centralização e fortificação do aparelho de Estado. Como mencionado anteriormente, essa contradição (inerente ao capitalismo brasileiro) entre um Estado altamente centralizador e a forma federativa da Constituição de 1891 culminou na “Revolução” de 1930. O papel desempenhado pelo exército no movimento de 1930 explica-se pela ausência de partidos intermediários após a derrocada do PRP (LCI, 1987, p. 161).

A essa altura, Pedrosa e Xavier introduzem um elemento dos mais importantes: a penetração do capital imperialista no Brasil. Não se trata mais de simples exportação de mercadorias dos países avançados, mas sim da própria exportação de capitais desses países para as colônias e semicolônias.

A penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressiva. (PEDROSA e XAVIER, p. 74)

As inversões imperialistas atuam no sentido da concentração do capital que, por sua vez, aumenta o contingente e o grau de organização do proletariado. Uma classe operária altamente concentrada em alguns centros industriais – como São Paulo – é uma ameaça latente à burguesia brasileira. Por isso o perfil político dessa burguesia é sempre conservador. “A burguesia só começa a adquirir sua consciência de classe graças a seu pavor da revolução social” (Ibid., 79).

De um lado, a instabilidade causada pelo revolucionamento incessante da estrutura produtiva pelo imperialismo; de outro, o fortalecimento das posições dos trabalhadores. Tudo isso produz uma reação conservadora das classes dominantes locais, que abdicam de qualquer programa minimamente democrático, amplificando as tendências centralizadoras do Estado. “No Brasil, todas as classes estão subordinadas ao executivo e as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, têm, para o governo, um caráter subversivo” (Ibid., 1987, p. 76).

Os laços entre as facções burguesas, porém, eram extremamente frágeis. Não há tradições comuns de luta contra um inimigo externo – episódios nesse sentido são residuais e, sobretudo, absolutamente regionais –, e não houve necessidade de realizar um grande processo de expropriação da pequena classe proprietária para o estabelecimento do capitalismo. A imensa extensão territorial do país e a subordinação da produção ao mercado mundial – em outros termos, a ausência de cooperação das classes dominantes para o desenvolvimento de um mercado interno – produziram um “regionalismo burguês” que em parte explica os acontecimentos de 1930. Esse fenômeno é agravado pela intervenção imperialista: os déficits no balanço de pagamentos pressionavam a burguesia no sentido de

contrair empréstimos estrangeiros para sanar dívidas anteriores, ampliando sua dependência sobre as fontes de financiamento externas.

No documento “A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento”, de abril de 1931, Aristides Lobo busca aprofundar a discussão sobre a formação do Brasil a partir do pontapé inicial dado por Pedrosa e Xavier. Para isso, precisa a crítica dirigida contra as elaborações teóricas do Partido Comunista na década de 1920, sintetizadas na obra de Brandão. Segundo a concepção pecebista, a massa da população rural (os colonos) seria constituída por pequenos proprietários, no espírito da busca de identidades entre o Brasil e a Rússia e, principalmente, da revolução “agrária e antiimperialista” preconizada para os países da América Latina. Os trotskistas tinham uma visão diferente: o colono não estava em uma situação intermediária entre a do assalariado e a do pequeno proprietário agrícola; seu regime de trabalho o colocava mais entre o assalariado e o trabalhador escravo.

Tomando-se em consideração a formação econômica do Brasil desde o seu início, podemos estabelecer que, no estado de São Paulo, as massas oprimidas nas fazendas de café, principiando pelo trabalhador escravo e culminando por uma camada insignificante de pequenos proprietários agrícolas (sitiantes), assim se classificam, em ordem ascendente: o agregado e o colono, formando a grande massa que fica economicamente entre o escravo e o “camarada”; este último constituindo os 20% de assalariados livres da população rural; e finalmente o “meeiro”, que se situa entre o “camarada” e o sitiante. A idéia reacionária, que a burguesia é a primeira a disseminar, segundo a qual cada colono seria em geral um pequeno proprietário, não passa de cínica inversão da realidade. (LOBO, 1987, p. 89)

A superioridade teórica das análises da LCI em relação à perspectiva pecebista é gritante. Mas surpreendentemente, essas análises foram eclipsadas pela hegemonia que o PCB adquiriu sobre o movimento operário nos anos seguintes – principalmente após a vitória da URSS sobre o nazismo, que conferiu grande prestígio a Stalin, e também graças à figura carismática de Prestes (CHILCOTE, 1982). Algumas das ideias da Liga irão reaparecer depois da Segunda Guerra Mundial, de maneira mais aprofundada, nas teses desenvolvidas por Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. No entanto, a marginalização imposta aos trotskistas brasileiros – fruto da reação, mas também das perseguições stalinistas e de seus próprios erros políticos –, fez com que essas ideias

aparecessem como “grandes novidades” para os marxistas brasileiros da segunda metade do século XX<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Houve, além disso, uma inestimável perda entre os quadros trotskistas brasileiros. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, formou-se uma fração dentro da seção norte-americana da IV Internacional (o *Socialist Workers Party*, ou SWP) que criticava a defesa incondicional da URSS em caso de agressão do imperialismo. O dirigente estadunidense Max Shachtmann e Mário Pedrosa (que havia sido transferido para os EUA e militava naquela organização) defendiam a tese de que a URSS havia se convertido em um novo Estado imperialista. Após romper com o trotskismo, Pedrosa tentou fundar um partido socialdemocrata no Brasil em 1945, o Partido Socialista (COGGIOLA, 1984). A polêmica interna do SWP e as críticas às teses “anti-defensistas” de Shachtmann são desenvolvidas por Trotsky no livro *Em defesa do marxismo* (2011b).

## 2. O legado marxista dos autores brasileiros

O segundo capítulo busca resgatar a contribuição teórica da tríade de autores brasileiros escolhida. A partir de uma análise exegética de suas obras mais importantes, serão destacadas aquelas categorias analíticas que constituem o núcleo de suas formulações sobre a realidade brasileira. Na obra pradiana, esse núcleo é representado pelos conceitos de colônia, nação e revolução; em Ruy Mauro Marini, aparece como superexploração da força de trabalho e subimperialismo; já em Florestan Fernandes, é constituído pelas ideias de revolução dentro da ordem, revolução contra a ordem e autocracia burguesa.

### 2.1. Caio Prado Júnior: colônia, nação e revolução

Com a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo e História econômica do Brasil*, respectivamente em 1942 e 1945, Caio Prado Júnior realiza uma das mais fecundas críticas das teses etapistas e de matiz stalinista sobre o Brasil. Curiosamente, o autor também militava no Partido Comunista do Brasil, organização “oficial” dessas concepções em território brasileiro. Seja como for, Prado Júnior rechaça um suposto passado “feudal” ou resquícios “semifeudais” no Brasil, afirmando que a colonização havia criado “algo de novo” (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 10), não sendo mera reprodução da história de outros países.

Até o século XIV, a principal rota comercial da Europa era feita por terra. Todavia, a coisa muda de figura com o desenvolvimento de novas técnicas de transporte marítimo e de navegação, que vão progressivamente suprimindo essa via terrestre, sendo a base para a constituição de uma nova relação das forças econômicas, já no começo do século XV. Os países costeiros da Europa se beneficiaram amplamente dessa nova situação. Dentre eles, Portugal era o mais capacitado, expandindo seu comércio ao longo da costa da África e, contornando-a, até a Índia. Quando Espanha opta por chegar à Índia pelo ocidente, descobrindo assim a América, Portugal lhe segue, chegando então ao atual território brasileiro. Mas àquela altura, o novo continente era visto mais como um obstáculo à consecução de seu objetivo inicial (Ibid., pp. 21-23).

O povoamento em si foi uma consequência da natureza mesma do novo continente, cujo sistema de produção indígena não podia satisfazer os apetites do capital comercial europeu. Foi necessário estabelecer uma população “capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí” (Ibid., p. 24). Logo, os conquistadores iniciaram a exploração do pau-brasil. Essa exploração era realizada tanto por franceses quanto por

portugueses, já que os espanhóis se retiraram da costa brasileira em função do Tratado de Tordesilhas.

Mas, com ou sem direitos, o certo é que até quase meados do séc. XVI, encontraremos portugueses e franceses traficando ativamente na costa brasileira com o pau-brasil. Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 25)

Monopólio da Coroa portuguesa, a extração do pau-brasil era nômade, de modo que não podia servir como eixo da colonização. De valor relativamente alto – embora não representasse muito em relação às explorações do Oriente –, o pau-brasil foi rapidamente consumido, cedendo lugar a outras atividades.

A partir de 1530, o rei de Portugal, diante da pressão dos exploradores franceses, passou a tratar seriamente da questão da colonização. Contudo, a escassa população portuguesa, somada à falta de atrativos que um território selvagem podia oferecer, levaram a Coroa a oferecer vantagens fabulosas – de fato, poderes soberanos – aos que se aventurassem na empreitada. Somente doze se apresentaram, e assim a costa brasileira foi dividida em uma dúzia de capitanias que logo de início se dedicaram ao cultivo da cana-de-açúcar, encontrando para isso condições ideais de plantio (Ibid., pp. 31-3). A grande extensão das terras entregues aos donatários explica-se pelas dificuldades que tal empresa requeria e pela cobiça dos mesmos, afinal “não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários” (Ibid., p. 33). Mas principalmente, o caráter da cultura exigia sua produção em larga escala. Durante essa fase, somente no Sul do país, onde a colonização foi dirigida no sentido de resguardar as fronteiras da colônia, se constituiu um regime baseado na pequena propriedade camponesa. Ademais, o clima tropical impelia à produção de gêneros altamente rentáveis na Europa, forçando dessa forma a monocultura (Id., 1989, p. 119). A agricultura de subsistência, muito diferente desta, sempre possuiu uma dimensão secundária e subsidiária. Sua organização o demonstra: as culturas de consumo dos trabalhadores existiam como anexos da grande lavoura, apoiando-a. Nos casos em que se desenvolveu como atividade autônoma, sempre ficou à mercê dos grandes núcleos de povoamento. A alta dos preços dos produtos de exportação frequentemente ocasionava severas restrições alimentares nos grandes núcleos, pois restringiam o espaço para o plantio de itens de consumo interno.

O engenho, que correspondia à “fábrica”, era o centro da economia canavieira, de modo que com o tempo, toda a propriedade agrícola passou a ser denominada assim. Como indústria adjacente, havia a da aguardente, para consumo interno e troca com escravos africanos. Também para escambo com escravos, além de exportação para Europa, era cultivado em menor escala, desde o século XVII, o tabaco. Nesses marcos, a primitiva economia brasileira se estruturará a partir de três elementos fundamentais: a grande propriedade agrária, a monocultura e o trabalho escravo. Essa estrutura decorre dos fatores que condicionaram a colonização:

[...] o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 118)

“Naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc. XIX, é a escravidão” (Ibid., p. 277). É assim que Prado Júnior resume a organização social da colônia. A escravidão moderna foi reavivada quando já se encontrava praticamente extinta no Ocidente. Não constituía ela um fator do progresso material e da evolução econômica, como no mundo antigo, e sim um elemento subordinado a um simples negócio, como o era a exploração colonial. A incorporação do escravo negro e indígena (principalmente o primeiro) se deu unicamente pela via da força bruta – não apenas na lavoura, mas de forma ponderável também no trabalho doméstico –, diferentemente de Roma, em que os povos escravizados participavam da sociedade também pela contribuição cultural.

Durante o período da União Ibérica (1580-1640), Portugal perde sua autonomia e boa parte de suas possessões coloniais são invadidas por Holanda e Inglaterra. O comércio com o Oriente é perdido, restando apenas algumas poucas colônias africanas (fornecedoras de escravos) e o Brasil. Os holandeses invadem Pernambuco em 1630 e expandem seus domínios, até serem expulsos em 1654.

Todas estas circunstâncias determinarão profunda modificação da política de Portugal em relação à colônia. A prosperidade, a própria existência do Reino europeu passavam a depender exclusivamente dela. Tratava-se pois de tirar-lhe o maior proveito e partido possíveis. Doutra lado, o empobrecimento de Portugal, privado do comércio asiático [...] força o êxodo em larga escala de sua população

que procurará na colônia americana os meios de subsistência que já não encontrava na mãe pátria. (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 49-50)

O novo fluxo migratório foi responsável não só pela ocupação de parte do território brasileiro antes desabitado, mas também por conflitos em torno de posições sociais que chegavam a violências e perduraram até a Independência. Também houve um endurecimento da administração local: em 1584 estabeleceu-se um governo geral para supervisionar e auxiliar os donatários; e de fato, as capitanias foram perdendo terreno, de fracasso em fracasso, até sua completa dissolução no século XVIII (Ibid., pp. 50-1). Mas talvez uma das consequências mais importantes da perda de suas colônias na Ásia tenha sido a mudança abrupta na política econômica do Reino.

À medida que a população colonial vai crescendo e procura outras iniciativas em que aplicar suas atividades, a política de restrições econômicas se acentua. Procura-se impedir a produção de qualquer gênero que não interessasse diretamente à metrópole e seu comércio, ou que fizesse concorrência à sua produção nacional.

...[Surgiu assim uma] nova política econômica da metrópole portuguesa, que ao liberalismo do passado substituía um regime de monopólios e restrições destinados a dar maior amplitude possível à exploração e aproveitamento da colônia, e canalizar para o Reino o resultado de todas suas atividades. (Ibid., pp. 54-5)

No século XVIII, descobrem-se jazidas de ouro no Centro-Sul do país. Em cada capitania que possuía jazidas, criava-se uma Superintendência das Minas – que não se subordinava aos poderes locais, e sim diretamente à metrópole –, com a função de organizar a produção aurífera. A distribuição dos terrenos era feita mediante sorteio e também de acordo com o número de escravos que cada pretendente apresentava, e à administração cabia a quinta parte do ouro extraído. Os problemas decorrentes do contrabando e sonegação levaram ao estabelecimento de casas de fundição cujo monopólio cabia à administração, e onde todo ouro era fundido, marcado e de onde se deduzia a parte da Coroa (ou seja, era “quintado”). Somente assim, em barras “quintadas”, o ouro podia circular (Ibid., pp.56-8). Quando o quinto não era obtido, procedia-se ao derrame: a população local era obrigada, por todos os meios necessários, a completar a quantia, o que abria brecha para todos os tipos de abusos possíveis por parte da administração (Ibid., p. 59).

Os dois regimes de produção são o das lavras e o da atividade de faiscaidores: o primeiro corresponde ao trabalho coletivo de vários trabalhadores sob direção centralizada, em minas de bastante vulto; o segundo é exercido por trabalhadores isolados, escravos ou

livres, notadamente durante o período de decadência das minas (meados do século XVIII) (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 59, 60). Ou seja, a forma de exploração da empresa mineira não diferia substancialmente da grande exploração agrícola. A forma rudimentar de exploração, somada às condições naturais particulares – o caráter de aluvião e a ausência de rochas matrizes – logo fizeram o ciclo da mineração entrar em declínio, até desaparecer (Ibid., pp. 60-1). Ao declínio dessa atividade correspondeu o despovoamento da região Centro-Sul: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A existência de núcleos de povoamento nessa região, aliás, só foi possível devido aos altos preços dos metais preciosos, que cobriam as despesas do transporte até o litoral; quando essa atividade entrou em colapso, a pecuária tornou-se a atividade mais vultuosa daquela região, em função do baixo custo do traslado do gado.

No final do século XVIII, os avanços tecnológicos da Revolução Industrial tornaram o algodão a principal matéria-prima da indústria têxtil mundial, reiniciando um novo ciclo econômico no Brasil. Houve uma retomada das grandes explorações agrícolas – embora sem grandes avanços quanto à técnica, que permaneceu num nível muito primitivo e rudimentar<sup>9</sup> –, impulsionada em grande medida pelo declínio das minas no Centro-Oeste. As cidades costeiras tornaram a florescer, graças a sua posição geográfica privilegiada numa economia exportadora.

Adaptado a climas mais secos, a cultura algodoeira tendeu a se localizar mais para o interior. Sua produção era demasiado simples, consistindo basicamente no descaroçamento e enfardamento. Do ponto de vista da organização da produção, em nada se diferencia do engenho: grandes unidades produtoras, trabalho coletivo, mão-de-obra escrava (Ibid., p. 83). O Maranhão tornou-se célebre porque partiu praticamente do nada até chegar aos píncaros do comércio internacional do produto, tendo sofrido transformações não apenas de ordem econômica, mas também étnico-racial, com a importação maciça de escravos negros para uma região que até então só conhecia os colonos brancos e os indígenas. Porém, outras regiões acabaram suplantando o Maranhão no curso do ciclo algodoeiro (Ibid., p. 82).

No período em questão, constituiu-se também uma pequena indústria, tanto na agricultura quanto na mineração – fiação, tecelagem e mesmo de fundição, no caso das minas – de importância absolutamente secundária no quadro geral da colônia. Nas cidades, desenvolveu-se uma indústria independente das grandes propriedades rurais, muito rústica,

---

<sup>9</sup> O isolamento imposto à colônia por Portugal, baseado num regime unicamente interessado na cobrança de impostos por parte da burocracia administrativa, foi o fator decisivo para o enorme atraso tecnológico e cultural que fazia da agricultura brasileira um sistema tão primitivo em relação a outros lugares. O solo não era trabalhado preliminarmente e não se importava com seu exaurimento, haja vista a imensa quantidade de terras virgens. O resultado foi sempre uma baixa produtividade do trabalho. (Id., 1989)

baseada nas corporações europeias, principalmente têxtil e de ferro. Porém, essa pequena indústria foi ferozmente atacada pela Metrópole, que temia a independência econômica do Brasil, e quando restabelecida pela transferência da Corte ao país, teve de se defrontar com a já avançada concorrência estrangeira (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 105-8).

O comércio, concentrado nas cidades, possui uma importância que transcende suas dimensões e o status social de seus agentes. Constitui ele “uma classe credora, é quem financia a grande lavoura. Senhores de engenho, lavradores, fazendeiros são seus devedores” (Id., 1989, p. 301). Forma-se gradativamente uma oposição entre proprietários e comerciantes, que ganha contornos nacionais: os primeiros tornam-se “brasileiros”, aqueles que podem ter nascido na colônia ou não, mas aqui fizeram fortuna; os segundos permanecem portugueses.

Como o trabalho escravo é predominante, sobram poucas oportunidades de trabalho livre. Ademais, o estigma da escravidão – em que a classificação social se confunde com os caracteres fenotípicos – fazia com que os brancos que não possuíam posses não se empenhassem nas ocupações tidas como próprias dos negros. Sobram, para aqueles, poucas opções: o serviço público, as profissões liberais etc. Na carreira clerical, por seu turno, abundam os mestiços. Na colônia, há uma grande massa desclassificada: indígenas não adaptados, negros fugidos – que em parte constituem os quilombos –, brancos sem trabalho, graças à “carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia” (Ibid., p. 292). O sistema econômico da colônia, que menospreza qualquer tipo de atividade que não seja voltada para a produção e exportação de gêneros tropicais – e que é indissociável do trabalho escravo e da instabilidade frente às oscilações do mercado mundial – o explica.

O patriarcalismo emerge justamente da concentração de riqueza própria da exploração colonial. Escravos e parcela da população livre se juntam ao grande proprietário em suas terras; o senhor é a única fonte de subsistência e proteção possível – e, por conseguinte, de autoridade; o poder central é longínquo e inoperante nas vastas extensões rurais da colônia. Mesmo a Igreja se organiza em torno desse poder patriarcal. Surge assim uma aristocracia, que possui os requisitos “que constituem a base e origem de todas as aristocracias: riqueza, poder, autoridade. A que se unirá a tradição” (Ibid., pp. 295-6). Essa tradição é assegurada pelos laços de sangue e casamento que se constituem sob a condução direta do senhor. Todavia, “A formação brasileira, ao contrário do que se afirma correntemente, não se processou, salvo no caso limitado e [...] deficiente, das classes superiores da “casa-grande”, num ambiente de família.” (Ibid., p. 362) Somente uma ínfima parcela da população colonial constituiu família – em função do caráter específico do povoamento –, e mesmo nas classes

dominantes, o que se entende por família possuía um caráter formal, já que esta era na verdade “uma escola de vício e desregramento” (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 362).

No quadro geral de desorganização da administração colonial, em que não havia uma divisão clara entre as atribuições das instituições, Prado Júnior dá especial atenção às ordenanças: corpos militares que inicialmente figuravam como tropas auxiliares, estacionárias e de parques recursos, mas que assumiram um papel proeminente. Sua disseminação foi de fundamental importância para a organização colonial, principalmente no que se refere à instituição de uma ordem hierárquica no vasto território da colônia. As ordenanças perderam gradualmente seu papel militar e passaram a exercer funções administrativas, em áreas onde a administração colonial enfrentava dificuldades de se estabelecer e fixar raízes. A tendência à desagregação social foi dessa forma remendada pelo recurso à disciplina, hierarquia e militarização (Ibid., pp. 330-4). O papel da Igreja também é de grande monta. Para além das questões propriamente “espirituais”, esta possuía prerrogativas administrativas, como por exemplo o batismo e o casamento. Além disso, a Igreja intervia

[...] em tudo que hoje chamaríamos de assistência social ao pauperismo e indigência, à velhice e infância desamparadas; aos enfermos, etc. O mesmo podemos dizer do ensino. Também da catequese e civilização dos índios, em que, apesar de excluída do terreno temporal pela legislação pombalina, continuava a ação da Igreja, através de suas missões regulares, e mesmo em alguns casos seculares. E ainda, finalmente, não devemos esquecer o papel que representa no setor das diversões públicas, sabido como é que a maior parte das festividades e divertimentos populares se realizava sob seus auspícios ou direção. (Ibid., p. 337)

A população do Brasil, heterogênea, reunida em um vasto território em função unicamente da empresa comercial, possuía laços sociais bastante frouxos, ancorados quase exclusivamente no trabalho (Ibid., pp. 353). Assim, Prado Júnior não vê “na servidão senão o *único* elemento real e sólido de organização que a colônia possui” (Ibid., p. 354, itálico do autor); o trabalho livre apresentava-se disperso, desorganizado e totalmente à margem da estrutura social correspondente a ela. A incorporação do negro e do índio à exploração colonial não conhecia um fundamento moral que pudesse se sobrepor à hierarquia do clã patriarcal. “Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples.” (Ibid., pp. 354-5) Como consequência da junção do trabalho servil dos escravos, de um lado, e da ociosidade dos senhores, de outros:

A indolência, o ócio dos casos extremos, mas sempre uma atividade retardada, uma geral moleza e um mínimo de dispêndio de energia resultarão daí para o conjunto da sociedade colonial. Tudo repousará exclusivamente no trabalho forçado e não consentido imposto pela servidão; fora disto, a atividade colonial é quase nula. Onde falta a obrigação sancionada pelo açoite, o tronco e demais instrumentos inventados para dobrar a vontade humana, ela desaparece. (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 358)

Todo o sistema colonial, desde a conquista em diante, estava fundado no capital comercial europeu. O pacto colonial significava simplesmente o monopólio deste capital nas transações comerciais entre as colônias americanas e as coroas espanhola e portuguesa. Contudo, na segunda metade do século XVIII, surge um novo protagonista no cenário da Europa, que logo suplanta o capital comercial e assume o primeiro posto: o capital industrial. Este desbanca o artesanato – que era até então o tipo de produção dominante –, estabelecendo em seu lugar “grandes unidades produtoras, as manufaturas propriamente que reúnem grande número de trabalhadores, já agora simples assalariados, sob a direção de um patrão que dispõe do capital” (Id., 1979, p. 124). Ao capital industrial, centrado na produção e não no comércio, não interessam as barreiras monopolistas do pacto colonial; interessa, isto sim, que suas manufaturas adentrem todos os mercados, nacionais ou estrangeiros, de modo que aquele pacto constituía um obstáculo a ser removido. As monarquias espanhola e portuguesa, que vegetaram durante séculos exclusivamente no comércio colonial e por isso não desenvolveram indústrias, não conseguiram se adaptar à nova realidade. O sistema colonial desaba no final do século XVIII, e em seu lugar surgem novas nações. “Aos estancos impérios ibéricos substituir-se-ão as livres nações ibero-americanas, abertas ao comércio e intercuro do universo” (Ibid., p. 125). No que se refere ao Brasil, um fator específico teve particular importância no processo de independência: o ônus de uma metrópole decadente que deixava mesmo de cumprir suas funções de simples intermediária de forma satisfatória.

Protegido pelo monopólio comercial, impunha-se como intermediário forçado das suas transações, tanto na exportação como na importação. Simples intermediário, de fato, porque o Reino não era nem consumidor apreciável dos produtos coloniais que se destinavam sobretudo a outros mercados, nem fornecedor dos artigos consumidos no Brasil. Simples intermediário imposto e parasitário. (Ibid., p. 125)

Com a transferência da Coroa e sua corte para o Brasil em 1808, graças à invasão dos exércitos napoleônicos a Portugal, procedeu-se a abertura dos portos da colônia. Esta contingência histórica – Napoleão exigia que D. João participasse do bloqueio continental à

Inglaterra, sua aliada; o monarca, porém, resolveu fugir – encontrou em processo de amadurecimento as condições para a Independência, e teve consequências extraordinárias para a evolução subsequente do Brasil.

Medida de tamanho alcance, tomada assim de afogadilho, explica-se pelas circunstâncias do momento, pois o comércio português ultramarino achava-se virtualmente interrompido pela ocupação inimiga do território metropolitano; e a menos de isolar completamente o Brasil do mundo exterior, não havia senão franqueá-lo ao comércio e à navegação de outros países. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 127)

Após perder seu último aliado na Europa continental, Inglaterra volta-se para o Brasil. Impotente diante da França, D. João aceita o auxílio da Coroa britânica para garantir sua defesa – que incluía uma frota inglesa estacionada no Rio de Janeiro. “Conservava com isto sua coroa e títulos, mas terá cedido ao aliado inglês a sua independência e liberdade de ação” (Ibid., p. 128). As vantagens oferecidas à Inglaterra nas transações comerciais chegam inclusive a superar os privilégios da própria monarquia portuguesa (Ibid., P. 128). Com o tempo, as vantagens alfandegárias à Inglaterra foram estendidas aos demais países com quem o Brasil firmou pactos comerciais, “pois a situação anterior de desigualdade em favor da Inglaterra em nada beneficiava o país e apenas assegurava um quase monopólio dos ingleses” (Ibid., p. 134). Tal situação estrangulou completamente a raquítica indústria nacional, estimulando o aprofundamento da produção e exportação de gêneros tropicais.

O Brasil, já com tantas dificuldades para sair deste sistema que lhe tinham legado três séculos de formação colonial, e em função de que se organizara sua vida, assistia agora a seu reforçamento: em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação. (Ibid., pp. 134-5)

Embora prejudicial para os interesses de Portugal, essa transformação econômica (a abertura dos portos) teve efeitos positivos para a economia brasileira, com o crescimento do comércio exterior. Contudo, a elevação do padrão de vida na colônia – com a transferência da corte – também levou a um desequilíbrio financeiro, em função do aumento das importações. Como as divisas provinham unicamente das exportações, a Coroa buscou remendar os *déficits* recorrendo a empréstimos estrangeiros

A economia brasileira ficará na dependência de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros de que não poderá mais passar sem as mais graves

perturbações; e estas se verificarão cada vez que por um ou outro motivo tal afluxo é interrompido ou diminui seu ritmo. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 133)

Na opinião de Prado Júnior, os choques causados pelo avanço das forças econômicas e os problemas daí decorrentes encontram sua origem numa contradição original, que é aquela decorrente da estrutura econômica herdada o período colonial frente a um país que agora já se podia considerar politicamente independente. Em outras palavras, *processava-se a transição histórica entre colônia e nação*. Essa complicada transição teve impactos profundos naquilo que antes de tudo definia a estrutura social e econômica da colônia: o trabalho escravo. A Independência criou um problema que no período colonial estava colocado apenas de forma latente, em função da dominação externa que contrabalançava o peso das contradições sociais internas. Mas se tornou incompatível com a formação de uma nação independente a persistência do “sistema servil na estrutura social do novo Estado, cindindo sua população em castas nitidamente diferenciadas e opostas uma à outra” (Ibid., p. 143). Ao mesmo tempo, a escravidão dependia inteiramente do tráfico negreiro, uma vez que o crescimento vegetativo da população escrava era demasiado baixo – pela importação predominante de homens, mais aptos para o trabalho na grande lavoura, e pelas condições degradantes a que eram submetidos os escravos, que dificultavam a conformação de núcleos familiares (Ibid., p. 144). Por isso, o contexto internacional do início do século XIX – quando em 1807 a Inglaterra dá um giro de 180° em sua política anterior e passa a condenar o tráfico – atinge em cheio o Brasil. Por esse período, destaca-se a intervenção ativa dos ingleses no reconhecimento da Independência por parte de Portugal, em troca da abolição definitiva do tráfico africano. Os diversos tratados firmados, no entanto, não alcançaram efeito prático (Ibid., p. 149). Fato agravado pelo fortalecimento político dos proprietários rurais após a abdicação de D. Pedro I. Caberá à Inglaterra fazer cumprir a lei, com uma feroz repressão aos navios negreiros. Em 1845 esse país promulga uma lei unilateral, que “declara lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico africano, e sujeita os infratores a julgamento por pirataria perante os tribunais do Almirantado”.

Tal situação correspondia a um quase estado de guerra. A soberania brasileira era violada permanentemente, e aos protestos do governo, desprovido de recursos materiais para fazer frente ao poderoso adversário, respondia este com o desprezo, ou reafirmando sua inabalável decisão de liquidar o tráfico fosse por que meio fosse. (Ibid., p. 151)

Frente à perda de sua soberania e à desorganização geral que a ofensiva inglesa causava ao país, finalmente o Brasil toma medidas efetivas e abole o tráfico em 1850. A entrada de escravos diminui bruscamente nos anos subsequentes, sendo finalmente extinta antes do fim da década. Estava consumado o período de transformações estruturais iniciado com a abertura dos portos, e que o autor designa como “Era do Liberalismo”.

Com a abolição do tráfico de escravos encerra-se a fase de transição que se estende desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Ela será o último toque desta série de reformas consideráveis que se sucedem desde aquele momento e que modificariam tão profundamente o país, tornando-o de colônia inteiramente submetida ao exclusivismo mercantil da metrópole portuguesa, em Estado soberano, aberto à livre concorrência internacional. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 153)

Como o tráfico africano era um negócio de grande vulto, sua abolição levou ao deslocamento do capital nele invertido, fazendo florescer empresas de vários tipos e aumentando a massa de dinheiro circulante. Isso levou a graves crises econômicas (1857, 1864), oriundas do alastramento da financeirização. O fim do tráfico também conduziu a uma reaproximação com a Inglaterra, aumentando com isso os investimentos de capital inglês no Brasil (Ibid., p. 154). “Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos” (Ibid., p. 193).

Enquanto o Norte decaía – já na primeira metade do século XIX, Europa e EUA passam a produzir açúcar a partir da beterraba, taxando pesadamente as importações desse gênero e premiando as exportações dos produtores nacionais; enquanto a produção algodoeira dos EUA e Ásia ofuscam a brasileira – após um breve reerguimento da economia agrícola, o Sul do país, por outro lado, iniciava sua ascensão econômica com o cultivo do café, para o qual possuía um clima e solos ideais. A organização da lavoura não diferia substancialmente das explorações agrícolas anteriores, com exceção daquilo que era legado pelas particularidades físicas da planta: por ser mais frágil e demorar a dar frutos, exigia maiores investimentos de capital, o que tornava a cultura ainda mais elitista que as precedentes (Ibid., p. 161).

Embora sua procura no mercado mundial aumente consideravelmente ainda no século XVIII, só no século XIX o Brasil irá se converter em grande produtor de café, absorvido que estava no surto de mineração e, posteriormente, no renascimento da agricultura através do algodão. Conta consideravelmente para isso a Independência dos EUA.

As colônias inglesas da América do Norte- separando-se em 1786 de sua metrópole, inauguram então uma política econômica própria e independente dos interesses

ingleses e europeus em geral. Surgia deste lado do Atlântico uma nova potência internacional. O comércio cafeeiro também sentirá o influxo deste novo equilíbrio de forças. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 160)

A produção começou no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, mas será neste último que se fixará e se desenvolverá até atingir o auge. Inicialmente localizados no Vale do Paraíba, os cafezais paulistas migram em meados do século XIX para o oeste da província, em função da devastação desmedida do solo. Essa mudança geográfica trará consequências importantes: antes, o escoamento da lavoura era feito através do Rio de Janeiro; depois, passará à cidade de São Paulo e ao porto de Santos (Ibid., p. 165).

As crescentes exportações de café que tomam logo um vulto que deixa a perder de vista o intercâmbio comercial do passado, permitirão não somente restaurar o balanço das contas externas do país, tão comprometidas na fase anterior, mas restaurá-lo em nível nitidamente superior a tudo quanto o Brasil conhecera no passado. (Ibid., p. 168)

Os *superávits* que se acumulam com a exportação do café em seus primeiros anos permitiram o incremento das importações, não só de artigos de luxo para os proprietários rurais, mas também de recursos técnicos para a produção. Há, também e em consequência, o aprimoramento da função agrário-exportadora do país. Com a normalização das relações com a Inglaterra, também foi possível atrair investimentos ingleses (bem como de outros países) para a expansão dos meios de comunicação e transporte, e até mesmo para a indústria. Os investimentos ingleses, entretanto, ocorriam sobretudo na forma de empréstimos (Ibid., pp. 168-9). Por fim, uma reforma eleva a tributação de produtos importados em 1844 – a baixa tributação era uma das causas principais do desequilíbrio das contas e dos *déficits* comerciais – , o que deu algum impulso à indústria nacional e permitiu inclusive o aparecimento de manufaturas de certa importância na segunda metade do XIX (Ibid., pp. 170-1 e 193).

Com o fim do tráfico e em plena época de expansão do café, surge o problema da mão-de-obra. Tenta-se contorná-lo deslocando escravos das províncias decadentes do Norte para o Sul. Contudo, a importação de escravos do Norte mostrar-se-á insuficiente, e logo se recorrerá aos imigrantes europeus. Durante um tempo, chegou-se mesmo a combinar o trabalho escravo e o livre em algumas fazendas de café. Mas “essa estranha combinação não surtirá efeito e logo se verificará sua impraticabilidade, terminando num fracasso” (Ibid., pp. 174-5). O advento das manufaturas também será um fator desagregador do regime escravista. Nelas, se empregará majoritariamente o trabalho livre – o escravo, que corresponde ao valor

de um capital fixo, não oferece vantagens à indústria –, e um dos motivos que a opinião pública atribuirá na época para o baixo desenvolvimento manufatureiro do Brasil será justamente a escravidão (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 176). A guerra conduzida por Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai também acentuará as contradições do regime. Diante das imensas dificuldades de recrutamento de homens livres, recorreu-se aos escravos, alforriando-os de seus senhores. Como se não bastasse, muitos homens livres de algumas regiões não foram recrutados, “pois isto seria desamparar tais lugares deixando-os à mercê da massa escrava tão temida e perigosa” (Ibid., p. 178).

A Lei do Ventre Livre aprovada em 1871 não surtiu efeito efetivo, uma vez que os filhos de escravos permaneciam sob tutela dos senhores até os 18 anos, ou seja, permaneciam escravos. Esta lei serviu apenas para cooptar parte da opinião pública e isolar os abolicionistas mais radicais. Mas a partir de 1880 o problema voltou à tona. Após trinta anos do fim do tráfico, a crise do regime escravista tornara-se aguda. E pela primeira vez o povo, incluindo os escravos, tomaram partido na luta (Ibid., p. 180). Diante da ameaça de desagregação da ordem social, os escravocratas recuam, e em 1888 é abolida a escravidão no Brasil.

A transferência da corte portuguesa ao Brasil, tornando o país sede de uma monarquia europeia, trouxe problemas inscritos na ordem do povoamento. Era impreterível criar uma base social sólida para uma transformação dessa envergadura. A massa escrava sempre foi considerada uma ameaça latente, assim como os elementos não completamente assimilados pela obra da colonização; os colonos brancos eram em número reduzido. Questões de segurança externa e interna demandavam a constituição de uma força armada eficaz, e a previsão do fim do tráfico africano pressionava as autoridades e senhoras no que diz respeito à busca de novas reservas de mão-de-obra (Ibid., pp. 183-5). Ao contrário do tráfico africano, que atendia a interesses puramente econômicos, essa nova corrente imigratória inaugurada pela transferência da corte será antes de tudo de caráter político e militar. Terá, além do mais, pouca importância neste primeiro momento (Ibid., pp. 183 e 186). É somente na iminência do fim do tráfico de escravos que a questão assume uma nova dimensão.

Reativa-se a política de povoamento, e a par das colônias oficiais ou mesmo particulares, mas organizadas segundo o sistema tradicional que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terra agrupados em núcleos autônomos, aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se

adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros. (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 168-9)

Esse sistema trouxe inconvenientes. O tratamento brutal de senhores acostumados à escravidão, dispensado a trabalhadores livres; a coexistência de escravos e europeus livres exercendo o mesmo trabalho, o que gerava revolta nestes últimos; a falta de critérios na escolha dos colonos na Europa, ocasionando levas de trabalhadores inaptos para o trabalho. Tais problemas diminuíram bruscamente a corrente imigratória europeia (Ibid., p. 187-8). Contudo, esta será reerguida na década de 1870 (principalmente com os italianos), em função do avanço do café e das medidas tomadas contra a escravidão. Ao contrário do período anterior, o recrutamento passa então a ser feito em solo brasileiro, encarregando-se o governo do transporte dos imigrantes e da propaganda nos países de origem (Ibid., pp. 188-9).

Na verdade, estabelecem-se dois sistemas. Os denominados “imigrantes” representam os europeus trazidos ao Brasil pelo governo, a fim de trabalharem como assalariados na grande lavoura. Os “colonos”, por sua vez, são aqueles estabelecidos em núcleos de povoamento baseados na pequena propriedade rural. O sistema de “imigração” supera em muito o de “colonização”, graças à pressão dos fazendeiros de café. Perde-se com isso uma oportunidade ímpar, já que o simples assalariado não cria vínculos com a terra e possui um padrão de vida inferior ao do pequeno agricultor (Ibid., p. 189).

A adoção do trabalho livre também trouxe contradições para a grande lavoura, principalmente após a proclamação da República. Ao contrário do escravo, o trabalhador livre podia simplesmente abandonar a propriedade diante do primeiro desentendimento com o patrão ou problema de outra natureza. Devido à baixa densidade demográfica, os senhores necessitavam criar um sistema que fixasse o trabalhador à lavoura. Daí o famoso sistema de “barracão”. Todavia, esse sistema era de difícil aplicação quanto aos trabalhadores europeus, pois estes se concentravam nas regiões mais prósperas, em que o nível econômico e o comércio já haviam se desenvolvido o suficiente para tornar difícil sua fixação por dívidas (Ibid., p. 212). Além disso, o imigrante europeu, tendo plena consciência de sua situação como trabalhador livre, sentia-se mais inclinado a lutar por seus interesses. Esse fato chocava-se contra as atitudes dos proprietários, habituados com a passividade dos escravos. Por isso a introdução do regime de trabalho assalariado, apesar de ter representado um avanço do ponto de vista da produção, é ao mesmo tempo um elemento desagregador da grande propriedade rural.

Esta situação terá grande importância na evolução da legislação brasileira; em particular no Estado de São Paulo, o grande receptáculo da imigração estrangeira. A administração pública ver-se-á forçada a adotar medidas de proteção ao trabalhador rural contra excessos de seus patrões que estavam comprometendo o bom nome do país e a continuidade das correntes imigratórias de tão grande importância para a sua prosperidade. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 214)

O surto econômico que se verifica na segunda metade do século XIX – apesar da interrupção da Guerra do Paraguai (1864-1870), responsável pelo agravamento do desequilíbrio das contas públicas e do endividamento do Estado – ocorre em todas as áreas, mas sobretudo na agricultura. Esta poderá transformar a parte do capital fixo que antes estava imobilizada em escravos em capital circulante, inclusive para outros fins que não a contratação de trabalhadores livres (Ibid., pp. 193-4). Esse impulso de capitalismo será logo amparado pelo Estado e pelo capital estrangeiro, principalmente inglês. É que a construção de ferrovias, indústrias e aparelhamento em todos os setores estará além das possibilidades do capital privado nacional, que apenas começara a se formar (Ibid., p. 195). No período surgem manufaturas têxteis nas principais cidades (com exceção de São Paulo), aproveitando as reservas de mão-de-obra e seus mercados consumidores.

A questão de mão-de-obra nestes centros maiores e onde se localiza a indústria, resolver-se-á facilmente e a baixo preço. [...] Aí a população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos. [...] Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. [...] A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-á desde logo ineficaz, encontrará naqueles setores da população um largo, fácil e barato suprimento de mão-de-obra. E será esta a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará no futuro muito das suas características e da sua evolução. (Ibid., p. 198)

Contudo, a estrutura econômica fundamental do Brasil, herdada da colônia, continuava sendo a exportação de produtos agrícolas. Isto jogava contra o desenvolvimento da indústria, deixando-lhe à margem. Além disso, o baixo padrão de vida da população de um país agrário-exportador, não permitia que a industrialização ocorresse em compasso com o aumento da demanda, favorecendo muito as importações de manufaturas – de produção muito mais avançada no estrangeiro (Ibid., pp. 198-9).

Os meios circulantes dependiam inteiramente da situação fiscal do Império. Este cobria seus *déficits* com empréstimos no exterior e emissões de moeda. Normalmente, honrava suas dívidas contraindo mais empréstimos, e foi assim até o ano de sua queda (1889). O sistema monetário era instável, e só não entrou em colapso porque o país vivia um período de expansão econômica sem precedentes. Assim, o aumento do meio circulante era geralmente absorvido, sendo frequentes os casos em que a soma de dinheiro disponível era insuficiente (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 200-1).

A expansão econômica do final do século XIX se acentua com a República. O aumento do comércio internacional – em decorrência do desenvolvimento europeu e norte-americano – e a resolução definitiva do problema da mão-de-obra – com a abolição da escravidão e a imigração europeia – dão novo impulso à economia brasileira. Além disso, o golpe de Estado que proclamou a República, rompendo a amarra conservadora do Império e dando livre vazão aos interesses privados, leva os homens de negócios diretamente ao poder e legitima socialmente o enriquecimento como fim em si mesmo (Ibid., pp. 197-9).

Uma característica qualitativamente nova será o papel desempenhado pelo capital financeiro no Brasil. Não apenas na forma de empréstimos ao Estado e participação de indivíduos no comércio e na indústria, mas fundamentalmente no estabelecimento de bancos, com filiais das principais potências da época, em solo brasileiro. Estes bancos vão pouco a pouco dominando economicamente os principais ramos da economia, inclusive o café (Ibid., pp. 209-10). De qualquer modo, reafirma-se aqui a função agrário-exportadora. Acrescenta-se aos antigos produtos a borracha, de ampla procura com o advento da indústria automobilística (Ibid. 2010).

A contradição máxima da economia brasileira após a República será justamente sua expansão baseada quase que exclusivamente nas atividades agrícolas, particularmente no café. O crescimento do período representará, no fundo, a intensificação da dependência externa e a instabilidade provocada pelas flutuações relativas a um mercado cujos centros de decisão encontram-se fora do território brasileiro. Frente a tais oscilações, buscar-se-á a diferenciação das atividades econômicas, contando para isto com o auxílio do Estado. E é em São Paulo que as iniciativas neste sentido serão mais arrojadas (Ibid., p. 216).

Acompanha a República uma grave crise financeira, resultado das emissões de dinheiro inconversível, a princípio para atender às necessidades de circulação. Com a abolição, dezenas de milhares de escravos haviam se tornado assalariados da noite para o dia, e além disso o antigo Império sentia-se obrigado a compensar os senhores por meio do crédito. A República recém instaurada deu continuidade à política anteriormente planejada de

permitir a emissão por bancos, chegando inclusive a ampliá-la. A desorganização do aparato estatal com a mudança do regime, pesando sobre a arrecadação, e a forma federativa adotada, privando o poder central de certos tributos transferidos aos estados, agravaram o desequilíbrio das contas públicas; e a instabilidade de uma transformação política de tal monta tornava o recurso dos empréstimos irrealizável. Sobrava como último recurso o aumento das emissões. Tudo isso levou a um aumento desmesurado da especulação financeira, e por fim à crise de 1891. As contas externas se complicam, pois os investidores estrangeiros são afugentados pelo caos financeiro e a instabilidade política; o governo tem de lidar com as insurreições militares que se seguem no período. Acentuam-se as emissões, desvaloriza-se a moeda e cai a taxa de câmbio. Para piorar, a situação internacional do café se deteriora e em 1896 o Brasil conhece pela primeira vez uma crise de superprodução do produto. (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 218-20).

Entra em cena a ação do capital financeiro internacional, aproveitando a conjuntura. “O momento lhe era favorável: as dificuldades políticas e financeiras do governo abriam-lhe caminho para junto dele e lhe proporcionavam posições seguras” (Ibid., p. 221).

E é neste momento ainda que a finança internacional conquistará suas primeiras posições, fortes e sólidas, no terreno da maior riqueza do país: o comércio do café, que passará daí por diante a ser estreitamente controlado em função dos seus interesses. (Ibid., pp. 221-2)

Em 1898 estoura uma nova crise. O governo negocia uma moratória (os empréstimos externos eram a maior fonte de gastos) a fim de regularizar a situação. Os credores, por seu turno, impõem severas medidas de ajuste fiscal: aumento de impostos, privatizações etc. Sagra-se vencedor o capital financeiro internacional, que molda não só ótimas condições de investimento e retorno, como dirige diretamente, junto ao governo, as medidas de ajuste preconizadas. No período seguinte, os investimentos estrangeiros se ampliam, com portos, ferrovias e obras públicas (Ibid., pp. 222-3). Em suma, os primeiros anos da República foram marcados por uma crise de transição; a antiga desorganização das finanças, caracterizada sobretudo pelas emissões contingenciais de moeda, foi ampliada e redundou em crises financeiras sérias; finalmente, o capital financeiro internacional aproveitou a oportunidade para avançar em suas posições.

O problema da superprodução do café, cuja causa principal é a expansão da fronteira agrícola, começa a afetar seu preço entre os séculos XIX e XX. A desvalorização da moeda amortecerá os efeitos da redução de preços até a supracitada reforma de 1889; depois desta, as

oscilações sentir-se-ão mais. Nesse ínterim, a especulação ganha força. Os fazendeiros, necessitando remunerar os fatores de produção, vendem apressadamente a safra a grandes casas comerciais, que estocam o produto para revende-lo em períodos mais favoráveis. Há prejuízo dos fazendeiros, mas lucro dos comerciantes. Por pressão dos fazendeiros e diante desse estado de coisas, ocorre a intervenção das administrações dos estados (São Paulo à frente), com a compra direta da produção visando a valorização dos preços. Essa política durará até 1910 e, pela ausência dos recursos financeiros necessários para a compra e estocagem por parte da administração pública, contará com a participação de financistas estrangeiros das principais potências da época. Assim, efetivamente, a política de valorização do café, embora apoiada entusiasticamente pelos fazendeiros, acabou tendo como maiores beneficiários os banqueiros. São estes que passarão a controlar o mercado do café, enquanto aqueles, embora gozando de alguns anos de estabilidade, acabarão sendo taxados pela quantidade do produto exportado, arcando dessa forma com os custos dessa política.

A política de valorização voltará durante a Primeira Guerra Mundial, frente à retração do consumo mundial do produto. Após o conflito, seu consumo é largamente ampliado, acompanhando a retomada da economia europeia (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 228-34). E diante dos problemas oriundos de uma nova superprodução, adota-se novamente a política de valorização, mas dessa vez em caráter permanente. Para colocar em prática a política, cria-se em São Paulo o Instituto do Café (Ibid., p. 234). Compensa-se a retenção do produto com um banco público responsável por conceder crédito aos produtores. A alta valorização dos preços foi responsável pelo aumento das lavouras, financiado pelo crédito. No entanto, para manter a valorização, fazia-se necessário cada vez mais o aumento dos estoques. Isto criou um círculo vicioso que foi finalmente quebrado pela crise de 1929 (Ibid., p. 235).

Falou-se do papel marginal da pequena propriedade rural na formação brasileira quando comparada à grande propriedade, desde os tempos da colônia. Essa situação perdurará até o século XIX, quando aquela pequena propriedade fundiária começa a se expandir, fruto das novas condições que caracterizam a evolução econômica do Brasil no período.

O crescimento e conseqüente adensamento da população, a partilha por sucessão hereditária, a desagregação do regime servil, as crises atravessadas pelo sistema da grande exploração e sua ruína em diferentes regiões do país, figuram entre as circunstâncias principais que favorecem a eclosão de uma nova economia de caráter camponês e fundada na pequena propriedade. (Ibid., p. 249)

É a imigração o fator principal do processo. O desejo e a promessa de uma pequena propriedade é o que em grande parte estimula os imigrantes a virem ao Brasil. Esse ímpeto não se verificará nos trabalhadores brasileiros: o estatuto social dos escravos obviamente não lhes permitia sonhar com a terra; já os livres, por sua vez, ainda estavam demasiado “próximos do regime servil e de suas origens semibárbaras para imaginarem a possibilidade de superarem os grandes obstáculos opostos a seu acesso à propriedade” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 250).

A política de “colonização” implantada com a transferência da Corte portuguesa oferecia de fato estímulos à pequena propriedade. O aumento da imigração na segunda metade do século, porém, interrompe essa política, que será retomada apenas quando a imigração diminui, graças às restrições a ela impostas em função dos abusos dos fazendeiros. Houve portanto, no correr do século XIX, a formação de pequenas propriedades em várias regiões do país. Mas em São Paulo, é o deslocamento geográfico da lavoura de café, deixando atrás de si terras imprestáveis para a cultura, somada às regiões inviáveis para o estabelecimento da grande lavoura, que permitiram o surgimento do pequeno agricultor, recrutado entre as camadas subalternas. Também contam as crises do café e a desagregação da grande propriedade, com seu conseqüente parcelamento e venda a pequenos agricultores (Ibid., pp. 250-1). Além disso,

O que muito estimulou a pequena propriedade foi a formação de grandes aglomerações urbanas e industriais. A produção de gêneros para o seu abastecimento (verduras, frutas, flores, aves e ovos) não era compatível com os padrões clássicos da grande propriedade extensiva e monocultural. (Ibid., p. 251)

Nos outros estados, a ausência de concorrência com a grande lavoura (em função de sua franca decadência) tornou a proliferação da pequena propriedade ainda mais intensa. Nessas regiões, não é o imigrante europeu, mas sim o trabalhador nativo que ocupará o solo. De qualquer modo, e apesar das contingências, o estabelecimento da pequena propriedade possui aspectos muito progressivos, sociais e econômicos. A produção de gêneros alimentares sobretudo, que a grande lavoura simplesmente não pode cumprir. Assistir-se-á, assim, pela primeira vez, a disseminação de pequenas propriedades rurais. Fato notável, mas que não chega a representar ameaça à grande exploração agrária.

Como a abertura dos portos liquidou a primitiva indústria artesanal da colônia, não existe linha de continuidade entre esta e a indústria moderna. A indústria maquinofatureira não se apoiou em um desenvolvimento anterior, e por isso teve de partir do zero. Além disso,

enfrentou grandes obstáculos para o seu estabelecimento. Havia insuficiência de fontes de energia – o carvão mineral era raro e de baixa qualidade – e a siderurgia tornava-se inviável em função do afastamento das jazidas de ferro dos centros consumidores. Mas a indústria esbarrava em um problema ainda maior, que era a precariedade do mercado interno. A estrutura agrário-exportadora foi incapaz de articular as regiões produtoras entre si, através de vias de comunicação e transportes, bem como de um mercado organizado. O resultado foi o isolamento da população em núcleos povoadores muito distantes uns dos outros e a falta de uma verdadeira unidade nacional (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 257-8). Por outro lado, as dificuldades na importação de produtos manufaturados pressionavam o país no sentido da industrialização. A única fonte de divisas para a importação provinha da exportação, e esta não correspondia ao crescimento demográfico do Brasil, causando *déficits*.

O desequilíbrio geral das contas externas do país se comprova [...] pelo declínio constante do câmbio monetário, coisa que se observa em toda a evolução financeira do Brasil desde sua independência. E esta queda do câmbio, provocando o encarecimento das mercadorias de importação, formará por seu turno um dos estímulos à produção nacional. (Ibid. p. 258)

A elevação dos tributos dos bens de importação – objetivando não a proteção da indústria nativa, mas sim as necessidades financeiras da administração; a produção do algodão, matéria-prima por excelência da indústria têxtil; a oferta de mão-de-obra abundante e a baixo custo, recrutada entre a população livre não inserida no sistema exportador: todos estes fatores contribuirão para o advento da indústria no Brasil da segunda metade do século XIX. Essa indústria será predominantemente têxtil e dará seus primeiros passos a partir de pequenos estabelecimentos. Já no fim do Império e primeiros anos da República, as unidades industriais se alastrarão, aproveitando-se da diminuição do câmbio e do aumento das tarifas de importação – desta vez com fins de protecionismo. Em princípios do século XX, os três maiores estados industriais serão, nesta ordem, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (Ibid., pp. 258-60). Mas note-se que as barreiras à importação também criavam dificuldades. Veja-se por exemplo o fato de que todo o maquinário era importado, o que não apenas impedia a criação de novas fábricas, como determinava a obsolescência das já existentes e sua baixa produtividade. (Ibid., p. 263)

São Paulo logo se destacará, graças ao progresso que trouxe a cultura cafeeira. Os imigrantes europeus também serão muito superiores aos trabalhadores brasileiros no que diz respeito à técnica industrial, e o aproveitamento da energia hidráulica, com o surgimento das

primeiras usinas elétricas, também contará para a indústria. (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 260-1)

A Primeira Guerra Mundial criará uma situação muito favorável à indústria brasileira, com a drástica redução das importações e do câmbio. Também será responsável pelo início da exploração siderúrgica. A indústria de alimentos ultrapassará a têxtil, principalmente graças à produção de carne congelada do Rio Grande do Sul e São Paulo, que começa a ser importada pelos países desenvolvidos. (Ibid., pp. 261-2 e 269)

Chegada a este ponto de desenvolvimento, a indústria passara já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados do seu consumo era de produção interna, dispensando assim importações correspondentes de artigos estrangeiros. Este será um importante fator de equilíbrio das nossas contas externas e da normalidade financeira do país. É nesta conjuntura, aliás, que repousará em grande parte a indústria: torna-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio. (Ibid., p. 262)

Aproveitando-se das altas tarifas alfandegárias e da diminuição do câmbio, a burguesia industrial não será estimulada a incrementar tecnologicamente sua produção ou a lutar por novos mercados. Os industriais sequer disputarão entre si, devido à amplitude do mercado e à insuficiência de capitais para investimentos. Em geral, será uma burguesia acomodada. (Ibid., p. 262).

Não é assim difícil compreender a debilidade orgânica em que se debaterá a indústria brasileira. E sua grande vulnerabilidade. A sua sorte estará indissolúvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. Qualquer conjuntura favorável das finanças externas brasileiras repercutirá duramente na indústria. (Ibid., p. 266)

Há também o caso de empresas estrangeiras que se instalam no Brasil, contornando com isso as barreiras da alfândega e ao mesmo tempo buscando força de trabalho barata e canais de transporte mais acessíveis. A grande maioria delas, diferente das empresas nacionais, é constituída por grandes unidades. Neste caso particular, a produção é dividida entre a nação de origem e o Brasil; mas muitas vezes, acabam elas tornando-se autônomas, elaborando a maior parte de sua produção, com o fim de adaptarem-se melhor à situação do

mercado nacional. Estas empresas estrangeiras cumprirão mais tarde o papel de estabelecer uma indústria de base, tão importante para o desenvolvimento do país – embora a contribuição do Estado no estabelecimento desse tipo de indústria também tenha sido relevante, como se observa no setor da siderurgia. Embora as primeiras empresas subsidiárias tenham chegado ao país antes da Primeira Guerra Mundial, é depois da Segunda Guerra Mundial que esse elemento alcançará seu ápice (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 266-8 e 274).

A primeira incursão do capital financeiro no Brasil ocorreu, como já assinalado, com a transferência da Coroa portuguesa, na forma de empréstimos da Inglaterra. Visava-se com isso a independência política do país e o estabelecimento do livre comércio, que naquelas circunstâncias só podia favorecer os ingleses. No final do século XIX, porém, o objetivo de expandir o comércio da Inglaterra é substituído pela penetração do capital financeiro em todos os setores da economia mundial, constituindo assim um sistema que articula todos os mercados e explora as principais fontes de matérias-primas do planeta. Além disso, não cabia à Inglaterra o monopólio desse sistema; este era objeto de disputa entre as maiores potências da época. Nessa fase propriamente imperialista, o capital financeiro será investido principalmente no café e em sua política de valorização, através do financiamento, comércio, exportação e, já fora do país, distribuição e industrialização. Mas é claro que não se deterá aí e procurará outras atividades, inclusive a especulação financeira, que em uma economia instável como a brasileira, oferecia grandes lucros. Também operará na indústria. No começo, abarcando os serviços públicos de viação, transportes, energia, obras públicas; mas, como já referido, também na indústria manufatureira propriamente dita, além de ser pioneira na exploração (para exportação) de certas matérias-primas minerais, como o manganês e o ferro (Ibid., pp. 271-5)

É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. (Ibid., p. 279)

Para o autor, o imperialismo explora não apenas o proletariado das nações subordinadas, mas também a burguesia nacional (Ibid., p. 280). Assim, o conjunto da nação

sofreria a espoliação, e esse seria um fator explicativo para o ritmo lento da acumulação de capital no Brasil. O imperialismo também seria responsável por manter o Brasil preso à estrutura colonial, fazendo “passar a um segundo plano todas as atividades tendentes a libertar o país de suas contingências coloniais” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 281). Mas apesar desses aspectos negativos, ele também trouxe aparelhamento, espírito de iniciativa, modernização (Ibid., p. 282).

A incorporação do Brasil ao sistema imperialista reforçou o caráter agrário-exportador de sua economia. No entanto, isso entrava em contradição com as exigências colocadas pelo novo padrão de vida social aberto com aquela incorporação. Afinal, a instabilidade crônica de uma economia baseada em tal modelo resultava em crises cada vez mais profundas, que não permitiam sequer manter um nível adequado de existência para o conjunto do país (ibid., pp. 287-8). Começa então a se desenvolver um setor da economia substancialmente diferente do modelo tradicional, ajustado às necessidades de um mercado interno em formação. A abolição da escravidão e a imigração europeia, criando uma massa de consumidores antes inexistente, juntamente aos avanços nos transportes e comunicações, são os responsáveis por essa transformação; mas também contam para seu aparecimento as consequências produzidas pelo modelo tradicional, que dificultavam cada vez mais as importações: a desvalorização do câmbio e os *déficits* constantes da balança comercial. A produção se diversifica tanto no terreno da agropecuária quanto das manufaturas (Ibid., pp. 288-90). A Primeira Guerra Mundial estimula a substituição de importações, apesar do modelo tradicional ser em grande parte retomado após o conflito, com o aumento da demanda de produtos primários no comércio internacional. De qualquer forma, essa situação não durará muito, e o setor novo ganhará cada vez mais força (Ibid., pp. 290-1). Mas é a partir da crise de 1929 que o processo se consolida. A queda das exportações e a fuga de capitais provocou uma desvalorização brutal do câmbio e um desequilíbrio enorme nas contas externas – tanto que os serviços da dívida externa chegaram a ser suspensos pelo governo na década de 1930.

Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem neste momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial. Acentua-se assim novamente o processo de nacionalização da economia do país. A grave crise que sofria seu sistema tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais, resultava no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias. (Ibid., p 292)

Assim como no conflito anterior, a Segunda Guerra Mundial deu novo fôlego ao modelo tradicional, com o aumento da demanda de gêneros alimentares e matérias-primas no

mercado mundial – embora esse aumento da demanda, em decorrência do exaurimento dos recursos naturais do país, não tenha sido acompanhado pelo aumento substantivo da produção. De igual modo, a importação também diminuiu. Dessa forma, as contas externas do país foram momentaneamente equilibradas. Nessa conjuntura, a indústria brasileira pôde se desenvolver em escala inédita, tanto para o abastecimento do mercado interno (que se encontrava em nível muito superior ao período pré-guerra) quanto para o de alguns outros países, que também sofriam com o desabastecimento provocado pelo conflito. Mesmo assim, o fim da guerra trouxe à tona, novamente, as contradições anteriores (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 302-3).

Mas essas oscilações não puderam conter a marcha dos acontecimentos, que na opinião do autor estava caracterizada pela transição do modelo tradicional para uma “economia nacional”. O advento da indústria, porém, também está cheio de percalços. Seus primórdios resultam de um amontoado de circunstâncias ocasionais e exóticas: tarifas alfandegárias para suprir as necessidades do Tesouro; guerras mundiais; flutuações do câmbio. Por isso o parque industrial não pôde se desenvolver de forma orgânica, articulando suas diversas unidades; a resultante do processo foi uma grande desigualdade de ritmos, a desconexão entre as partes e a dependência externa de matérias-primas, produtos semielaborados e (principalmente) maquinário. (Ibid., pp. 298-9 e 323-4). Acrescenta-se a isso o fortalecimento do imperialismo estadunidense e reerguimento da economia europeia, bem como a Instrução 113 de 1955 – que favorecia a importação de equipamento industrial por empresas estrangeiras, em detrimento das brasileiras –, o que acabou levando a uma tendência de integração entre capitais nacionais e estrangeiros. Essa penetração imperialista, ao invés de sanar o problema das contas externas do país, o agravou, graças à remessa de lucros das empresas subsidiárias às suas matrizes no exterior (Ibid., 1979, pp. 314-6). Esses lucros, finalmente, são liquidados por meio dos saldos que o país obtém em seu comércio exterior. Como esses saldos só podem ser obtidos através das exportações, verifica-se de que forma os interesses dos trustes imperialistas se articulam ao setor colonial da economia brasileira (Ibid., pp. 327-8).

Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação consequente que se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações essenciais à nossa subsistência e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas

aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 328)

Em *A Revolução Brasileira*, de 1966, Prado Júnior procura extrair dessas análises um programa para intervir politicamente no rumo dos acontecimentos. O cenário político de então, convulsionado pelo golpe de 1964, não tornava fácil a tarefa. O autor ataca a disputa reinante no âmbito do marxismo acerca do caráter ou essência da revolução no Brasil. Para ele, mais importante que determinar aprioristicamente o tipo dessa revolução (se “socialista”, “democrático-burguesa”, “agrária e antiimperialista”, de “libertação nacional”), é compreender as tarefas que ela impõe a partir da dinâmica dos fatos concretos. Somente quando determinadas essas tarefas a partir da análise proveniente da situação real, pode-se falar, secundariamente, do caráter da revolução.

Em conformidade com *Formação do Brasil contemporâneo e História econômica do Brasil*, o autor trata a ideia de um “feudalismo” brasileiro como pura sandice. Os caracteres socioeconômicos do campo brasileiro, utilizados à exaustão para se confirmar aquela ideia, possuem outra origem. A parceria, por exemplo, corresponde mais à relação de trabalho assalariado que se paga em víveres – e apresentava-se mais vantajosa ao trabalhador, em função da grande inflação verificada na época –, e estava localizada em culturas bastante específicas (como o algodão), tendo se disseminado já no século XX – não sendo por isso um “anacronismo” ou “herança”. O barracão, o cambão e outras formas anacrônicas, essas sim são uma herança do passado – mas de um passado escravista, e não feudal.

A economia camponesa, cuja terra é trabalhada pelo pequeno agricultor, baseada na subordinação e na dependência pessoais, em que os produtores são os que realmente ocupam as terras e também detêm as ferramentas, gado etc., e em que os proprietários possuem privilégios em função do regime político-jurídico vigente etc. – esta organização social, política e econômica que corresponde ao feudalismo –, nada disso chegou a ser preponderante em nenhum momento da história do Brasil (Id., 1977, pp. 40-3). A exploração agrícola brasileira já nasceu ligada ao cultivo extensivo e ao trabalho escravo, diferente da ocupação individual de pequenos camponeses do feudalismo. Este modo de produção “nem podia ter ocorrido neste território deserto ou muito raramente povoado que era o nosso, ao se realizar a descoberta e colonização” (Ibid., p. 45).

As duas concepções acerca do problema agrário – de um lado, os defensores de uma estrutura feudal ou semifeudal; de outro, os que consideram a grande propriedade e sua exploração como essencialmente capitalistas – criam duas perspectivas opostas acerca do

caráter da revolução no Brasil. A luta antifeudal é uma luta pela ocupação e livre utilização da terra por parte do pequeno agricultor e contra os privilégios dos senhores. Já os trabalhadores que trabalham a terra como simples força de trabalho contratada pelo empresário, lutam por melhores condições de trabalho e demandas salariais. A luta por melhores condições de trabalho e emprego do assalariado rural não pode levar ao fracionamento da grande propriedade em pequenas parcelas, mas sim à luta pela coletivização (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 61).

O autor combate a divisão artificial introduzida pela concepção stalinista acerca dos setores que compõem a classe dominante no Brasil – de um lado e correspondendo aos “senhores feudais”, os “latifundiários”; do outro, a “burguesia nacional”. Com exceção das regiões mais atrasadas do país, é frequente a transição entre a burguesia de uma atividade econômica à outra, ou mesmo a atuação simultânea na indústria, comércio e agricultura.

São todos homens de negócio, burgueses e capitalistas – na acepção específica, econômica e social da expressão – que não se diferenciam entre si senão pelo ramo e vulto de seus negócios. Não há nada que se assemelhe no Brasil ao *status* especial dos proprietários ou senhores de terra da Europa pré-capitalista ou da Ásia. (Ibid., p. 71)

No que se refere à suposta oposição entre a “burguesia nacional” e o imperialismo, o capital nacional e o capital estrangeiro encontram-se ameadados nos ramos mais importantes da economia, demonstrando que não há oposição de interesses entre eles – não suficiente para esboçar “discriminações de ordem estrutural e marcar posições político-sociais distintas e caracterizadas” (Ibid., p. 73).

O cerne da análise de Caio Prado Júnior está no fato de que o Brasil ainda carrega traços do período colonial que bloqueiam suas potencialidades de desenvolvimento. A Revolução Brasileira é caracterizada pelo autor como o conjunto de transformações que aponta para a evolução social do Brasil de colônia para nação, entendido esta como a integração nacional da população a fim de atender seus próprios interesses.

[...] é na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa. É aí que a herança de nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do ponto de vista social. E assim a superação do estatuto colonial que representa [...] a linha mestra da revolução brasileira, encontra no campo os principais e essenciais obstáculos a seu processamento. (Ibid., p. 137)

Uma vez que a maioria dos trabalhadores rurais é formada por assalariados ou empregados, e não por camponeses, é a luta por melhores condições salariais e de trabalho que constitui o centro da problemática revolucionária, e que pode, elevando as condições de vida do trabalhador rural e seus níveis de consumo, contribuir para a constituição da nação. Tomando as coisas objetivamente, a divisão da grande propriedade fundiária no Brasil acarretaria um retrocesso das forças produtivas e da produtividade do trabalho. Além disso, trata-se de uma palavra de ordem que se encerra em si mesma, e não abre possibilidades de desenvolvimento ulterior a partir de uma crescente mobilização das massas trabalhadoras rurais; as disputas pela terra geralmente são resolvidas com o estabelecimento definitivo do camponês ou com o desapossamento deste, não produzindo maiores repercussões. Por fim, os pequenos e localizados focos de economia camponesa não concorrem diretamente com o latifúndio, carecendo a reforma agrária de um sujeito social capaz de leva-la a cabo.

## **2.2. Ruy Mauro Marini: superexploração da força de trabalho e subimperialismo**

A publicação de *Dialética da dependência*, em 1973, lançou as bases para a formação de toda uma escola de pensamento social latino-americano. Baseada na fusão entre anti-imperialismo, anticapitalismo e teoria marxista, a chamada “teoria da dependência” produziu fortes reverberações no campo da História, Economia, Sociologia e Ciência Política de todo o continente; mas surpreendentemente, suas ideias tardaram a chegar ao Brasil – e até hoje pode-se dizer que foram muito pouco assimiladas pela esquerda brasileira. Desde logo, essa escola travou uma grande luta ideológica contra o chamado “desenvolvimentismo”, teoria assimilada pelos Partidos Comunistas da América Latina em seu afã de alcançar uma aliança estratégica com as burguesias nacionais (MARINI, 1992).

Segundo Marini, a economia latino-americana apresenta certas peculiaridades frente ao que se poderia considerar o “capitalismo puro”, que no nível da análise podem se tornar insuficiências ou deformações. Para o autor, interessa analisar o capitalismo a partir de sua “estructura global y su funcionamiento” (Id., 1985, p. 14): o desenvolvimento “insuficiente” do capitalismo em um dado país não é sinônimo de “pré-capitalismo”; na verdade, trata-se de uma expressão particularizada (“sui generis”) da economia mundial. Isso é válido inclusive para a economia colonial, em que “la insuficiencia prevalece sobre la distorsión” (Ibid., p. 15). Aí, é a análise da particularidade da integração da América Latina ao mercado mundial que permite compreender seu desenvolvimento futuro.

Desde o século XVI, a América Latina desenvolveu-se umbilicalmente ligada à dinâmica do capitalismo nascente, através da exportação de produtos primários e metais

preciosos, que foram fundamentais para o desenvolvimento do capital comercial, bancário e manufatureiro. O movimento pela Independência coincidiu com a Revolução Industrial na Europa, e os países emergentes passaram a se articular mais intimamente com a Inglaterra, trocando produtos primários por manufaturas e dívidas (num primeiro momento, em função do *déficit* da balança comercial; num segundo, como forma de transferir o excedente econômico para a nova metrópole). Dessa forma, os países latino-americanos não chegaram a desenvolver um mercado comum ou sequer uma articulação entre os mercados do continente. A partir disso, se fixou uma divisão internacional do trabalho com papel específico atribuído à América Latina (MARINI, 1985, pp. 16-8).

Para Marini, dependência é uma “relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, em cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (Ibid., p. 18). Por isso, a dependência produz cada vez mais dependência. Só é possível romper esse ciclo através da supressão do sistema de produção que está em sua origem. Mas a condição de colônia e a de dependência não são exatamente a mesma coisa: somente durante o século XIX a economia latino-americana e mundial são completamente integradas, quer dizer, somente com o advento da grande indústria, que permitiu “profundizar la división del trabajo y especializar a los países industriales como productores mundiales de manufacturas” (Ibid., p. 21). A plena incorporação da América Latina ao mercado mundial na segunda metade do século XIX aumentou a oferta mundial de meios de subsistência, barateando-os. Reduziu-se o valor da força de trabalho nos países industriais, permitindo com isso deslocar historicamente a produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa<sup>10</sup>.

Uma vez que o aumento da produtividade, além de ser acompanhada do rebaixamento do valor da força de trabalho, significa também maior demanda de matérias-primas, verifica-se um aumento da composição orgânica do capital – diminuição do capital variável e incremento do capital constante. Os capitalistas se apropriam do lucro (que é uma fração da mais-valia produzida). Este não se mede pela relação com o capital variável (taxa de mais-valia), mas sim pela totalidade do capital dispendido. Assim, o aumento da composição orgânica do capital resulta numa tendência à queda da taxa de lucro (Ibid., pp. 26-28)

---

<sup>10</sup> Marini recorda que um simples aumento de produtividade não implica aumento da massa de mais-valia (o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias permanece o mesmo), apenas sua redistribuição entre os capitalistas, conferindo àqueles que introduziram inovações técnicas uma mais-valia extra (ou extraordinária). O aumento da mais-valia só pode se dar com o encurtamento do tempo de trabalho necessário e ampliação do excedente (MARINI, 1985).

Recorre-se ao aumento da mais-valia, como forma de compensar a queda da taxa de lucro. Porém, os capitalistas também recorrem à diminuição do valor das matérias-primas industriais (aumentando sua massa no mercado), como forma de diminuir a composição orgânica do capital e, assim, combater a contradição acima mencionada (MARINI, 1985, pp. 28-9). Outro elemento é a tendência à depreciação dos preços dos produtos primários no mercado mundial, quando comparados aos produtos industriais.

No es porque se cometieron abusos en contra de las naciones no industriales que éstas se han vuelto económicamente débiles, es porque eran débiles que se abusó de ellas. No es tampoco porque produjeron más de lo debido que su posición comercial se deterioró, sino que fue el deterioro comercial lo que las forzó a producir en mayor escala. Negarse a ver las cosas de esta manera es mixtificar la economía capitalista internacional, es hacer creer que esa economía podría ser diferente de lo que realmente es. En última instancia, ello conduce a reivindicar relaciones comerciales equitativas entre las naciones, cuando de lo que se trata es de suprimir las relaciones económicas internacionales que se basan en el valor de cambio. (Ibid., p. 31-2)

À medida que se desenvolve o mercado mundial, as leis econômicas tendem a substituir a coerção no processo de reprodução ampliada do capital. Por outro lado, conforme analisado por Marx (2012a), a forma preço permite distorções na lei do valor, de modo que frequentemente as mercadorias não são trocadas pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Isso se verifica, por exemplo, no fenômeno da mais-valia extra – ou quando a produtividade de um país especializado em determinado ramo de produção é superior à produtividade média dos demais países que também se especializaram nesse ramo. Quando há trocas entre países especializados em ramos diferentes de produção (por exemplo: produtos primários e produtos industrializados), uns podem vender suas mercadorias por um preço acima de seu valor, obtendo assim uma transferência gratuita de parte do valor produzido pelo país menos favorecido. O fenômeno da transferência é aprofundado quando o país que possui o privilégio no intercâmbio possui também produtividade maior que a média naquele ramo industrial específico.

O país desfavorecido tenta compensar essa transferência por meio do acréscimo de valor de suas mercadorias. Esse aumento do valor é obtido com o aumento da exploração do trabalhador (prolongamento da jornada, aumento da intensidade do trabalho ou ambos). Surge uma contradição entre diminuição dos preços (pelo aumento da oferta) e aumento do valor das mercadorias. Resumidamente, tenta-se compensar a troca desigual não mediante o aumento da

produtividade do trabalho, mas sim através do aumento da exploração interna. Essa seria a principal característica da América Latina do ponto de vista da economia mundial.

Outra maneira de aumentar a exploração do trabalhador é rebaixando seu salário, isto é, reduzindo seu consumo, que é transformado diretamente em fundo para o capital. Marini argumenta que esses mecanismos não se aplicam necessariamente a relações de produção capitalistas; a integração das economias pré-capitalistas (baseada na produção de valores de uso) ao mercado mundial (fundado sobre o valor de troca) também pode desatar esse processo. Diferente das economias industriais, o baixo desenvolvimento das forças produtivas (patenteado na indústria extrativista e na agricultura) desses países faz com que o aumento do trabalho não descanse num aumento significativo do capital constante. Ao contrário: não aumentar o grau de exploração do trabalho significa desemprego dos fatores de produção, pois as terras, minas etc. tornam-se ociosas. A necessidade de rebaixamento do valor da força de trabalho entra em contradição com o regime de trabalho escravo, cujo fundo de reprodução do trabalhador é constante, pois não está diretamente ligado ao fato de o escravo produzir ou não. Por outro lado, o salário do proletário é uma média para o conjunto da classe, mas que permite variações acima ou abaixo do valor de sua força de trabalho. Por isso a tendência a transformar toda a vida do escravo em trabalho quando a economia colonial é integrada ao mercado mundial: reduzir os “pontos mortos”, cujos custos são arcados pelo proprietário (MARINI, 1985, pp. 39-46).

No Brasil, quando a oferta de mão-de-obra escrava diminuiu a partir da segunda metade do século XIX, os fazendeiros optaram pelos imigrantes europeus; abolição da escravidão foi o coroamento de uma tendência que se desenvolvia há tempos. Todavia, essa abolição foi acompanhada de uma série de medidas para fixar o trabalhador à terra – e que nos dias de hoje poderiam ser consideradas como a instituição de relações de trabalho “análogas à escravidão”, como o “barracão”, vinculação através de dívidas etc. Para Marini, trata-se de um misto entre servidão e trabalho assalariado. Em todo caso, a relação de dependência do mercado mundial levou a América Latina, pela via do processo de circulação, ao modo de produção capitalista (Ibid., pp. 46-49).

Quando finalmente se estabelece a produção capitalista na América Latina, a acumulação de capital no continente é baseada na superexploração do trabalho, não no aumento da produtividade. Essa é, nas palavras de Marini, “la esencia de la dependencia latino-americana” (Ibid., p. 49).

Nacida para atender a las exigencias de la circulación capitalista, cuyo eje de articulación está constituido por los países industriales, y centrada pues sobre el

mercado mundial, la producción latinoamericana no depende para su realización de la capacidad interna de consumo. Se opera así, desde el punto de vista de país dependiente, la separación de los dos momentos fundamentales del ciclo del capital – la producción y la circulación de mercancías – cuyo efecto es hacer que aparezca de manera específica en la economía latinoamericana la contradicción inherente a la producción capitalista en general, es decir, la que opone el capital al trabajador en tanto que vendedor y comprador de mercancías. (MARINI, 1985, p. 50)

Nos países industriais, a contradição aparente entre consumo produtivo (meios de produção) e consumo individual (bens de consumo) é amortecida. O consumo individual realiza a mais-valia e permite o reinício do ciclo do capital, equilibrando produção e circulação. Na economia latino-americana, porém, a circulação se volta ao mercado externo, o que significa que o consumo individual não determina a realização da mais-valia, apenas sua produção. Assim, o sistema busca explorar brutalmente a força de trabalho sem grandes preocupações quanto à sua reprodução – fato agravado pelo afluxo de trabalhadores da Europa (pela Revolução Industrial) e pelas reservas de mão-de-obra indígena. Portanto, a contradição entre produção e circulação é levada ao extremo. Em outras palavras, *a assimilação do capitalismo nos países latino-americanos produziu uma originalidade – ou configuração específica – que exacerba as tendências do capitalismo em sua totalidade e reproduz a dependência em relação aos países avançados*. O subconsumo dos trabalhadores da América Latina apresenta como única saída ao capital as exportações. O consumo dos capitalistas passa a se basear em importações, enquanto o dos trabalhadores depende da produção interna, o que cria uma estratificação do mercado interno (Ibid., pp. 50-55).

Nos países avançados, a criação de um mercado interno ocorreu paralelamente à acumulação primitiva. Os meios de subsistência dos produtores expropriados foram transformados em capital variável, e o próprio produtor foi transformado em proletário e consumidor. Por isso a expansão do mercado interno nos países industriais ocorre concomitantemente à acumulação de capital. Essa tendência é acentuada com a importação de bens de consumo (alimentos etc.) baratos do exterior, liberando uma parte maior do consumo do operário para as mercadorias manufaturadas. A economia dos países avançados nasce e se desenvolve a partir da produção de mercadorias para o consumo das massas, barateando-os com o aumento de produtividade, para diminuir o tempo de trabalho necessário e obter um acréscimo da mais-valia. O aumento da mais-valia obtida com uma maior produtividade do trabalho ocasiona um aumento da demanda por produtos manufaturados e artigos de luxo por parte das classes não produtoras, gerando por sua vez dois ciclos de circulação (algo similar

aos países atrasados). Todavia, essa estratificação do mercado interno não produz um rompimento entre os dois ciclos de consumo, haja visto que o aumento da demanda do ciclo superior é uma consequência imediata do aumento da produtividade do trabalho (MARINI, 1985, pp. 58, 59).

O continente latino-americano nunca conheceu uma economia industrial como essa. Nunca houve “industrialização”, entendida como o deslocamento do centro de acumulação para a indústria. Mesmo em países com relativo desenvolvimento industrial como o Brasil, a indústria continuou dependente dos produtos primários. Aliás, essa indústria só surgiu em função da Grande Depressão nos anos 1930, que abalou a acumulação de capital fundada sobre as exportações. O consumo das classes não produtoras, baseada na importação de produtos manufaturados, voltou-se para o mercado interno, coincidindo assim com o consumo dos trabalhadores – o que causou a impressão de que os desajustes da dependência começavam a ser corrigidos.

Na América Latina, a superexploração da força de trabalho e conseqüente subconsumo das massas teve como resultado a constituição de uma indústria bastante frágil. Os trabalhadores não foram os grandes impulsionadores do surgimento da indústria; o desenvolvimento intermitente desta está ligado aos períodos em que o ciclo de consumo superior (da burguesia e demais classes não produtoras) foi interrompido. A diferença qualitativa em relação aos países avançados está em que, na América Latina, o processo de industrialização não criou sua própria demanda; ele apenas a substituiu. O mercado de bens manufaturados já existia, com uma demanda fixa e preços altos. Os capitalistas que passaram a atuar sobre ele não tinham o menor interesse em ampliar o mercado, lucrando alto com a situação monopolista. Por último, em função do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas – que colocava o salário como fator mais importante dentre os custos de produção –, o capitalista industrial se beneficiava dos grandes fluxos de trabalhadores provenientes do declínio das exportações para rebaixar salários e aumentar ainda mais seus lucros. Já que os produtos industriais não configuravam um elemento importante do consumo de massas, não fazia sentido para os capitalistas aumentar a produtividade do trabalho para baratear as mercadorias e a força de trabalho, assim como a contradição entre o aumento da oferta de produtos e a diminuição do consumo dos operários (ambos frutos do aumento intensivo e extensivo da jornada de trabalho) não era um impeditivo para a realização da mais-valia.

Arrancando, pues, del modo de circulación que caracterizara a la economía exportadora, la economía industrial dependiente reproduce, em forma específica, la acumulación de capital basada en la superexplotación del trabajador. En

consecuencia, reproduce también el modo de circulación que corresponde a ese tipo de acumulación, aunque de manera modificada: ya no es la disociación entre la producción y la circulación de mercancías em función del mercado mundial lo que opera, sino la *separación entre la esfera alta y la esfera baja de la circulación en el interior mismo de la economía* [...]. (MARINI, 1985, pp. 63-4. Itálicos do autor)

Quando finalmente a demanda e a oferta de bens industrializados coincidem (entre as décadas de 1940 e 1950 no Brasil), se impõe a ampliação do mercado. Opera-se a partir daí a incorporação das classes médias (cuja renda, como se sabe, é mais-valia não acumulada) e o aumento da produtividade do trabalho mediante assimilação da tecnologia industrial dos países avançados.

O crescimento da indústria latino-americana passou a demandar bens de capital, matérias-primas e produtos semielaborados. Com o declínio das exportações, essa demanda não podia ser suprida apenas com o comércio. A situação econômica particularmente favorável do pós-guerra permitiu uma espetacular concentração de capitais nos países centrais, que encontrou na América Latina um ambiente propício à inversão – principalmente nas indústrias que se desenvolveram durante a Guerra. Ao mesmo tempo, indústrias de maquinaria floresceram nos países avançados, e estes começaram a estimular o desenvolvimento industrial na periferia, através da exportação de máquinas tecnologicamente ultrapassadas. A América Latina tornou-se, a partir desses processos, uma grande importadora de capitais. Surge uma nova divisão internacional do trabalho: os países latino-americanos especializaram-se, no que se refere à indústria, à produção de bens menos elaborados, tecnologicamente inferiores. Como a estrutura dos ciclos de consumo se mantém, o advento de novas tecnologias contribui para aumentar a superexploração da força de trabalho. “La acumulación sigue dependiendo en lo fundamental más del aumento de la masa de valor – y por ende de plusvalía – que de la cuota de plusvalía” (Ibid, p. 72).

O avanço tecnológico nas indústrias de artigos de luxo obstaculiza a realização de mais-valia, contradição que é parcialmente contornada pela intervenção do Estado (na forma de empréstimos e subsídios) e pelo mecanismo da inflação, que rebaixa ainda mais o salário real e transfere valor para a esfera superior de circulação. As duas esferas permanecem repelindo-se mutuamente, uma vez que o desenvolvimento industrial não amplia significativamente o consumo de massas. Por fim, como o modelo de acumulação não permite a ampliação do mercado interno e restringe a realização às classes abastadas, a partir dos anos 1960 verifica-se uma volta da economia exportadora, dessa vez de bens essenciais e artigos de

luxo. Esse último fenômeno é a base da caracterização de “subimperialismo” utilizada por Marini para se referir, entre outros, ao Brasil (MARINI, 1985, pp. 66-77).

A economia exportadora *não é ainda* capitalista. Constitui ela uma etapa de transição para o capitalismo, que só se realiza com a indústria (Ibid., p. 82). Somente com o advento da indústria e da produção de capital, os países da América Latina, desde sua origem completamente subordinados à dinâmica do mercado mundial, passam a expressar suas próprias leis internas de desenvolvimento capitalista. A realização então desloca seu centro para o ciclo de capital do próprio país (Ibid., p. 85). Com o aumento da demanda por produtos primários e recorrendo à superexploração, o quadro econômico da economia latino-americana se torna favorável durante a segunda metade do século XIX. Evidentemente, essa tendência atrai capitais estrangeiros (no financiamento, comércio e produção), aumentando a composição orgânica do capital e a produtividade do trabalho. A tendência à queda da taxa de lucro é compensada pela superexploração.

Em síntese, o que Marini entende por “superexploração” é a maior exploração da força física do proletariado. Polemizando com a ideia de que as categorias econômicas inferiores (como mais-valia absoluta) devem ceder lugar na análise às formas superiores (mais-valia relativa), Marini parte de um ponto de vista desigual e combinado: afinal, a própria formação do capitalismo na Europa e a conseqüente mudança de eixo da mais-valia absoluta para a relativa só foram possíveis mediante a superexploração nos países latino-americanos. Além do mais, a continuidade desse padrão de acumulação nos países avançados depende da superexploração na América Latina. Ora, isso implica que as formas particulares que a exploração capitalista assume em cada país são interdependentes, de modo que uma mudança no padrão de acumulação em um país acarreta uma mudança qualitativa no conjunto do sistema, ou seja, mudanças no padrão de acumulação nos diversos elos que compõem a cadeia (Ibid., p. 85-93).

Essa análise geral sobre a América Latina, centrada em conceitos amplos e abstratos, é complementada por Marini em *Subdesenvolvimento e revolução* – obra que havia sido publicada em 1969. Nela, o autor estuda as manifestações concretas do que chama de superexploração e subimperialismo nos países do continente, particularmente o Brasil.

Já em meados do século XIX, Brasil, Chile e Argentina aumentam, por um lado, sua produção de bens primários à exportação, e, por outro, recebem créditos da Inglaterra para importar bens manufaturados e estruturar seu sistema de transportes. Em 1875, EUA e Alemanha começam a intervir mais diretamente na América Latina, em detrimento da Inglaterra. A enorme concentração de recursos – em decorrência da eclosão de sua fase

monopolista – forçava os países centrais a exportarem capitais para a periferia – inclusive por meio de investimentos diretos –, investindo sobretudo em seus setores mais dinâmicos. Uma vez que o eixo de realização da mais-valia dos países latino-americanos eram as exportações, em grande medida controladas pelo capital externo, a diferença entre estas e as importações era determinada por fatores exógenos ao país (MARINI, 1975)

Mas naqueles países onde o controle *direto* das exportações não pertencia ao imperialismo, também havia investimentos secundários na produção para o mercado interno. É o caso do Brasil. O fluxo de capitais estrangeiros para os setores mais dinâmicos de certas economias subdesenvolvidas relegava um papel secundário às classes dominantes locais. Nestes países, desenvolve-se em certa medida a indústria, mesmo mantendo-se a superexploração e a troca desigual (Ibid.).

No início do século XX, os setores industriais (na verdade, artesanais) do mercado interno eram representados basicamente por imigrantes, sem grande influência na vida política e social local. Este setor pôde aproveitar as crises do comércio externo para se desenvolver, apoiado em grande medida no setor agroexportador, que não achava boas oportunidades de investimentos. Efetuou-se assim um primeiro pacto entre burguesia agrária e burguesia industrial. O “pacto firmado entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, pois, os choques de interesses no seio da classe dominante” (Ibid., p. 40). Mas o fato de ambas as frações da classe burguesa terem constituído um pacto político-econômico revela que, apesar das contradições – que repousavam nas diferenças entre o mercado interno e o mercado externo –, tal bloco convergia no sentido de interesses comuns.

A Segunda Guerra ampliou o raio da indústria, reforçando o setor burguês ligado ao mercado interno, tendo este se apoiado no crescimento urbano – os trabalhadores beneficiados com a redistribuição do produto das exportações. A interrupção do comércio fez com que as burguesias nacionais iniciassem o segundo ciclo de industrialização, baseado na indústria pesada. Esse período coincidiu com um momento em que o imperialismo necessitava, em função da gigantesca concentração de capitais sob hegemonia norte-americana, exportar bens de capital. (Ibid., pp. 35-44)

A industrialização por substituição, isto é, para suprir a demanda momentaneamente interrompida pela Guerra, mediante a assimilação de tecnologias poupadoras de mão de obra, produziu o efeito de, juntamente com uma oferta crescente de braços, permitir à burguesia diminuir o preço da força de trabalho bem abaixo de seu valor. Para importar bens de capital e efetivar a segunda etapa do ciclo industrial, o setor industrial estimulou as atividades

exportadoras, a fim de obter divisas. Os custos recaíram sobre as massas trabalhadoras, através da inflação e do abandono das reformas de base. Dessa forma, a burguesia latino-americana abria mão de um projeto de capitalismo autônomo, na medida em que apoiou o velho setor exportador e associou-se à burguesia imperialista, importando maquinário obsoleto na forma de investimentos diretos – realizando, portanto, a comunhão de interesses entre as classes dominantes locais e o imperialismo.

O advento das ditaduras militares no continente teve como base a) o fim do bonapartismo nacionalista (Vargas, Perón etc.) apoiado sobre o movimento de massas e b) o fim da política de desenvolvimento de um capitalismo independente. O papel dirigente do Estado e o crescimento dos gastos militares permitiu finalmente a realização do segundo ciclo industrial. A nova divisão internacional do trabalho que emerge daí relega a alguns países da América Latina o papel de produtores de mercadorias correspondentes a fases inferiores do capitalismo, enquanto os países centrais dominam os processos de ponta e as tecnologias que a eles correspondem. Produz-se uma estratificação entre países da região, fundada no ramo industrial que cada um domina e, por conseguinte, formam-se centros subimperialistas, de um lado, e simples mercados consumidores, de outro.

Assim como *A revolução brasileira* de Caio Prado Júnior, *Subdesenvolvimento e revolução* foi publicado no conturbado contexto de fins dos anos 1960. Por isso, uma de suas maiores preocupações é delinear o processo histórico que, a partir das contradições e ziguezagues inerentes ao capitalismo brasileiro, acabou culminando no golpe de 1964 e na ditadura empresarial-militar que o seguiu. Recorrendo a estes fatores e mecanismos internos, o autor salienta a complicada relação entre as principais frações da burguesia brasileira como causa principal daqueles acontecimentos. É neste livro, aliás, que o conceito de subimperialismo é aprofundado, a partir da análise concreta da evolução econômica, social e política do Brasil.

De 1922 até 1937, o crescimento do setor industrial voltado para o mercado interno esteve na origem da efervescência que caracterizou a vida política do país. As interrupções do comércio internacional, em decorrência da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929, criaram condições excepcionalmente vantajosas para o desenvolvimento da indústria brasileira, que pôde dar um salto a partir da substituição das importações. Com a “Revolução de 1930”, esse setor industrial procurou ocupar espaço dentro do bloco de poder dominante, sem, no entanto, desalojar as oligarquias agrárias. Mas é somente em 1937 que o compromisso entre burguesia industrial e latifundiários se consolida. A complementaridade entre essas duas frações se tornou possível (como já referido) porque as divisas necessárias à realização de importações pelo setor industrial provinham das exportações do setor agrário.

Como a industrialização brasileira ocorreu a partir da substituição de bens de consumo importados, impedindo o desenvolvimento orgânico de um parque industrial moderno, sua expansão dependia da importação de bens de capital, ou seja, a indústria reforçava o sistema agrário-exportador. Essa é a base do “Estado Novo”, que também procurou cooptar o proletariado através do estabelecimento de uma legislação social e trabalhista, além do controle estatal sobre os sindicatos, garantindo com isso a estabilidade sociopolítica do país (MARINI, 1975, pp. 58-9).

Mas esse pacto entra em crise na década de 1950, graças ao crescimento do setor industrial e as dificuldades enfrentadas pelas exportações brasileiras. Esses elementos colocaram em risco a complementaridade entre os dois principais setores da economia. A burguesia industrial, então, passa a lutar pelo aumento de sua influência dentro do Estado, chocando-se com as regras estabelecidas em 1937. Para atrair o proletariado, baseou seu programa no aumento do emprego e melhoramento do nível de vida das massas, condicionando ambos à ampliação da industrialização. Essa estratégia acabou levando Vargas de volta ao governo em 1951; mas sua política nacionalista logo começou a sofrer resistência de setores burgueses e da classe média, assustados com as tentativas de mobilização da classe operária realizadas por seu então ministro do Trabalho, João Goulart (Ibid.)

Diante da pressão, Vargas recua e dá um giro à direita em seu governo. Além de promulgar a Lei de Segurança Nacional – criando um dispositivo que seria usado pelo regime de 1964 para reprimir o movimento operário e popular – e ampliar o acordo militar com os EUA – colocando as forças armadas brasileiras sob tutela norte-americana –, em 1953 muda a política cambial, estabelecendo regimes específicos para cada setor e implementando o câmbio livre para a entrada e saída de capitais. Essa medida, arquitetada para conciliar os interesses conflitantes de industriais e latifundiários, acabou levando à desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, restringindo as importações e favorecendo as exportações, o que reduziu momentaneamente os *déficits* comerciais. Mas logo a situação voltou a se desestabilizar, com a queda do preço do café e a redução das exportações – o que somado ao crescimento da inflação e as mobilizações proletárias contra o aumento do custo de vida, acabou isolando definitivamente o governo.

Tornou-se claro que a cooperação entre o setor industrial e o setor exportador não era mais possível nos marcos do esquema semicolonial<sup>11</sup> em que fora forjada nos anos 1930. Enquanto a indústria pressionava pela alta do câmbio, o setor exportador via seus lucros

---

<sup>11</sup> Para Marini, esse “esquema semicolonial” corresponde a uma economia predominantemente agrário-exportadora.

diminuírem e não podia mais oferecer as divisas necessárias às importações. Por outro lado, a remessa de lucros para o exterior, dependente dos *superávits* da balança comercial, agravava ainda mais a situação.

Após o suicídio de Vargas, o governo Café Filho promulgou a Instrução 113, que permitia a entrada de investimentos estrangeiros (na forma de capital fixo) sem cobertura cambial. A crise das exportações também fez a burguesia industrial abandonar a política nacionalista de Vargas e se empenhar na integração com o capital externo – a existência de uma ampla massa de capitais excedentes nos EUA facilitou essa cooperação. Esses fatores aliviaram durante certo tempo a situação do setor industrial, que pôde compensar a escassez de divisas com as inversões do capital imperialista (MARINI, 1975, pp. 59-66).

Juscelino Kubitschek assume em 1956, após uma tentativa de golpe da direita que visava impedir sua posse. Rapidamente, o novo governo põe em marcha o ambicioso “Plano de Metas”, centrado no aumento dos gastos públicos e na oferta de enormes vantagens às inversões estrangeiras, principalmente nas áreas de infraestrutura e indústria. Operou-se a partir disso uma grande expansão econômica; mas também a ampliação da influência externa na economia brasileira. Essa influência exerceu papel importante na recomposição do bloco entre industriais e latifundiários, já que a remessa de lucros para o exterior dependia do desempenho da agricultura. Era do interesse do capital externo, ao qual se submetia o setor industrial, o bom andamento das exportações. Daí a aceitação, por parte dos industriais, das políticas de incentivo à agricultura (Ibid., pp. 66-74).

Em função dessas políticas e da desigualdade existente entre a expansão e desenvolvimento da indústria urbana e a estagnação da estrutura agrária, no período em questão ocorreu uma elevação generalizada dos preços dos produtos agrícolas, incluindo o setor que abastecia o mercado interno. Para Marini, esse fenômeno era explicado pela grande concentração das terras e pela estrutura agrária excludente do Brasil. De fato, vários setores da sociedade brasileira passaram a defender uma política de reforma agrária para mudar esse quadro. Patenteou-se, assim, uma nova contradição entre o setor industrial e os latifundiários, cujos interesses em manter a arcaica estrutura fundiária brasileira impediam a ampliação do mercado interno. A diminuição das inversões externas e a pressão sobre a balança de pagamentos dos grupos internacionais – que ansiavam pela repatriação dos lucros obtidos – tensionavam os conflitos entre os dois setores. A “trégua” entre industriais e latifundiários durante o “Plano de Metas” explodiu nos anos 1960, com a escalada da inflação e a entrada em cena dos trabalhadores organizados. A inflação deixa de ser um mecanismo de transferência de valor para as classes dominantes e vira uma “luta de morte entre todas as

classes da sociedade brasileira para própria sobrevivência, e não poderia terminar senão confrontando essa sociedade com a necessidade de uma solução pela força (MARINI, 1975, p. 75).

O governo de Jânio Quadros (1961) – que Marini qualifica como “ensaio de bonapartismo” (Ibid., p. 76) – caracterizou-se pelo autoritarismo e desprezo a todo tipo de organização, seja ela partidária, sindical, patronal ou de outra natureza. Seu programa concentrava-se em estabilizar a moeda, realizar reformas estruturais e implementar uma política externa independente. Quadros introduziu uma mudança econômica significativa, abolindo o sistema criado em 1953 por Vargas – e todas as medidas subsequentes que se apoiavam nele, incluindo a Instrução 113 – e estabelecendo com isso um mercado único para importações e exportações, com câmbio flutuante. Ao mesmo tempo, aumentou a tributação interna de importações e exportações, criou bônus de importações e cotas de retenção de lucros. Esse novo sistema de câmbio flutuante teve o efeito de favorecer o setor agroexportador, graças à desvalorização da moeda nacional, além de melhorar a situação do fisco, com a tributação interna. Outro efeito da nova política cambial foi a eliminação dos setores econômicos ainda não plenamente estabelecidos ou considerados antieconômicos – aqueles que se beneficiavam com o antigo sistema de câmbio. Assim, de um só golpe, essa nova política cambial procurava recuperar o setor exportador e eliminar o pequeno e médio capital em benefício da grande indústria.

A política externa independente do governo, por seu turno, tinha dois objetivos: conseguir novas fontes de crédito e ampliar o mercado para os produtos brasileiros no exterior, inclusive nos antigos Estados operários. Pretendia-se com isso contornar a insuficiência do mercado interno por meio das exportações de produtos manufaturados. O grande plano de Quadros era formar um bloco econômico com os demais países periféricos, cuja hegemonia pertenceria a Brasil e Argentina. Essa política externa heterodoxa foi sem dúvidas o grande destaque de seu governo, rendendo-lhe grande apoio popular; e, inversamente, uma feroz oposição de vários setores, de direita e de esquerda. Quando renunciou, Quadros estava no ápice de sua popularidade. Seu cálculo político era o de que, renunciando, colocaria a direita (Lacerda e os ministros militares que lhe faziam oposição) em xeque, e voltaria com apoio ainda maior (Ibid., pp. 76-82).

Porém, as massas se mobilizaram frente à desestabilização nacional gerada pela renúncia de Quadros de uma forma que este não havia previsto: exigindo a posse de seu vice, Goulart, figura muito mais próxima do movimento sindical. Este assumiu após o regime passar a traços parlamentaristas, como forma de refrear as tendências políticas do novo

presidente – transição que foi duramente combatida pelo governo, culminando em uma ampla campanha de massas em favor do presidencialismo e na restituição dos poderes presidenciais, em 1963. Durante este período, verificou-se uma desaceleração da indústria. Isto somado à impaciência dos trabalhadores, agitados com os efeitos da renúncia de Quadros e a tentativa de golpe militar que a seguiu, levaram a economia brasileira a “um beco sem saída” (MARINI, 1975, p. 83).

Goulart apoiava-se no movimento sindical e em parte das forças armadas. Segundo Marini, a burguesia industrial esperava que essa posição lhe permitisse resolver o duplo problema da terra e do mercado externo. O autor caracteriza esse governo como “uma forma de Frente Popular” (Ibid., p. 84), cuja principal proposta programática era a realização das “reformas de base” (agrária, tributária, bancária e administrativa) para frear a inflação e a queda do crescimento econômico. Evidentemente, tal composição governamental parecia ser finalmente a realização da estratégia frente-populista do PCB, que fora tentada também sob o governo Vargas.

Mas a função de Goulart era justamente frear a mobilização das massas trabalhadoras. Afinal, “não são as fases cíclicas de depressão as mais indicadas para que se estabeleça uma colaboração de classes entre a burguesia e o proletariado” (Ibid., p. 86). A crise produziu uma grande polarização social e fragmentação das esquerdas, enquanto os setores mais reacionários atraíam a burguesia para seu campo, agitando a incapacidade de Goulart de impedir a mobilização dos trabalhadores. Evidentemente, o imperialismo dos EUA entrou na disputa. O governo, fiel à colaboração de classes, sofreu o golpe sem opor resistência séria (Ibid., pp. 86-92).

A ditadura empresarial-militar que então se estabeleceu teve como primeiro alvo o movimento de massas, com o fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), intervenção nos sindicatos e perseguição de dirigentes operários. Sua política econômica pretendeu “criar uma oferta de mão-de-obra mais abundante, baixando assim o seu preço” e também “racionalizar” a economia, liquidando a [concorrência] excessiva que se produziu em certos sectores” (Ibid., pp. 94-5), em benefício dos grandes grupos empresariais, nacionais e estrangeiros. Para Marini, é neste momento que a burguesia industrial abandona suas pretensões nacionalistas e aceita seu papel de sócia minoritária do imperialismo (Ibid., pp. 92-7).

A gigantesca concentração de capitais verificada nos EUA ao longo do século XX tornou os gastos com o consumo improdutivo (vide a indústria bélica) e a exportação de capitais duas das principais atividades do imperialismo, uma vez que a acumulação interna –

ou seja, utilização de parte do excedente ou mais-valia na produção – acarretaria crises muito violentas. Foi aí que a intervenção do Estado e sua política anti-inflacionária, reduzindo a massa do excedente, tiveram papel fundamental. Pelo mesmo motivo, e em função da crescente exportação de capitais, a política do Estado norte-americano precisava abarcar os países que receberam inversões de suas empresas, uma vez que a superprodução nesses países também traz consequências internas aos EUA.

A integração econômica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, sob égide norte-americana, não impedia que mesmo os países avançados que recebiam as inversões deixassem de exportar capitais; na verdade, tal integração acentuava essa tendência, gerando conflitos no seio da burguesia imperialista – embora a supremacia dos EUA impedisse uma nova guerra. Em outras palavras, *a integração produzia desintegração*. No âmbito das exportações de capitais para países atrasados, as contradições não são menos graves, pois o advento da indústria choca-se com o setor exportador, produz conflitos entre os grandes proprietários de terras e os camponeses (levantando o problema da ampliação do mercado interno e reforma agrária) e também opõe burguesia e proletariado. Surgem também contradições entre o capital estrangeiro investido na setor interno e o investido no setor externo. As inversões imperialistas nas nações periféricas convulsionam toda a vida social.

Por fim, o avanço tecnológico ininterrupto nas nações avançadas torna rapidamente parte de seu capital constante obsoleto. A burguesia imperialista tende a querer exportá-lo para os países subdesenvolvidos. Mas se a política cambial desses países dificultar suas importações, a única maneira de realizar essa tendência é na forma de investimentos diretos de capital. A economia periférica tende a ser desnacionalizada. Essa “cooperação antagônica”, saturada de contradições, está na base do golpe de 1964, segundo Marini (MARINI, 1975, pp. 92-102).

O modelo semicolonial da economia brasileira estrangulava o desenvolvimento industrial do país, em função da redução dos preços dos produtos primários – cuja oferta no mercado mundial tende a aumentar, em função do regime de superexploração – e da estrutura fundiária brasileira – que impedia a formação de um amplo mercado interno. Café Filho e Kubitschek trataram de atrair capitais estrangeiros para remediar a situação. Tudo que conseguiram foi deslocar o problema para o futuro, já que nos anos 1960 a expansão industrial começa a desacelerar, entre outros motivos pela remessa de lucros ao exterior. A burguesia industrial brasileira teria tentado separar-se do setor agrário-exportador e do imperialismo, através da política externa independente de Quadros (empréstimos nos Estados operários, diversificação do mercado brasileiro, exportações para a América Latina e África) e

das “Reformas de Base” de Goulart (principalmente a agrária). A classe trabalhadora, porém, reagiu ao rebaixamento salarial e à inflação, de que a burguesia se utilizava para manter sua taxa de lucros. Goulart não pôde controlar o movimento de massas, como a burguesia esperava; então, a agitação social fez com que ela se separasse de Goulart. Foi aí que os militares aproveitaram o vácuo de poder (MARINI, 1975, pp. 102-106).

O governo ditatorial de Castelo Branco estabeleceu como metas a retomada do crescimento econômico e o combate à inflação. Para isso, a ditadura estimulou fortemente a entrada de capital estrangeiro: diminuiu a oferta de crédito nacional e baseou a tributação principalmente sobre a folha de salários. As empresas imperialistas, dispostas de crédito e maior tecnologia poupadora de mão-de-obra, saíram beneficiadas. Diminuindo a procura da indústria ligeira, os militares fomentaram a constituição de bens intermediários (duráveis e equipamentos). O intento era o de avançar no segundo ciclo de industrialização, contornando as deficiências estruturais do mercado interno mediante uma ofensiva nas exportações industriais. Ao mesmo tempo, a indústria bélica se desenvolvia, superando parcialmente a dependência de importações dos EUA – embora permanecesse nos marcos da doutrina da “barganha leal”, ou seja, da subordinação de suas forças militares e da integração subordinada (Ibid., pp. 109-116). A crise econômica que se verificou nos anos 1960 foi uma crise de realização que demandava a ampliação do capitalismo brasileiro no sentido da produção de bens duradouros, tanto de consumo quanto de capital. Para assegurar a acumulação necessária para esses investimentos, a ditadura reprimiu ferozmente as reivindicações da classe trabalhadora, rebaixando ainda mais seu nível de consumo. (Ibid., pp. 120-135 e 259).

A aceitação, por parte da indústria brasileira, das inovações técnicas no processo de produção, com máquinas e equipamentos poupadores de mão-de-obra que se tornam rapidamente antieconômicos devido ao rápido desenvolvimento tecnológico nos EUA, agravou o problema do desemprego da força de trabalho. A exportação desenha-se como a única alternativa viável, graças à aliança com os latifundiários e a integração imperialista. Assim, se “planeou [...] a expansão imperialista do Brasil, na América Latina, que corresponde na verdade a um subimperialismo ou a uma extensão indirecta do imperialismo norte-americano” (Ibid., 1975, p. 119)

O subimperialismo brasileiro é definido, assim, como a tendência à expansão industrial através de uma política de incorporação de mercados da América Latina e África – dado o abandono das reformas estruturais pela aliança com os latifundiários contra o proletariado e as massas –, política subsidiária da integração econômica com os EUA e cujo complemento foi a ampliação da indústria bélica – e secundariamente, a absorção da força de

trabalho desempregada nas forças armadas –, fortemente estimulada após o golpe militar (MARINI, 1975, p. 149). Essa integração com o imperialismo levou também à diferenciação interna da burguesia industrial brasileira, pois a absorção de tecnologias mais avançadas pelo grande capital permitiu modificar a dinâmica de acumulação para a extração de mais-valia relativa, enquanto o pequeno e médio capital, assim como o capital agrário, intensificaram a exploração da mais-valia absoluta (Ibid., pp. 116-120 e 208-212) Para Marini, a crise das exportações (que regulava a industrialização), o alto preço dos gêneros de primeira necessidade (impulsionador de movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora urbana) e o agravamento dos conflitos sociais (devido à oferta sobrando de mão-de-obra nas cidades) levou a burguesia às vias da ruptura com os latifundiários, o que acabou sendo contrabalançado pela integração com o imperialismo e a busca do mercado externo – mas também pela ampliação do mercado interno, através do aumento dos gastos do Estado, em contraste com o aumento do consumo popular (Ibid., p. 158) –, ou seja, pelo subimperialismo. A ditadura empresarial-militar vitoriosa em 1964 expressava a hegemonia do capital monopolista industrial e do capital financeiro, nacional e internacional. O subimperialismo é “a forma que assume o capitalismo dependente *ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro*” (Ibid., p. 260. Itálicos do autor).

O capitalismo brasileiro orientou-se, para um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conseguido a mudança global da economia nacional e a sua situação de dependência crescente face ao imperialismo internacional. A consequência mais importante deste facto é que ao contrário do que se passa com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação, que pretende realizar no exterior, num fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortizar o ímpeto da luta de classes; tem, pelo contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar um sublucro ao seu sócio-mor norte-americano, que agravar a exploração do trabalho no marco da economia nacional, num esforço para reduzir os seus custos de produção. (Ibid., p. 149)

O problema do mercado enfrentado pelo capital monopolista nos anos 1960 tentou ser contornado com a redistribuição da riqueza, ou seja, reajustes salariais. Contudo, essa redistribuição incidiu sobre produtos não duradouros, isto é, não produzidos pelo grande capital. A saída da ditadura foi ampliar as exportações (de bens manufaturados e primários) e incrementar as compras do Estado, ambas medidas que estimulavam a indústria de bens duradouros. Como os EUA controlavam a tecnologia e os mercados necessários à expansão, o

capital norte-americano integrou-se ao capital brasileiro. A ampliação das exportações, por sua vez, se deu à custa do atrofamento do mercado interno. A desaceleração econômica que se verifica em 1967 – devido às dificuldades de realização provenientes das exportações e da inviabilidade do Estado arcar com a ampliação dos custos de consumo sem deflagrar um pico inflacionário – produziu uma mudança de governo. Costa e Silva substituiu Castelo Branco e promoveu aumentos salariais a fim de dinamizar o mercado interno, o que não se verificou, já que mais uma vez a redistribuição do produto só aumentou a demanda para produtos não duradouros, e ainda prejudicou o pequeno e médio capital, que demandavam bens duradouros. A agitação social que se seguiu (1968) fez com que o regime político endurecesse ainda mais, e em termos de política econômica redundou novamente na restrição do consumo das massas trabalhadoras – cooptando com isso o pequeno e médio capital. Um dos fundamentos do subimperialismo é, pois, a transferência do produto do proletariado às camadas sociais mais altas, viabilizando por esse meio a reprodução do polo mais dinâmico do capital: o de bens duradouros (MARINI, 1975, pp. 259-268).

Marini também dedicou seus esforços na análise das mudanças globais que resultaram da reestruturação produtiva do capital e avanço do neoliberalismo, bem como de seu impacto sobre o movimento revolucionário. O conjunto de ensaios publicados em 1992, que compõem *América Latina: dependência e integração*, busca ressaltar o caráter histórico da transição socialista. Essa atitude reflete as consequências do fim da URSS no plano subjetivo e ideológico da esquerda, e também a firme convicção do autor no marxismo. Aquelas consequências já se faziam sentir, trazendo um poderoso revés para o projeto socialista. Mas Marini contextualiza esse fato discorrendo sobre o próprio capitalismo, cuja história está cheia de avanços e recuos, processo que se inicia no século XVI, atravessa as revoluções cromwelliana (1640) e “gloriosa” (1688-89) na Inglaterra; a Grande Revolução (1789), o período napoleônico, a restauração monárquica (1815), a monarquia constitucional (1830) e a república burguesa (1848), na França; a conciliação entre burguesia e aristocracia na Alemanha e um longo etc.

Esses processos diversos [...] fazem do capitalismo e da revolução burguesa qualquer coisa, menos algo linear e simples. [...] Não há, portanto, porque surpreender-se com o fato de que o socialismo não surja na história como uma forma acabada e perfeita. Antes, é necessário admitir que, como processo histórico, ele teria que ser contraditório e imperfeito, teria que sofrer o impacto dos processos econômicos e das lutas de classe que o informam, teria, sobretudo, que refletir o fato de se constituir num mundo dominado pelo capitalismo e de se opor a ele. (Id., 1992, pp. 8-9)

A imposição da democracia liberal aos países latino-americanos na década de 1990 está associada ao estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, calcada no livre fluxo de capitais e mercadorias e a um tipo de especialização produtiva que exclui a interferência do Estado no livre jogo das forças econômicas. Há uma reconversão à função agrário-exportadora, “uma economia que, ao lado da exploração mais intensiva de seus recursos naturais, redimensione a sua indústria para torná-la competitiva no mercado externo e complementar a produção industrial dos grandes centros” (Ibid., p. 16). Como parte do plano, ocorrem medidas de ajuste que visam destruir o capital produtivo dos países latino-americanos e sanar seu *déficit* público. Logicamente, esse projeto entrava em contradição com a existência das ditaduras militares no continente, “cuja condição material de existência é o próprio aparelho estatal” (MARINI, 1992, p. 17)

Enquanto os militares buscavam se readaptar ao novo regime democrático que surgia, as burguesias nacionais, que foram as maiores beneficiárias das ditaduras, lograram êxito em ganhar a hegemonia política. Para isso, contou a ascensão dos movimentos de redemocratização do continente.

Alimentando, a princípio, hostilidade e receio em relação a esses movimentos, a burguesia terminou por se juntar a eles. Não se limitou, porém, a isso: esforçou-se por assumir a sua condução ideológica e política, mobilizando seus intelectuais orgânicos e procedendo à sua própria unificação, mediante um grande acordo entre suas diversas frações (Ibid., p. 26)

Democracia parlamentar e Estado neoliberal são as duas grandes propostas burguesas para a redemocratização latino-americana. No terreno da política econômica propriamente dita, a regra é a privatização e a desregulamentação dos mercados. Buscando a reconversão rumo a uma economia exportadora e destruindo o capital social de seus respectivos países, este modelo econômico reservou ao proletariado o aumento da superexploração e do desemprego.

Tais elementos repousam sobre as mudanças operadas no capitalismo após a grande crise dos anos 1970. A recuperação da economia mundial que se realiza em seguida ocorre a partir de mudanças estruturais que vão configurar um novo padrão de acumulação. Notadamente, sobressaem os investimentos em capital fixo – especialmente bens de alta tecnologia – e a crescente incorporação de trabalhadores altamente qualificados. Também há o crescimento do setor de serviços, principalmente ligado às novas tecnologias.

As novas tendências da acumulação capitalista nos países centrais têm como base o incremento da produtividade do trabalho e dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (R&D), que altera drasticamente a estrutura da força de trabalho e sua situação de emprego. [...] Isso acarreta o aumento de uma camada de trabalhadores altamente qualificados nos centros fabris de pesquisa e nas universidades, o que pressupõe profundas transformações no sistema educacional como um todo e incide no conjunto da força de trabalho industrial, marginalizando massas crescentes de operários não qualificados ou menos qualificados [...]. (MARINI, 1992, p. 42)

A indústria de alta tecnologia, demandando aportes de capital cada vez maiores, reorientou o fluxo internacional de capitais, prejudicando com isso a indústria dos países periféricos em benefício das grandes potências. O que caracteriza essa etapa é, por isso, a centralização de capitais. Os países atrasados também tiveram de enfrentar a queda no preço de suas exportações e a redução de sua participação no comércio internacional (Ibid., pp. 43-5). Ocorre uma transição de caráter muito importante na economia capitalista, que está ligada ao

[...] predomínio das manufaturas e serviços ligados às novas tecnologias, que privilegiam o saber, e ao declínio da importância dos produtos primários ou manufaturados que se baseiam em diferenciais de custo determinados pelo uso intensivo de mão de obra barata” (Ibid., p. 47).

Há um reequilíbrio de forças no cenário internacional em função disso, com a emergência de novos blocos econômicos. Também se transformam as relações jurídicas internacionais, no sentido de estabelecer a livre circulação de capitais e mercadorias nos países centrais (Ibid., p. 48) Esse processo de readequação da estrutura econômica e de reforma do Estado no contexto da nova divisão internacional do trabalho é o que o autor chama de “reconversão”. Processo inevitável, mas de consequências trágicas sob condução neoliberal.

De partida, a busca da integração à nova economia mundial é um caminho que não pode deixar de ser seguido. Ela supõe, entretanto, reunir condições e criar uma correlação de forças mais favorável para os países da região, ao invés de ir de peito aberto em direção a uma integração com os grandes centros que disfarça mal a anexação que ela encobre. (Ibid., p. 60)

A “reconversão”, conduzindo a uma maior especialização das economias latino-americanas, não é um processo dilapidador em seu conteúdo. Sua natureza seria, portanto,

determinada pelo maior ou menor controle popular sobre sua implementação. “A integração deve deixar de ser um mero negócio [...] para converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana” (Ibid., p. 61). Poucos anos antes de sua morte, Marini permanecia apostando na integração latino-americana como contraponto à ofensiva do imperialismo. Os reveses sofridos pelo movimento socialista não foram suficientes para afrouxar sua perspectiva socialista e revolucionária.

### **2.3. Florestan Fernandes: revolução dentro da ordem, revolução contra a ordem e autocracia burguesa**

A obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de 1973, reúne alguns ensaios em que Florestan Fernandes explica em termos sociológicos – e sob diferentes enfoques – as particularidades do modelo econômico e de formação das classes no continente. A princípio, traça o autor uma retrospectiva sobre as formas de dominação externa que marcaram a trajetória na região. A primeira delas foi aquela inaugurada pela Conquista de Portugal e Espanha e que entrou para a história como “antigo sistema colonial” (FERNANDES, 1975, p. 13). A identificação de interesses entre os colonizadores e as coroas fundamentou a “transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados de nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços)” (Ibid., p. 13) Esse tipo de dominação era fundado na “exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores.” (Ibid., p. 13) A intensificação da exploração colonial – em decorrência da insuficiência econômica das coroas, que à época desempenhavam um papel secundário na Europa –, juntamente às crises entre as potências europeias em função das transformações revolucionárias do continente e o questionamento de massas da população nativa latino-americana, explicam, conforme o texto, o exaurimento desse padrão de dominação.

A esse exaurimento estruturou-se um novo padrão, diferente do anterior, calcado mais nas relações comerciais que no “poder imperial”, e cuja beneficiária prioritária era a Inglaterra. Uma dominação, por assim dizer, “indireta”, de viés econômico, cuja etapa corresponde ao que o autor chama de “neocolonialismo”.

A produção com vistas à exportação imediata já estava organizada, numa base bastante compensadora em termos de custos. Por outro lado, a ausência de produtos de alto valor econômico e a existência de um mercado consumidor relativamente amplo tornou mais atraente o controle de posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras. A Inglaterra, por exemplo, iniciou uma política comercial

que propiciou rápido impulso à emergência de mercados capitalistas modernos nos centros urbanos das ex-colônias. (FERNANDES, 1975, p. 15)

A terceira forma de dominação, imperialista, deriva da Revolução Industrial na Europa, “através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural.” (Ibid., p. 16) Esse processo se evidencia na segunda metade do século XIX. Além de importações e exportações, o mercado interno dos países periféricos também foi contabilizado nos negócios do imperialismo.

O lado negativo desse padrão de dominação imperialista aparece claramente em dois níveis diferentes. Primeiro, no condicionamento e reforço externos das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e de bens primários. Segundo, no malogro do “modelo” de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações europeias hegemônicas. (Ibid., p. 17)

Por fim, resta a última forma, exercida pelas grandes empresas monopolistas estrangeiras: bancos, comércio e indústria. Essa forma de dominação corresponde ao chamado “imperialismo total”. Ela exclui a possibilidade de desenvolvimento econômico independente e suplanta o protagonismo das classes dominantes locais em promover esse desenvolvimento, na medida em que as sateliza.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os experientes financeiros do capital, o eixo vital da política nacional etc. (Ibid., p. 18)

Esse “novo imperialismo” é fundamentalmente um fator de ordem política. Representa uma ofensiva dos países centrais, sob hegemonia dos EUA, frente à expansão das economias “socialistas”. Ao contrário de seu antecessor, que era baseado na concorrência interimperialista, “o imperialismo moderno representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo.” (Ibid., p. 21) Diferente dos países europeus, que possuíam recursos para resistir à poderosa pressão dos EUA, a expansão do imperialismo total na América Latina, sob hegemonia estadunidense, apresentou-se como uma “rendição total e incondicional” (Ibid., p. 23) que destruiu a antiga infraestrutura construída previamente, durante a vigência do “velho imperialismo”, e que pôde se erguer graças ao

protecionismo nos interstícios da concorrência interimperialista, na substituição de importações e outros.

Todas essas formas de dominação externa possuem a característica comum de transformar as nações “hospedeiras” em produtoras de excedente econômico sistematicamente drenado pelos centros metropolitanos. Independente das transições entre uma e outra, produzem sempre a) concentração de riqueza e poder nas classes privilegiadas pela intervenção externa, b) desenvolvimento combinado de formas histórico-social distintas, intercaladas entre si e interdependentes, e c) “exclusão” de amplas parcelas da população da vida econômica, social e política. (FERNANDES, 1975, p. 20)

No Brasil, existem dois aspectos inter-relacionados de uma mesma problemática: o subdesenvolvimento interno, que incorpora as conquistas do capitalismo mais avançado ao mesmo tempo que bloqueia as possibilidades de integração nacional e autonomia econômica, e a dependência externa, que impulsiona o desenvolvimento e a modernização enquanto atravessa a Revolução Brasileira. As classes dominantes nativas e o imperialismo são igualmente responsáveis por esse estado de coisas e dele tiram proveito (Ibid., p. 26). Dentro desses marcos, o autor não enxerga uma solução do impasse nos limites do “capitalismo privado”. Para ele, as duas opções abertas ao “dilema latino-americano” são o “capitalismo de Estado” e o socialismo. Em relação ao primeiro,

Se os setores sociais dominantes e as elites no poder realmente desejam um desenvolvimento gradual e seguro, e se forem capazes de obter apoio popular, suas possibilidades de êxito dependem de um forte nacionalismo revolucionário. Sob as condições econômicas, socioculturais e políticas dos países latino-americanos essa alternativa implica a implantação e aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, capaz de ajustar a velocidade e a intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural aos requisitos de uma “revolução dentro da ordem social”. (Ibid., p. 31)

A essa hipótese, contrapõe-se o projeto socialista. Esta,

[...] sem dúvida, abre caminho para a realização dos padrões mais elevados da razão humana e para a liberação real das sociedades latino-americanas. Todavia, ambas as soluções poderiam dar início a novas vias de evolução da América Latina, na direção de uma história de povos livres e independentes. (Ibid., p. 32)

Em seguida, Fernandes busca estabelecer os padrões de classificação social típicos do continente, que fogem completamente dos modelos clássicos abordados pela Sociologia. Para ele, a real dificuldade na definição das classes sociais na América Latina não provém das

reminiscências do passado que são absorvidas pelo modo de produção e circulação capitalistas e integradas e sobrepostas ao sistema de classes. O problema maior está na origem do próprio desenvolvimento do capitalismo na América Latina, que estruturado desde fora, não possui certos “dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes” (FERNANDES, 1975, p. 35) As potencialidades de desenvolvimento das classes sociais, nesse contexto, são abafadas, e o que se origina daí é mais uma “classe potencial” (Ibid., p. 36). Mas essa circunstância é motivo de uma instabilidade sociopolítica mais radical. “Onde a sociedade de classes emerge mas não consegue absorver e orientar as forças de transformação da ordem social, ela nasce condenada à crise permanente e ao colapso final.” (Ibid., p. 36)

O que para Florestan constitui as classes sociais são aqueles “círculos sociais que são de uma forma ou de outra *privilegiados* e que poderiam ser descritos, relativamente, como ‘integrados’ e ‘desenvolvidos’.” (Ibid., p. 37. Itálico do autor). Isso implica dizer que a grande massa dos países latino-americanos, condenada à intermitência, à marginalidade e ao acesso precário aos meios de subsistência, não se enquadra nessa categoria sociológica. Essas duas camadas (as classes e os “despossuídos”) coexistem e se amalgamam na América Latina. Todos os que passam pelo mercado se classificam positivamente “dentro da ordem”; os que não passam pelo mercado, classificam-se negativamente, marginalizando-se como “condenados do sistema” (ou suas vítimas necessárias)” (Ibid., p. 63).

Embora a expansão universal do capitalismo tenha transformado o sistema de classes sociais no “núcleo estrutural e dinâmico da organização societária” (Ibid., p. 39), a forma como se deu esse processo na América Latina criou um conjunto de particularidades que afastam esse sistema de seu “tipo ideal”. Concretamente, o continente latino-americano sofreu irradiações desse modo de produção que

[...] restringiram e entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais. (Ibid., p. 39)

Daí o caráter particular do sistema de classes. Por outro lado, dados o subdesenvolvimento e a dependência externa, essas características assumem uma dimensão absolutamente funcional à reprodução societária, e ao invés de se corrigirem pelos próprios dinamismos do sistema, tendem a se perpetuar.

De fato, a “rigidez” do sistema econômico pautado no subdesenvolvimento e dependência externa conduz a um quadro em que os resquícios do passado colonial e escravista subsistem e se combinam à estratificação da sociedade em classes sociais, permitindo que caracteres de raça, etnia e dos antigos estamentos senhoriais tornem-se elementos de diferenciação e privilegiamento sociais. Esse fato atesta a impotência do capitalismo em promover as transformações modernizadoras na região, pois “ele requer o renascimento e a revitalização, sob novos símbolos, de atitudes, valores e formas de opressão e exploração típicos do ‘antigo regime’ (FERNANDES, 1975, p. 41). Dentre esses “hábitos”, está o de excluir as massas populares da participação efetiva na vida política, típico das antigas oligarquias agrárias, e que é reavivado pela burguesia nativa na forma de “democracia restrita” (Ibid., 1975, p. 41) – excluindo dessa forma um dos elementos de estabilização sociopolítica dos países centrais, o “pluralismo democrático” (Ibid., 1975, p. 41).

Em consequência, o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados explorando com intensidade a arcaização do moderno. (Ibid., 1975, p. 41)

Esse “capitalismo dependente” institucionaliza, a partir de seus pressupostos, a radicalização das desigualdades internas entre regiões, setores econômicos e classes, oferecendo um cortejo de formas sociais que vão, em escala crescente, da mais primitiva à mais moderna.

O padrão dual de acumulação originária de capital, com a mobilidade correspondente de apropriação repartida do excedente econômico nacional, reduzem [as funções classificadoras da sociedade] ao que é essencialmente instrumental para a continuidade de crescimento das atividades organizadas “a partir de fora” ou através dos “setores desenvolvidos da economia interna”. Daí resulta um complexo padrão de mercantilização do trabalho, o qual articula as relações entre agentes sócio-econômicos que vivem em diversas “idades econômicas” e estão presos, por mediações da ordem social competitiva vigente, a diferentes momentos de produção (variavelmente pré-capitalistas e extracapitalistas). (Ibid., p. 81)

Mas afinal, qual é o eixo diferenciador do capitalismo “possível” na América Latina em relação ao modelo clássico, europeu e norte-americano? Como se formou o “capitalismo selvagem”, referido pelo autor? Em primeiro lugar, surgido do colapso do sistema colonial, o capitalismo latino-americano é tributário da anexação dos diversos países do continente aos centros de poder político e econômico das nações hegemônicas. É daí que ele “extrai seus

dinamismos organizatórios e evolutivos” (FERNANDES, 1975, p. 45) e importa recursos tecnológicos, institucionais e morais para a formação de um mercado capitalista interno. Mas essa condição não exclui a antiga espoliação em bases coloniais; ao contrário, a reformula em condições ainda mais vantajosas para as nações hegemônicas, visto que agora conta com a colaboração ativa dos estratos dominantes locais. Os custos da espoliação externa recaem, desse modo, sobre o proletariado e os “despossuídos”.

A “descolonização”, portanto, propiciou um tipo de transição que intensificou os aspectos que caracterizavam o Brasil como uma “colônia de exploração”.

[...] o mercado e o sistema de produção coloniais não atuaram (nem podiam atuar) como fontes de incubação de evoluções econômicas, sociais, tecnológicas e políticas autonomizadoras (e, nesse sentido, de negação da ordem colonial). As frustrações que eles engendraram foram decisivas para a crise do antigo regime colonial, mas não para a destruição e rápida substituição das estruturas econômicas e sociais da sociedade colonial. (Ibid., p. 49)

A fase imediata à Independência, e que vai até a consolidação das oligarquias locais, agora “aburguesadas”, constitui para Florestan o período propriamente “neocolonial”: após esse período, “aparecem os novos grupos de poder burgueses e a configuração de uma sociedade de classes torna-se nítida.” (Ibid., p. 50) Pode-se falar nesses termos de advento do capitalismo na América Latina, com a criação de um mercado interno moderno, mantendo-se a vinculação com o mercado externo. Assim, “as estruturas econômicas coloniais, as relações neocoloniais com a Europa entram em crise, sem que as estruturas econômicas produzidas pelo neocolonialismo fossem destruídas.” (Ibid., p. 51)

O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ele continua entranhado no espírito dos agentes econômicos externos e internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória. (Ibid., p. 51)

A particularidade do capitalismo latino-americano, a despeito dos graus de desenvolvimento de cada país, nasce dessa articulação entre dois dinamismos, um interno e outro externo, ambos condicionados pela interferência dos países centrais. As possibilidades de desenvolvimento estão associadas, por sua vez, ao grau em que os países do continente são integrados ao espaço político, econômico e cultural nas nações hegemônicas. Contudo, essa convergência de interesses entre as classes dominantes “internas” e “externas” não implica que não haja contradições entre ambas, já que

[...] os interesses e as motivações, relacionados com a expansão do mercado interno, a integração da economia em escala nacional e a diferenciação ou o fortalecimento do sistema de produção “voltado para dentro”, constituem focos de divergência relativa. (FERNANDES, 1975, p. 78)

Dentre os fatores extra-econômicos da busca pela autonomização (mesmo que relativa), destacam-se os mecanismos de exclusão dos assalariados e “despossuídos” das decisões políticas fundamentais, gerando um fenômeno designado pelo autor como “modernização conservadora” (Ibid., p. 56). O papel relegado pela história às burguesias latino-americanas, que as impedem de desempenhar um papel progressivo e dar o salto rumo a um capitalismo independente, advém de seu próprio processo de formação. O que inicialmente apresentava-se como fundamento de sua força, historicamente mostrou-se como uma grande debilidade.

[...] elas resistem à plebeização e instigam a proletarização sem querer aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva. Proscrevendo o destituído da ordem civil e limitando (ou anulando) a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras, aquelas burguesias enfraqueceram a si próprias, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão de mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras. (Ibid., p. 58)

As potencialidades de classificação social mediante a irradiação das relações de mercado são limitadas na América Latina. Esse fato é resultante do próprio “capitalismo dependente” e sua apropriação dual. Assim, as possibilidades da “condição burguesa” (tanto para o topo da pirâmide social quanto para sua base) ficam notadamente reduzidas. Mesmo as camadas burguesas “perdem, variavelmente, poder de decisão, papéis socio-econômicos ou políticos e até posições econômicas estratégicas (como os *status* e os papéis sociais correspondentes) (Ibid., p. 69). Uma vez que as relações de mercado não se universalizam a ponto de tornar a classificação social o eixo regulador por excelência das relações sociais, as classes dominantes recorrem frequentemente a “formas estamentais de defesa do prestígio social ou de solidariedade, com o fito de reforçar sua posição de classe e se impor como classe”.

Qualquer ameaça à estabilidade da ordem adquire a feição de uma catástrofe iminente e provoca estados de extrema rigidez estrutural (uma situação na qual o

“medo ou temor de classe” surge como o equivalente histórico do “medo ou temor étnico”). (FERNANDES, 1975, p. 70)

Inversamente, e uma vez que não há posições ou status para defender, as camadas inferiores da estratificação social latino-americana defrontam-se com a “marginalização e exclusão (relações estruturais parcial ou totalmente negativas com a ordem existente)” (Ibid., p. 71). A dupla articulação, por seu turno, condiciona uma compressão de sua participação social, política e cultural de tal monta que as pressões contra-hegemônicas não encontram espaço de vazão. Desse modo, o que existe é uma espécie de homogeneização das camadas populares, em que o assalariamento muito pouco contribui para uma mobilidade social ascendente desses estratos. Por isso, a classificação apresenta-se a eles como um “privilégio degradado, ‘de segunda grandeza’” (Ibid., p. 82). A absorção pelas relações de mercado (proletarização) soa como a resolução de problemas individuais, bloqueando a formação da consciência de classe e gerando atitudes conformistas, de filiação paternalista.

“Todas as classes são afetadas em suas probabilidades de atuação social como classe” (Ibid., p. 72), embora o proletariado e os “despossuídos” sejam os mais atingidos, alargando dessa forma o fosso da desigualdade crônica que é o requisito para a reprodução do modelo dependente. Esse sistema produz como consequência a “impossibilidade histórica da ‘revolução contra a ordem’ (na forma de destruição e superação da dependência e do subdesenvolvimento através do capitalismo) como iniciativa política burguesa. (Ibid., p. 73) Daí que “Só a ‘revolução contra a ordem’, negadora ao mesmo tempo da dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real” (Ibid., p.89), sendo esta revolução eminentemente socialista.

Anulando as possibilidades de participação efetiva das massas trabalhadoras na vida política, econômica, cultural e social – o que é um pressuposto da existência desse tipo de sociedade –, o “capitalismo dependente” impossibilita a identificação destas massas com a sociedade que as cria. Perdendo a capacidade de mobilizá-las a fim de gerar os dinamismos necessários para o salto rumo a um capitalismo “autônomo”, a burguesia latino-americana perpetua o modelo de subdesenvolvimento e dependência (Ibid., p. 84).

O “superprivilegiamento” das classes dominantes não pode se harmonizar com a democratização da vida política nos países latino-americanos. Os regimes estamentais anteriores, autoritários e autocráticos, não enfrentaram problemas de legitimidade. Porém, sua substituição pelo sistema de classes conduziu a uma instabilidade crônica, onde por um lado sobressaem-se as impulsões igualitárias das massas trabalhadoras e, por outro e como

consequência, o monopólio político dos “estamentos aburguesados” é reforçado através do enrijecimento do regime político. De fato, a “socialização da democracia” ocorre apenas no topo, enquanto à medida que se aproxima da base do edifício estatal, o Estado torna-se cada vez mais autoritário. Esse padrão de “hegemonia burguesa” pode ser caracterizado como “plutocrático” (FERNANDES, 1975, p. 108).

O que interessa pôr em evidência é que existe uma completa incompatibilidade entre o superprivilegiamento de classe, como fator de diferenciação social e de estabilidade nas relações de poder entre as classes, e a adoção de sistemas políticos constitucionais e representativos. A tentativa de conciliar o irreconciliável criou certas tendências, que são típicas da América Latina, e culminou numa crise crônica das instituições políticas. (Ibid., p. 104)

De maneira complementar, a concentração de poder em poucas mãos faz com que todo tipo de “revolução dentro da ordem” levada a cabo pelas elites políticas e econômicas passe por dentro do Estado. Esse Estado, portanto, “é mais do que um ‘Estado burguês’. É um Estado *tecnocrático*” (Ibid., pp. 110-1. Itálico do autor). A intervenção do Estado em todos os assuntos de alguma importância para a burguesia latino-americana é uma necessidade que surge da própria concentração de riqueza, prestígio e poder.

Em *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, de 1975, Fernandes dá continuidade a essa linha de raciocínio. Dessa vez, suas elaborações possuem um escopo mais amplo, abarcando desde o processo de Independência do país até a estruturação do moderno capitalismo monopolista. É também um livro centrado nos estratos dominantes e na forma como reagem às pressões e reivindicações dos “de baixo”.

No espírito da busca pelos padrões de classificação sociais típicos da América Latina, afirma o autor que o senhor de engenho não podia ser considerado um “burguês”: a exploração colonial era um apêndice da estrutura econômica europeia, de modo que o senhor de engenho não possuía autonomia e ficava à mercê de agentes que efetivamente se encarregavam das relações entre colônia e metrópole. Os grandes proprietários se especializaram na “organização de uma produção de tipo colonial, ou seja, uma produção estruturalmente heteronômica, destinada a gerar riquezas para a apropriação colonial” (Id., 1981, p. 16). Dentro desse sistema, a parte do excedente que ficava em mãos do senhor de engenho não era o que se pode denominar “lucro”, haja vista que o conjunto da produção colonial era repartida segundo critérios alheios: a Coroa e os bancos da Europa. Portanto, a burguesia brasileira não surge com a colônia. Embora o capital comercial europeu determinasse a forma da exploração colonial, o senhor de engenho não se ocupava

diretamente do comércio externo e por isso tinha uma importância secundária, de modo que o “espírito capitalista” não exerceu influência significativa na vida interna do Brasil durante o período colonial (FERNANDES, 1981, p. 23).

Em outras palavras, o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias, engendrava uma forma específica de capitalização. No fim, o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração (em dinheiro, em crédito ou em outros valores) à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais. (Ibid., p. 25)

Por outro lado, igualmente equivocado seria pretender que nunca existiu “burguesia” no país. O processo de formação da classe burguesa no Brasil difere muito do europeu, mas é inegável que a partir de dado momento o país incorporou um “padrão de civilização” (Ibid., p. 17) em que a burguesia cumpre uma função social e econômica imprescindível. A incorporação desse padrão, segundo o autor, foi “o primeiro grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil” (Ibid., p. 77), tendo precedido os próprios dispositivos econômicos tipicamente capitalistas.

Tanto o “feudalismo” quanto o “burgo” são realidades completamente estranhas à evolução da formação social brasileira. No Brasil, o burguês já nasce entrosado às relações comerciais coloniais, através da figura do artesão e do comerciante, e suas funções se expandem com a Independência e o aumento do comércio. Mas mesmo aí, a burguesia ainda não podia ser considerada propriamente uma “classe”, e sim um amontoado de indivíduos. O papel dessa burguesia foi o de combater o regime de violência colonial, os valores morais dessa sociedade e finalmente o próprio sistema escravista. Já com o surgimento do Estado nacional, a classe dos grandes proprietários de terras expande seus negócios e adentra as cidades e a política. “Em uma palavra, ela ‘aburguesou-se’, desempenhando uma função análoga à de certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo” (Ibid., p. 28). O impulso nas cidades ocasionou o surgimento de uma burguesia ligada aos serviços, ávida por enriquecimento e que pleiteava privilégios que até então eram monopolizados pela “aristocracia agrária” – em suma, o “espírito capitalista”. Por isso, a Independência foi a “primeira grande revolução social que se operou no Brasil” (Ibid., p. 31), uma vez que marcou o fim do período colonial e o início da formação da nação.

A Independência visava tão somente alterar as regras do jogo político, garantindo a dominação dos agentes econômicos internos, ao mesmo tempo que preservava a estrutura econômica colonial, baseada no trabalho escravo, na grande propriedade rural e na concentração de renda – fatores que impediam a plena transição até a sociedade nacional. Nesse sentido, pode-se falar em uma “revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 1981, p. 55).

A autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista imprimiriam à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital. Como essa alteração coincide com o aparecimento e a diferenciação de novos papéis políticos, econômicos e sociais das camadas senhoriais e com a emergência, em seu seio, de um novo estilo de vida que intensificava o dispêndio com o status, a responsabilidade social e a mobilidade horizontal, ela acabou se convertendo em condição estrutural de desenvolvimento interno do capitalismo. (Ibid., p. 75)

E ainda:

Assim, a implantação do capitalismo em novas bases econômicas e psicossociais constitui um episódio de transplantação cultural. Ele não “nasceu” nem “cresceu” a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente (o sistema econômico colonial). Mas vincula-se a um desenvolvimento concomitante de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha seus suportes materiais ou políticos na economia colonial, sem lançar nela as suas raízes. [...] Portanto, estamos diante de uma evolução histórica em que o “setor velho” da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o “setor novo”. (Ibid., p. 80)

A Independência criou as condições para a incorporação dos modelos de desenvolvimento capitalista dos países avançados, mesmo que o caráter atrasado do Brasil levasse a distorções regionais na reprodução desses modelos, tendendo os centros mais dinâmicos (ligados ao comércio) a saírem-se melhor – e mesmo assim não como mera repetição das nações desenvolvidas, haja vista o atrofiamento do mercado interno. Embora a Independência tenha criado uma economia nacional, o polo dinâmico da vida econômica continuava girando em torno das exportações, o que evidentemente limitava as possibilidades de expansão do mercado interno. Como a Independência permitiu a internalização do comércio e uma reestruturação do fluxo da renda – que agora podia ser utilizada pela classe dominante para a obtenção de artigos importados –, a assimilação dos modelos capitalistas

também foi fundamentalmente centrada nas atividades comerciais de exportação e importação. Já que a Independência não mudou a estrutura de mercado, reproduzindo a situação de heteronomia baseada nas importações e exportações, o desenvolvimento econômico subsequente continuou pautando-se pela assimilação de modelos econômicos externos.

Esse capitalismo não continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas Nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente”. (FERNANDES, 1981, p. 90)

Está claro que Fernandes acredita que o padrão de desenvolvimento capitalista para a América Latina não reproduz o caminho percorrido pelos países centrais, de modo que em nenhum momento esse padrão rompe com a dependência externa, os traços pré-capitalistas da formação histórica do continente e o subdesenvolvimento. Aqui reafirma-se uma das conclusões de *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*: a maioria da população desses países foi excluída das relações propriamente capitalistas de mercado e de produção.

Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. (Ibid., p. 223)

O desdobramento da análise chega às três fases de desenvolvimento capitalista no Brasil. Estas seriam caracterizadas como formação do mercado capitalista – que corresponde à “transição neocolonial” –, formação e expansão do capitalismo competitivo e advento do capitalismo monopolista. Periodizando, a primeira vai da abertura dos portos até a crise do sistema escravista; a segunda, da última metade do século XIX até os anos 1950; a terceira, a partir dos anos 1950 em diante, se aprofundando após o golpe militar.

Na primeira fase, o dinamismo do mercado interno não estava dado pela sua abrangência, mas sim por sua articulação com o mercado externo, que funcionava como um centro de irradiação de modernização e de padrões capitalistas; com os centros urbanos, que

eram o principal suporte de seu crescimento; e com o sistema escravista, que liberto do jugo colonial através da redistribuição do fluxo da renda, permitia ao comércio a aplicação do excedente econômico na integração do mercado interno. Esse impulso dado pela Independência transformou a vida nas cidades, mas manteve praticamente intacto o modo de vida no campo. Como o desenvolvimento do mercado baseava-se em movimentos contingenciais (aproveitamento de oportunidades dadas), seus representantes não tinham força e nem interesse em patrocinar um salto qualitativo de incremento do mercado interno.

Já a formação e disseminação do capitalismo competitivo exigia o aumento extensivo do mercado interno, a fim de criar uma estrutura de mercado capaz de sustentar um sistema de produção para suprir as cidades. Paradoxalmente, a articulação entre o “setor novo” (comercial-urbano) e o regime escravista foi fundamental nesse sentido: não se pensava em transformar os escravos em massas de consumidores; o comércio estava ligado às camadas altas e intermediárias do regime, pertencentes às cidades. Essa articulação se intensificou durante o ciclo do café e seus excedentes econômicos. Portanto, a expansão do mercado se baseou no regime escravista (FERNANDES, 1981, p. 228-9). Mas a continuidade do escravismo representava um impeditivo para a criação do referido mercado; ao mesmo tempo, o mercado externo exigia a imposição de padrões capitalistas no mercado interno. A importância econômica do Brasil permitiu ao país resistir a essas pressões. Entre os fatores que contribuíram para isso, destaca-se a intervenção das economias avançadas que lutavam por hegemonia no sistema imperialista em formação.

Elas já não estavam “montando” a infra-estrutura do esquema de operações, que precisariam manter em atividade numa economia colonial ou neocolonial. Elas estavam, de fato, concorrendo para algo novo, que era a construção de uma economia capitalista dependente nos trópicos. (Ibid., p. 232)

A ideia aqui não era recriar a dominação colonial interna, mas sim impor os interesses dos países imperialistas no comércio externo do Brasil por meios indiretos. Mas essa estratégia rapidamente mudou, e do controle das transações comerciais externas o imperialismo passou a realizar inversões em empreendimentos econômicos paralelos aos de exportação e importação, diversificando a economia e tornando-a mais estreitamente ligada a seus interesses. Não se tratava do mesmo mecanismo de dominação fundado no sistema colonial ou neocolonial, mas sim naquele fundado nas “similaridades estruturais e funcionais que a economia hegemônica, como um todo, pode transferir à economia periférica, como um todo” (Ibid., p. 235), criando a ilusão de que sequer houve integração. Mesmo com os

tremendos obstáculos de um mercado capitalista moderno duplamente articulado, foi a ativação deste mercado pela intervenção imperialista – junto aos fatores econômicos internos – que permitiu dar o salto necessário à formação do capitalismo competitivo no Brasil (FERNANDES, 1981, p. 238).

Essa nova situação permite a rápida substituição da produção artesanal pela manufatureira e industrial. Aqui é o capitalismo comercial que antecede o capitalismo industrial e dita o ritmo de sua transformação. Por outro lado, o deslocamento do eixo regulador da vida social para o mercado e as cidades, pôs em xeque a dominação estamental e o regime escravista. O fator determinante da estratificação social muda, produzindo novos “valores” contra os abusos das elites agrárias – movimento que vai até, e em parte explica, a “Revolução” de 1930.

A “dupla articulação” da economia brasileira nunca foi questionada pelas classes dominantes, nem durante nem depois da formação do capitalismo competitivo. Na verdade, essa “dupla articulação” forjou a mentalidade dessas classes dominantes em limites estreitos. Mesmo nos períodos históricos em que se levantou a questão das “reformas estruturais” desenvolvimentistas, o modelo arcaico das formas econômicas do campo e a dependência dos capitais externos – vista como “único meio de se desenvolver” – foram naturalizadas pelo grosso das elites locais, transformando as reformas de base em meros instrumentos de barganha (Ibid., p. 242, 243).

Por fim, a transplantação do modelo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil foi um longo processo e se deu através da “penetração segmentada” (Ibid., p. 252), uma vez que o país não possuía os requisitos necessários para operar a transformação do capitalismo competitivo em monopolista por simples evolução de sua economia. Empresas imperialistas se instalaram na periferia do sistema capitalista, assumindo funções econômicas proeminentes. A rapina econômica se fundiu aos intentos políticos do imperialismo norte-americano após a Segunda Guerra Mundial, na medida em que os países periféricos constituíam a “última fronteira” para a expansão capitalista, ameaçada pelo ciclo de revoluções do pós-guerra e pela expansão do “campo socialista”. A estabilização política dos países periféricos tornou-se uma condição essencial para a “cooperação” das empresas e do governo dos EUA a fim de impulsionar o “desenvolvimento”, mesmo às custas da autodeterminação daqueles países (Ibid., p. 254).

As empresas imperialistas inseriam-se no modelo competitivo em expansão, contribuindo mais à consolidação do capitalismo monopolista no exterior – mediante exportação de matérias-primas e remessa lucros. É a partir dos anos 1950 que o Brasil é

definitivamente incorporado ao modelo do capitalismo monopolista dependente. Após o golpe de 1964, essa última tendência se intensifica, pois as empresas imperialistas “puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial” (FERNANDES, 1981, p. 257). A decisão interna de adotar o padrão monopolista harmonizou-se às decisões externas nesse sentido: a ditadura empresarial-militar somou-se aos esforços imperialistas, criando as condições de controle político e econômico adequadas à transição. Se não tivesse feito isso e deixasse o processo a cargo das iniciativas externas, o risco seria “uma reversão colonial ou neocolonial insofreável” (Ibid., p 259).

A dupla articulação da economia brasileira desgastava permanentemente as condições do exercício do poder burguês. Era necessário restaurar esse poder, como forma de adequar as bases econômicas da dominação da burguesia, acompanhando “os dinamismos econômicos e os ritmos históricos que as nações capitalistas hegemônicas transferiam para a sociedade brasileira” (Ibid., p. 264).

Os requisitos políticos do desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista dependente [...] exigem um tão elevado grau de estabilidade política (pelo menos nas fases de eclosão e de consolidação, que nos é dado observar), que só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir. Doutro lado, nos momentos mais críticos da transição, que ainda não foram vencidos, operou-se uma dissociação acentuada entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente *racional e modernizador* de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa. (Ibid., p. 267-8. Itálicos do autor)

O tipo de “Revolução Burguesa” “possível” no Brasil separa a revolução econômica da revolução democrática e nacional, autonomizando a primeira em detrimento das duas últimas. O desenvolvimento econômico perseguido a partir dessa perspectiva, leva cada vez mais ao enrijecimento do regime político, segregando ainda mais as camadas populares. Reforça-se com isso um tipo de democracia disforme, restrito ao topo da pirâmide social.

A democracia que se equaciona, como realidade histórica viva, ao nível dos privilégios econômicos, sociais e políticos dessas classes, ou seja, como uma democracia restrita, da qual só participam efetivamente os membros de tais classes (ou, conforme as circunstâncias, só as suas elites). De outro lado, o desenvolvimento, que é a única esfera realmente “aberta de semelhante sociedade de

classes, torna-se o alfa e o ômega do superprivilegiamento da dominação burguesa. Por seu intermédio, o capitalismo faz as pazes com o particularismo de regimes sociais anteriores, reimplantando-o no coração do Estado “moderno”, e chega, mesmo, a desdobrar o próprio “desenvolvimento” em equivalente histórico da luta pelo botim na guerra colonial. (FERNANDES, 1995, pp. 129-30)

Ao fim do ciclo autocrático-burguês, Fernandes faz uma consideração importante sobre a abertura democrática e o regime que poderia surgir a partir dela. O “padrão compósito e articulado” da hegemonia burguesia no capitalismo dependente assume necessariamente o caráter de circuito fechado ou democrático-oligárquico, quer dizer, exclui as demais classes. A ausência de legitimidade daí decorrente transforma-se em “cooptação sistemática e generalizada” ou “*corrupção intrínseca e inevitável do sistema de poder resultante*” (Id., 1981, p. 358. Itálicos do autor). Desse modo, a transição entre autocracia burguesa e pseudodemocracia – uma democracia desfigurada pela dupla articulação – poderia dar origem a um *aparente* contraponto democrático: a *democracia de cooptação*.

[...] a cooptação se converte no veículo pelo qual a variedade de interesses e de valores em conflito volta à cena política, nela se instala e ganha suporte ou rejeição. Desse ângulo, a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma *democracia de cooptação*. (Ibid., pp. 358-9. Itálicos do autor)

Nessa perspectiva, a democracia permanece restrita, e o poder político continua sendo um monopólio intocado das classes dominantes. Porém, as iniquidades daí resultantes pressionam a burguesia a buscar estabelecer alguma forma de compensação para os “de baixo”. Como a instauração de uma revolução democrática é *impossível* no contexto do capitalismo dependente, a opção que sobra é a cooptação, através de todas as formas de corrupção possíveis.

Em síntese, a “Revolução Burguesa” é compreendida pelo autor como o processo mediante o qual a dominação burguesa se articula à transformação capitalista para criar os requisitos necessários (econômicos, mas também culturais, políticos e psicológicos) à expansão e consolidação do modo capitalista de produção. Fernandes demonstra que não existe uma única via nesse sentido. O capitalismo não se desenvolve apenas nos marcos de suas tendências internas, puramente econômicas; em cada situação histórica, ele se articula a tendências econômicas e extra-econômicas (incluindo formas pré-capitalistas) precedentes. Além disso, não se pode perder de vista que nos países atrasados, a imposição de padrões

correspondentes à expansão do capital imperialista constitui um elemento-chave. Nesse sentido, o modelo democrático-burguês não é de modo algum o padrão de referência para se buscar uma compreensão adequada da “Revolução Burguesa” na periferia do sistema. A dupla articulação entre expropriação interna e externa produz uma extremada concentração de riqueza e poder, que articulada à persistência de formas pré-capitalistas e à compressão permanente do nível de vida das massas, condicionam uma dominação burguesa em que as mais elementares formas de democratização da vida social, econômica e política estão excluídas de cena, e que pode ser qualificada adequadamente como “autocrática”. Assim, a transformação capitalista se exerce preponderantemente através de mecanismos políticos.

As burguesias que só agora chegaram ao vértice de suas possibilidades – e em condições tão difíceis – viram-se patrocinando uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário. Ela é parte da “Revolução Burguesa” porque se integra a um processo que se prolonga no tempo e se reflete nas contradições das classes que se enfrentam, historicamente, com objetivos antagônicos. No fundo tais burguesias pretendem concluir uma revolução que, para outras classes, encarna atualmente a própria contra-revolução. A maioria já não é cega, mesmo quando compartilha as “opções burguesas”, ou se volta abertamente contra elas, identificando-se com as esperanças criadas pelo socialismo, revolucionário ou reformista. (FERNANDES, 1981, p. 295)

As burguesias nativas não são “vítimas” do imperialismo, mas sim suas sócias minoritárias. A transição neocolonial fez emergir uma burguesia com certa capilaridade e articulação nacional, fatores nos quais o imperialismo se apoiou para penetrar no país. Uma burguesia nativa forte também era necessária diante da expansão do “campo socialista”. Essa burguesia viu suas potencialidades limitadas ao entrar em cena num mundo já completamente dominado pelas nações hegemônicas, daí seu caráter atrasado.

Mas o próprio desenrolar da “Revolução Burguesa” no Brasil, separando o componente econômico dos componentes democrático e nacional, criou as condições materiais e psicológicas para a derrocada do Estado autocrático-burguês. O incremento da industrialização modificou a estrutura de classes, levando ao fortalecimento do proletariado e do movimento sindical, pressionando desde baixo as classes dominantes, que não podiam responder apenas com a repressão. Abria-se com isso, na opinião do autor, “uma nova época histórica, de refluxo da reação e da contra-revolução, e de fluxo da revolução nacional e da revolução democrática” (Id., 1980, p. 65). O poder burguês, hermeticamente fechado, não se abriria senão por essa pressão dos trabalhadores, de modo que a democracia seria uma

conquista do proletariado. Isso ocorria porque a “base econômica do Estado autocrático-burguês [era] estreita demais; [ficava] presa a uma restrita sociedade civil, fechada na defesa de seus privilégios” (FERNANDES, 1980, p. 122). Por isso, o sentido da abertura democrática foi o de preservar determinadas instituições e privilégios a fim de represar o ímpeto da democratização radical do poder político. Ou seja, procurou-se manter a contra-revolução por outros meios”, através do “ritualismo eleitoral; uma democracia representativa *sob tutela* e dotada de dispositivos constitucionais suficientemente *fortes* para garantir a ‘segurança nacional’ e ‘defender o Estado’ (Ibid., p. 66. Itálicos do autor).

### 3. Incidências trotskistas nos autores brasileiros: uma revisão crítica

Após apresentar os principais conceitos desenvolvidos pelos autores, resta demonstrar de que forma estes se relacionam. Ou em termos mais precisos: quais são as incidências das categorias do pensamento de Trotsky e da tradição trotskista sobre a elaboração teórica de Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, acerca das especificidades da formação social brasileira. Para isso, faz-se necessário submeter os principais aspectos da produção teórica desses autores à crítica; mas uma crítica na acepção marxista do termo, ou seja, que aponte seus fundamentos, seus condicionamentos e os seus limites, dentro de um marco conceitual referenciado no pensamento trotskista. Uma crítica que aponte ainda quais são as convergências fundamentais entre os autores, bem como suas divergências.

Em sua análise da gênese e das particularidades da formação social brasileira, Caio Prado Júnior realiza uma crítica magistral das teses etapistas que impregnavam o marxismo brasileiro desde meados dos anos 1920 até a segunda metade daquele século. A repetição mecânica de etapas históricas pré-definidas e correspondentes a uma realidade exógena é substituída em sua obra pela atuação de fatores políticos, sociais e econômicos que, uma vez reunidos num contexto histórico específico, dão origem a uma *originalidade*. A conquista e a obra da colonização portuguesa são desdobramentos da expansão do capital comercial europeu; a grande exploração agrária atendia aos apetites do capitalismo em expansão; a independência correspondeu a uma mudança de cunho estrutural naquele sistema, que é a suplantação do capital comercial pelo capital industrial nos países centrais; o advento da industrialização ocorre em compasso com a reafirmação da função agrário-exportadora que caracteriza o Brasil desde o período colonial. O método em que se baseiam essas considerações difere cabalmente da sobreposição de realidades históricas distintas, a fim de estabelecer certas identidades que justifiquem uma política definida *a priori*. Caio Prado Júnior busca apreender o longo desenrolar mediante o qual surgiu e se desenvolveu uma formação social com traços específicos, que a particularizam no conjunto que constitui o sistema capitalista global. Nessa empreitada, a ênfase dada a conceitos consagrados é rebaixada a um segundo plano; o que importa é o processo vivo em sua totalidade.

Caio Prado Júnior apropria-se da lei do desenvolvimento desigual e combinado para explicar o Brasil, na esteira da análise pioneira que os trotskistas brasileiros já haviam realizado há alguns anos. Embora o esforço teórico destes últimos seja limitado pelo objeto sobre o qual se debruçaram (a “Revolução” de 1930 e suas implicações), muitas de suas ideias reaparecem nas considerações pradianas. Assim é com o “sentido” da colonização e com as digressões acerca da existência de um proletariado agrícola em lugar do pretenso

campesinato. A LCI realizou uma análise pioneira acerca da estrutura agrária do Brasil, estabelecendo pela primeira vez que os componentes arcaicos dessa estrutura correspondiam a remanescentes do escravismo, não do feudalismo – e Prado Júnior reproduz esta ideia.

No entanto, a análise pradiana é muito mais completa. Um dos equívocos da LCI é afirmar que o capitalismo foi “exportado” para o Brasil desde os primórdios da colonização, associando-o às unidades produtivas correspondentes aos engenhos, às lavras etc. A quase inexistência de um dos pressupostos básicos do capitalismo – que é o trabalhador livre – durante o período colonial desautoriza essa afirmação. Caio Prado Júnior, ciente dessa perspectiva, soube diferenciar “capital” e “capitalismo”, negando a possibilidade histórica de existência do modo de produção capitalista na colônia, da mesma forma que negava a tese etapista da existência do modo de produção feudal. A ideia defendida pela LCI, de que o capitalismo nasceu no campo, também está equivocada. Prado Júnior o demonstra em sua análise do nascimento da pequena indústria brasileira, e de como ela se originou no contexto urbano.

Prado Júnior domina um componente da lei do desenvolvimento desigual e combinado muitas vezes negligenciado pelos próprios trotskistas: a reversão histórica. Sua obra indica de modo consistente como e por que a força econômica mais dinâmica do século XVI precisou recorrer a um expediente reacionário e em vias de extinção para poder se estruturar no Novo Mundo. Desse modo, a escravidão não reaparece no cenário histórico como produto da sordidez humana, mas sim como necessidade economicamente determinada pelos impulsos do capital emergente – alargando com isso a trilha já aberta por Marx em *O Capital*<sup>12</sup>. Ao mesmo tempo, não se deixa confundir pela similitude das formas que o escravismo da Antiguidade guarda com a escravidão moderna.

No primeiro [...] o escravo não é senão a resultante de um processo evolutivo natural cujas raízes se prendem a um passado remoto; e ele se entrosa por isso perfeitamente na estrutura material e na fisionomia moral da sociedade antiga. Figura nela de modo tão espontâneo, aparece mesmo tão necessário e justificável como qualquer outro elemento constituinte daquela sociedade. [...] A escravidão na Grécia ou em Roma seria como o salariado em nossos dias: embora discutida e seriamente contestada na sua legitimidade por alguns, aparece contudo aos olhos do conjunto como qualquer coisa de fatal, necessário e insubstituível.

---

<sup>12</sup> Ver também a carta de Marx a Pavel Annenkov, de 28 de dezembro de 1846:

A escravatura direta é o eixo do nosso industrialismo actual, tal como as máquinas, o crédito, etc. Sem escravatura, não temos algodão; sem algodão, não temos indústria moderna. Foi a escravatura que deu valor às colónias, foram as colónias que criaram o comércio mundial, o comércio mundial é que é condição necessária da grande indústria mecânica. (MARX e ENGELS, 1982, p. 551)

...Coisa muito diferente se passará com a escravidão moderna, que é a nossa. Ela nasce de chofre, não se liga a passado ou tradição alguma. Restaura apenas uma instituição quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser, e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas. Surge assim como um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia. [...] Em vez de brotar, como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo. (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 278)

Mas se a análise da gênese e das particularidades da formação social brasileira tem em Caio Prado Júnior um sentido que se afasta resolutamente do etapismo, o mesmo não se pode dizer de suas conclusões políticas, notadamente de suas ideias sobre o processo revolucionário no Brasil. Este é definido como o conjunto de transformações estruturais orientado no sentido de acelerar aquela tendência iniciada ainda no século XIX, a saber: o longo e penoso processo de transformação do Brasil, de colônia em nação independente. Basicamente, trata-se de reorientar as forças produtivas do país no sentido de atender as necessidades prementes de sua população, rompendo definitivamente com o caráter agrário-exportador em que sempre se baseou a economia brasileira. Diferente da Europa, em que o crescimento do capital (apesar das crises periódicas) ocorreu em compasso com os níveis de consumo, no Brasil as atividades econômicas mais dinâmicas se orientaram primordialmente para o mercado externo, de modo que os interesses privados nunca se interessaram verdadeiramente pela ampliação do mercado interno. Por isso, a estruturação de uma economia em que produção e consumo interno se harmonizem dependeria, na fórmula pradiana, essencialmente da ampliação dos níveis de consumo e da demanda – isto é, do aumento da distribuição –, que não podem ser obtidas mediante o livre jogo dos interesses particulares dos capitalistas (Id., 1977, pp. 163-4).

Assim, uma vez que inexistia no país uma “burguesia nacional” capaz de conduzir a uma economia capitalista independente, trata-se de “cria-la” por intermédio do Estado, já que “a pobreza e os padrões da população trabalhadora derivam menos, frequentemente, da exploração do trabalhador pela iniciativa privada, que da falta dessa iniciativa” (Ibid., p. 166).

Tratar-se-á, dentro da planificação e direção gerais das atividades econômicas em que se combinarão as iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada devidamente controlada e orientada, de visar sempre, e sem primeiro e principal lugar, a elevação dos padrões materiais e culturais da massa da população, e a satisfação de suas necessidades, a começar pela principal delas no momento, e

em regra tão mal atendida, que é segurança para todos de ocupação e trabalho com remuneração adequada. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 167)

Essas ideias contrastam com a própria crítica pradiana da “burguesia nacional”, que segundo a concepção etapista cumpriria um papel central na luta contra o imperialismo e pela independência nacional. De acordo com o autor, a diferenciação que se forma na burguesia brasileira não diz respeito diretamente à posição em relação ao imperialismo, mas sim à posição quanto à intervenção do Estado – concepção que será criticada por Marini, como se verá a seguir. Prado Júnior não se refere somente às práticas de corrupção, abusos e outras ilicitudes; existiria uma ampla gama de atividades econômicas privadas que se formaram na base do Estado, e que dele sugam recursos de forma sistemática. Essas atividades teriam se formado graças ao tamanho agigantado do Estado brasileiro e das prerrogativas que este possui na condução da política econômica – particularmente as atribuições do governo federal –, cujas raízes remontam à transferência da corte portuguesa para o Brasil (Ibid., p. 123).

Evidentemente, tais setores burgueses defenderiam uma maior regulação e intervenção do Estado, uma vez que é daí que obtêm seus lucros. Ainda segundo Prado Júnior, durante o governo João Goulart, a esquerda compôs um bloco com o “capitalismo burocrático” em defesa da intervenção estatal, acreditando encontrar aí a aguardada aliança entre proletariado e “burguesia nacional”, preconizada em seu programa da Revolução Brasileira. Todavia, o amálgama entre interesses públicos e privados do “capitalismo burocrático” foi explorado pelas forças reacionárias e seu discurso sobre a corrupção. Esse discurso arrastou as camadas médias e neutralizou as forças populares, pavimentando o caminho para o golpe militar (Ibid., pp. 128-9). Contraditoriamente, é a essa mesma burguesia, ligada ao “capitalismo burocrático”, que Prado Júnior recorre como agente das transformações da Revolução Brasileira.

Embora rejeite “rótulos”, o programa pradiano é em seu conteúdo o da revolução democrático-burguesa. O papel do sujeito social da Revolução Brasileira – que Prado Júnior identifica no proletariado rural – seria, por pressão reivindicatória, conduzir o poder público a reformar o capital, criando com isso a classe capaz de integrar e harmonizar definitivamente o país, consumando a transição de colônia à nação: a genuína burguesia nacional. Não se trata, enfim, de suprimir a propriedade privada e colocar o problema da socialização, mas sim reorientar as alavancas capitalistas, uma vez que o socialismo seria

[...] irrealizável no Brasil, por faltarem, se outros motivos não houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo

simplesmente administrativa, suficientes para transformação daquele vulto e alcance. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 165)

Essa visão está claramente ancorada nas teses aprovadas pelo V congresso da *Comintern* – que foram duramente criticadas por Trotsky. Estas estabelecem uma gradação entre países “maduros”, “médios” e “imatuross” para o socialismo. Ao invés de analisar a economia mundial em seu conjunto, parte-se de um fetichismo nacional que encara o grau atingido pelas forças produtivas de cada país de forma isolada.

Embora as forças produtivas mais desenvolvidas sejam uma condição indispensável e uma vantagem para a construção socialista, estas não deixam de ser também um obstáculo para essa construção independente. Se mais desenvolvidas, as forças produtivas tendem a ultrapassar as fronteiras do país, de modo que a construção independente do socialismo transformar-se-ia em destruição e desperdício de recursos.

[A *Comintern*] esquece a tese fundamental da incompatibilidade entre as atuais forças produtivas e as fronteiras nacionais, do que deriva que forças produtivas mais desenvolvidas não são de maneira alguma um obstáculo menor para a construção do socialismo em um só país que forças produtivas pouco desenvolvidas, ainda que pelo motivo inverso, a saber, enquanto as últimas são insuficientes para servir como base, são as bases que provarão ser inadequadas para as primeiras. A lei do desenvolvimento desigual é esquecida exatamente no ponto em que é mais necessária e mais importante. (TROTSKY, 2010, p. 132)

Esse ponto de vista é válido também para o capitalismo. O conceito de nação apresentado por Prado Júnior pressupõe uma economia voltada às necessidades do povo brasileiro e à consecução da soberania nacional. No entanto, um tal modelo econômico é impossível nos marcos do sistema imperialista. A hegemonia do capital financeiro internacional soldou a totalidade das nações em um complexo sistema, cuja marca é a interdependência econômica. A hipótese de ruptura com esse sistema implica romper com o próprio capitalismo, o que em outros termos significa realizar medidas de expropriação e planificação econômicas. Chamado a integrar esse sistema numa época em que os grandes bancos e os trustes já haviam repartido entre si os principais ramos econômicos e estabelecido seu monopólio sobre as fontes de matérias-primas existentes, o Brasil viu suas possibilidades de desenvolvimento capitalista autônomo passarem à história.

Em suma, a contribuição pradiana, baseando-se na lei do desenvolvimento desigual e combinado, não avança até as últimas consequências de seu complemento político, dado pela

teoria da revolução permanente e o *Programa de Transição*: o caráter ininterrupto do processo revolucionário – das tarefas democráticas e de libertação nacional rumo ao socialismo. A elucidação das tarefas de libertação nacional levada a cabo pelo autor não são complementadas pelas medidas socialistas, em função de sua absorção do fetichismo nacional, e estancam em um “*welfare state* com crescimento econômico acelerado” (FERNANDES, 1980, p. 87). É por isso que as críticas de Caio Prado Júnior à concepção stalinista são contidas a meio caminho e representam por isso mais um deslocamento à esquerda do que uma ruptura efetiva com as teses etapistas.

Ruy Mauro Marini está muito mais próximo da contribuição trotskista. Sua *Dialética da dependência* é uma afirmação eloquente do desenvolvimento desigual e combinado aplicado às relações internacionais – “o desenvolvimento e o subdesenvolvimento [são] fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementaridade” (MARINI, 1992, p. 77) –, enquanto a programática revolucionária defendida pelo autor para a América Latina é desde logo definida como socialista. Ele também é enfático em sua afirmação da necessidade da independência política do proletariado. As raízes dessas convergências encontram-se na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ou simplesmente POLOP), na qual militou no fim dos anos 1960. Esta organização sofreu influência das ideias de Trotsky<sup>13</sup> – mas também de Bukharin, Rosa Luxemburgo e Gramsci. A teoria da revolução permanente, no entanto, nunca foi aceita pelo conjunto de seus membros (CHILCOTE, 2009, pp. 88-9).

Como Trotsky, Marini crê que a questão da democracia na América Latina assume contornos muito específicos. Fundamentalmente, democracia quer dizer autodeterminação e independência nacional. “Na América Latina, falar de democracia implica, como pressuposto necessário, colocar o tema da sua capacidade para autodeterminar-se, ou seja, desenhar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências de seus povos.” (MARINI, 1992, p. 13) Depois, vem a questão da chamada “justiça social”, ou seja, a redução das iniquidades típicas do modelo “capitalista dependente”. Por isso, “a luta pela democracia é a luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à

---

<sup>13</sup> Os antigos militantes da POLOP possuem posições divergentes e até mesmo antagônicas em relação ao legado de Trotsky. Assim, por exemplo, enquanto Michael Löwy o defende abertamente e reivindica sua contribuição, Vânia Bambirra, uma das principais expoentes da “teoria da dependência”, reconta algumas das críticas dirigidas contra Trotsky por Stalin, como a pretensa subestimação dos camponeses e a suposta interpretação equivocada da tese de “revolução permanente”, introduzida originalmente por Marx e Engels. Bambirra chega a alimentar a ideia, amplamente difundida pelo stalinismo, de que o trotskismo evoluiu para uma corrente “anti-soviética” e “anticomunista”. Mas sua principal crítica contra Trotsky é a de que este jamais compreendeu adequadamente o conceito de socialismo; critica esta que é utilizada pela autora para justificar a teoria do “socialismo em um só país” (BAMBIRRA, 1993, pp.260-76).

justiça e a igualdade, e é, em suma – ali onde se torna mais definida – a luta pelo socialismo” (MARINI, 1992, p. 14).

O autor identifica um padrão de acumulação capitalista nos países periféricos qualitativamente distinto do existente nas nações avançadas: o aumento da jornada em suas dimensões extensiva e intensiva configura a particularidade mediante a qual os países latino-americanos puderam se inserir no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho, contribuindo – com o barateamento dos artigos de consumo proletários – para a fixação de um ponto a partir do qual o progresso industrial dos países desenvolvidos passasse à extração da mais-valia relativa. Esse conceito de superexploração da força de trabalho aproxima-se bastante de uma das ideias contidas na formulação de Trotsky sobre o bonapartismo *sui generis*. Enquanto o stalinismo justificava sua política de “frentes populares” com a tese de que as burguesias dos países atrasados eram vítimas do imperialismo – tese em parte compartilhada por Caio Prado Júnior – e que, em função disso, deveriam desempenhar um papel progressivo na luta contra ele, Trotsky argumentava que essas burguesias, tendo chegado ao auge de suas potencialidades num mundo já dominado pelas principais potências imperialistas – o que as privava de desempenhar qualquer protagonismo político ou econômico no cenário internacional –, tratavam de compensar essa desvantagem recorrendo a um tipo particular de “independência”: a de garantir uma “posição dominante” na exploração do proletariado de seus próprios países. Para isto, os capitalistas latino-americanos podiam eventualmente manobrar com os conflitos interimperialistas, sem, contudo, abandonar seu papel de lacaios. Evidentemente, Trotsky não aprofundou essa linha de investigação, ignorando conceitos como o de troca desigual. Mas é interessante observar que tanto ele quanto Marini concluem que a burguesia latino-americana, retardatária em todos os sentidos, procura contrabalançar este fato com a intensificação da exploração dentro de suas fronteiras nacionais.

O conceito de dependência empregado por Marini tem um sentido bastante específico: uma relação de subordinação entre nações, que apesar de sofrer alterações constantes acaba sempre recriando a dependência em outros termos. O foco aqui é naturalmente a relação de dependência do ponto de vista da nação menos favorecida. Todavia, essa ideia pode ser ampliada.

Todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com os outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no

crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não por seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia, e a Inglaterra, uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial. (TROTSKY, 2007, p. 47)

Para Trotsky, existem dois tipos de dependência: aquela que se expressa na situação dos países atrasados e uma outra, manifestada pela posição dos países avançados ou imperialistas. O que vai definir a forma da dependência, em um e noutro caso, é o grau alcançado pelas forças produtivas de cada país. Mas não se deduz daí que o país mais avançado possua autonomia econômica. O exemplo das relações entre Índia e Inglaterra utilizado por Trotsky dá a entender justamente o oposto: quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas de um país, maior é o grau de dependência desse país em relação ao mercado mundial – embora, contraditoriamente, os países avançados possuam maior poder de decisão sobre esse mercado. Daí é possível concluir que o conceito de dependência só se aplica quando a análise repousa sobre um país ou um grupo de países; para a compreensão da totalidade do mundo capitalista, o conceito mais apropriado, no âmbito da tradição trotskista, seria a *interdependência*. Sua natureza é dada pela própria configuração do regime imperialista, que tem na exportação de capitais e no domínio sobre as fontes de matérias-primas dois momentos essenciais. Em resumo, *todo país capitalista é dependente*; o que muda são as *modalidades* dessa dependência.

Essa discussão remete a outro conceito de Marini: o de subimperialismo. Este é definido como uma etapa de desenvolvimento industrial de certos países latino-americanos que, num processo de integração entre capitais nacionais e estrangeiros, e mantida a estratificação do mercado interno, procuram na exportação de produtos para outros países subdesenvolvidos a realização de seus lucros. No Brasil, a análise mariniana sobre a emergência desse modelo está associada aos acontecimentos políticos da década de 1960. Para o autor, as burguesias industrial e agrária travaram duros embates em torno no tipo de desenvolvimento capitalista a ser seguido pelo país, tendo a primeira pleiteado a expansão do mercado interno em contraposição à exportação de bens primários. Essa oposição de interesses chegou ao ápice durante o governo João Goulart, que através das reformas de base

– principalmente a agrária – pretendia elevar os níveis de consumo das massas para abarcar a crescente expansão da indústria brasileira. A resistência oferecida pela burguesia agrária e a ascensão do movimento dos trabalhadores durante o período teriam feito o capital industrial retroceder em suas posições, reconciliando-se com o setor agrário-exportador e recebendo apoio do capital externo para ampliar seus negócios. Assim, a exportação de produtos industriais se apresentou como alternativa às mudanças estruturais propostas por Jango.

Mas é o próprio Marini, em *Subdesenvolvimento e revolução*, quem afirma que a “cooperação antagônica” entre industriais e latifundiários durante o período em questão quase sempre se resumiu a disputas sobre a taxa de câmbio. Além disso, parte das inversões industriais veio do capital imobilizado pela queda das exportações de *commodities* em fins do século XIX e princípios do XX. Também é preciso acrescentar os investimentos estrangeiros – que marcaram presença desde o início do processo de industrialização –, dependentes dos saldos da balança comercial brasileira para cobrir a remessa de lucros para suas matrizes no exterior. O que transparece é mais a complementaridade entre o setor interno e o externo que um antagonismo que poderia produzir, em um dos polos, uma radicalização no sentido de ruptura efetiva entre essas duas frações da classe capitalista. Além disso, parece pouco plausível que um projeto tão audacioso como a reforma agrária fosse levado a sério por um setor importante de industriais: a mobilização popular necessária afetaria o equilíbrio do edifício inteiro, e certamente traria repercussões ameaçadoras para a propriedade burguesa como um todo. Finalmente, dada a particularidade do campo brasileiro, baseado na grande exploração agrícola de caráter exportador, cuja pequena propriedade fundiária não figura senão como elemento residual, cabe indagar não só os limites que a realização de uma reforma agrária teria no alargamento do mercado interno, mas também em que sujeito social se apoiaria sua realização, uma vez que o campesinato brasileiro constitui uma fração diminuta da população.

Mas apesar de supervalorizar as nuances entre as frações burguesas, Marini realiza uma crítica consistente à ideia de que essas diferenças tinham como fundamento mais importante a conquista do Estado. Em sua crítica à *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Júnior, ataca o conceito de “capitalismo burocrático”:

[...] a insuficiência [de Caio Prado Júnior em sua] análise da burguesia não nos permite ver com clareza as diferenças que se expressam entre suas várias camadas (grande, média e pequena), nem sequer entre seus principais setores (indústria pesada e leve). No entanto, a compreensão de tais diferenças contribuiria muito mais para esclarecer as lutas em torno do controle do Estado do que o conceito de “burguesia burocrática”, visivelmente importado de certas análises da realidade

mexicana, bem como situar melhor a posição da burguesia frente ao problema de desenvolvimento planejado e o atrito dali derivado em relação ao capitalismo internacional. (MARINI, 2005, p. 105)

Prado Júnior cita o exemplo da política cambial para ilustrar como a intervenção do Estado na economia pode gerar conflitos de interesses e mesmo choques entre as diferentes frações da burguesia, que são aquelas diretamente ligadas às atividades econômicas que se formaram na base do Estado e as que mantêm seus negócios de maneira independente. O eixo de diferenciação desses dois setores seria o Estado. Ora, a política cambial é apenas uma mediação entre as empresas nacionais e o mercado externo, ou seja, o imperialismo. O Estado é a instância imediata para onde se encaminha essa relação, mas não seu destino final. Ao menos nesse exemplo específico da taxa de câmbio, o controle do governo federal diz respeito não às frações burguesas referidas – as que se ligam ao Estado em seus negócios e as que deste mantêm independência –, mas sim àquelas ligadas às exportações, por um lado, e às importações, por outro. O eixo diferenciação seria não o Estado, e sim o mercado externo. A hegemonia sobre o Estado seria dessa forma uma necessidade imperiosa para todos os setores da burguesia, tenham estes negócios com o Estado ou não, pois dele depende o desenvolvimento ou atrofamento de suas atividades. Essa diferenciação inter-burguesa não se desenvolve a ponto de produzir uma ruptura: como aponta Marini, as diferenciações entre o setor agrário-exportador e industrial, embora chegadas a um grau particularmente acentuado no governo de João Goulart, foram rapidamente suprimidas diante do aumento do movimento reivindicatório dos trabalhadores, o que culminou num novo pacto, materializado pela ditadura empresarial-militar.

Também em sua análise do processo de “reconversão” latino-americano, Marini enfatiza as disputas entre as frações burguesas, cada qual buscando imprimir seus interesses na readequação da estrutura econômica e na redefinição do papel do Estado diante dos imperativos da nova ordem neoliberal. Assim, identifica o autor um setor “moderno”, ligado às novas tecnologias e tendente a derrubar as barreiras político-jurídicas vigentes para melhor interagir com o capital externo; outro setor, industrial, surgido da substituição de importações e beneficiário das restrições protecionistas, que impõe resistência à “reconversão” nos termos que é apresentada pelo setor “moderno”; por último, um terceiro setor, correspondente à grande propriedade agrária (e também à mineração), que se associa ao setor “moderno” tendo em vista o estímulo às exportações que uma abertura de mercado poderia proporcionar (Id., 1992, pp. 53-6).

Voltando ao conceito de subimperialismo, é preciso notar que mais importante que as questões de dimensão histórica, sociológica e política, está seu conteúdo econômico. O conceito clássico de imperialismo é definido por Lenin como o estágio final do capitalismo, de dominação mundial dos grandes grupos monopolistas, sob hegemonia do capital financeiro, baseada na exportação de capitais e na retenção das principais fontes de matérias-primas. Suas características principais são:

1) A concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2012, p. 124)

Os bancos também se convertem em empresas monopolistas, deixando de cumprir seu papel original de intermediários de pagamentos. Desenvolvendo-se e concentrando-se cada vez mais, transformam a enorme soma de depósitos em capital para a indústria e o comércio. Os grandes bancos também absorvem e incorporam os pequenos em seu “grupo”, por meio de ações, crédito etc., aumentando com isso o seu capital. “Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalismo coletivo” (Ibid., p. 60). Assim, os bancos controlam inteiramente a indústria e o comércio, uma vez que lhes é possível conhecer, controlar e decidir a situação das diversas empresas, mediante as operações de crédito, “distribuindo” dessa forma os meios de produção.

A ascensão do capital financeiro coincide com a completa divisão do mundo entre as potências imperialistas. O excesso de capitais nas metrópoles conduz à sua exportação para as colônias. Embora o imperialismo tenha existido antes da ascensão do capital financeiro e mesmo antes do capitalismo, é sob este sistema que ele chega ao paroxismo. O imperialismo capitalista se diferencia dos demais pela dominação dos grandes grupos monopolistas e pela colonização dos países fontes de matérias-primas.

A principal característica do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos *todas* as fontes de matérias primas [...]. A posse de colônias por si só traz aos monopólios garantia completa de êxito contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura

defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quando mais sensível se torna a falta de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LENIN, 2012, p. 116. Itálico do autor)

Ora, o subimperialismo de Marini não apresenta *nenhum* dos traços descritos acima e que definem o imperialismo clássico. O único critério utilizado na definição mariniana é a exportação de *produtos industriais* (e não de capitais) a partir de um certo estágio de desenvolvimento econômico, alcançado por alguns países latino-americanos em função da integração com o capital estrangeiro. A novidade aqui é que países como o Brasil passam a exportar produtos industriais, já que a exportação de mercadorias – inclusive com a participação de capital externo – *sempre* caracterizou a vida econômica do Brasil, desde o período colonial. Essa exportação de produtos industriais, além disso, depende fundamentalmente da iniciativa de centros de decisão localizados fora do território brasileiro, nos países de capitalismo central. Essa constatação é particularmente importante, porque a exportação industrial brasileira ocorre no interesse desses centros de decisão, e só é lavada a cabo na perspectiva da repatriação dos lucros advindos daí.

O método de Trotsky distingue-se antes de tudo por separar o fundamental do secundário. “Algunos países son los conductores del imperialismo, otros sus víctimas. Esta es la línea divisoria fundamental de los estados y naciones modernos” (TROTSKY, 2000, p. 95). É em torno desta linha divisória que determinadas tarefas assumem um conteúdo radicalmente diferente de acordo com a realidade de cada país. Nas condições abordadas acima, e a despeito de algumas vantagens relativas – no quadro do mundo subdesenvolvido, nunca dos centros imperialistas –, quais são as consequências teóricas e políticas da definição do Brasil – um país cuja economia é dominada de cima a baixo por grandes multinacionais e pelo capital financeiro internacional – como um país “subimperialista”? O que à primeira vista pode parecer uma questão acessória ou simples debate terminológico, traz repercussões importantes na definição das tarefas da Revolução Brasileira, especialmente no que diz respeito àquelas ligadas à luta antiimperialista.

Trotsky definia a Rússia czarista antes da Revolução de Outubro como uma “colônia privilegiada” (Id., 1978). Evidentemente, essa caracterização é um exagero, já que pelo menos do ponto de vista formal, a Rússia mantinha uma superestrutura política e administrativa independentes. Mas dentro dos limites que uma comparação dessa natureza carrega, pode-se aplica-la perfeitamente ao Brasil.

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode se dizer tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e de fato subordina, até mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa [...]. Naturalmente, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é *aquela* que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Neste sentido, os países semicoloniais são típicos exemplos de “caso intermediário”. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes tenha se tornado intensa, sobretudo na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido. (LENIN, 2012, p. 115. Itálico do autor)

Para Marini, o conceito de “semicolônia” está ligado aos países cujo setor predominante é o agrário-exportador. Lenin, por sua vez, considera não só a questão econômica, mas também a política. Quando se refere aos países “semidependentes”, está se referindo à autonomia política e administrativa e à questão da autodeterminação nacional. Uma vez que todos os territórios já se encontravam repartidos entre as nações imperialistas no início do século XX – repartição que não excluía, como se comprovou, novas divisões –, acirrou-se a disputa pela conquista desses países “independentes”. Assim, países que não eram colônias, e cujos governos não respondiam diretamente às metrópoles, foram submetidos pela via da dependência econômica. A exportação de capitais, tanto na forma de investimentos como também na de empréstimos, tratou de fixar os laços que prendiam as semicolônias e países dependentes ao imperialismo. Logicamente, essa dependência econômica deu origem à subordinação política e à perda da soberania nacional, embora formalmente as semicolônias mantivessem o *status* de países independentes. Essa é em linhas gerais a posição ocupada pelo Brasil, com um componente adicional: a integração da burguesia nacional com o capital estrangeiro, desenvolvendo um parque industrial relativamente robusto, eleva seu posto à condição de *semicolônia privilegiada*.

A produção teórica de Florestan Fernandes carrega traços indelévels da formação política que recebeu em seus primeiros anos de militância, no início dos anos 1940. Naquela época, por intermédio de Hermínio Sachetta, Fernandes aderiu à seção brasileira da IV Internacional, o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Militando nesta organização durante uma década, os conflitos ocasionados por sua dupla condição de intelectual e militante fizeram-no afastar-se da atividade política para se dedicar integralmente à academia – embora

caiba considerar também a importância do “fator Posadas”, que à época dirigia o trotskismo latino-americano, nessa decisão.<sup>14</sup>

Mas a influência de Trotsky – a quem considerava um “intelectual brilhante e revolucionário ardente” (FERNANDES, 1995, p. 119) perdurou muito tempo depois de seus anos de juventude. Nas palavras de Fernandes, Trotsky foi

[...] um dos gigantes do desencadeamento e da condução da Revolução Russa. Incansável e inventor de inovações imprevistas, revelou-se um gênio político e militar. Dirigiu o exército vermelho em suas mais difíceis e retumbantes vitórias. Empenhou-se em múltiplas tarefas complexas, como o tratado de Brest-Litovski com os alemães, e encargos que exerceu depois de ultrapassado o “socialismo de guerra”. Tido como um homem vaidoso, no entanto reconheceu em Lênin o único estrategista da revolução. Sua monumental obra sobre a Revolução Russa não se apresenta como um pedestal de suas atividades heroicas. Representa a tentativa de um participante, situado em uma posição ímpar, de reconstituir os diversos momentos cruciais da revolução, articulá-los em uma totalidade e interpretá-los segundo a ótica marxista, isto é, revolucionária. Em seguida, tornou-se um dos críticos dos “desvios burocráticos”, identificados por Lênin, e um oponente implacável das deformações da revolução (a qual, não obstante, defendeu com vigor, mesmo no exílio e em confronto de vida e morte com Stálin). (Ibid., p. 120)

Estas linhas foram escritas em 1991. Como se sabe, Florestan Fernandes faleceu em 1995. Desse modo, fica patente que a influência trotskista não foi um simples “arroubo de juventude” para Fernandes. Ao contrário, essa influência sempre esteve presente, implícita ou explicitamente, no decorrer de sua vida e obra.

Mas mais importante que o juízo de Fernandes sobre Trotsky é a forma como as ideias deste último aparecem na produção teórica do primeiro. Sabe-se que Fernandes parte do pressuposto de que o “capitalismo dependente”<sup>15</sup> limita as potencialidades de classificação social na América Latina. Já que a classe não se configura como eixo exclusivo no

---

<sup>14</sup> O III congresso da IV Internacional (1951) foi marcado pela vitória das teses do grego Michael Pablo. Este dirigente acreditava que o mundo estava à beira de uma nova guerra entre URSS e EUA. Em seu raciocínio, como as principais revoluções do pós-guerra eram dirigidas pelo stalinismo, a política da IV deveria ser pressionar as direções stalinistas e nacionalistas (nos países coloniais e semioloniais) até a tomada do poder, realizando entrismo em suas organizações. Esse entrismo não era uma tática pontual para ganhar rapidamente um setor dessas correntes para o trotskismo, e sim correspondia a toda uma etapa histórica, já que Pablo acreditava que a transição até o socialismo duraria séculos. O congresso também resolveu coroar a política de Juan Posadas na América Latina, declarando-o líder do Bureau Latino-americano da IV Internacional. Essa virada na política da Internacional produziu uma grande crise no trotskismo mundial. A estratégia de construção de partidos trotskistas com influência de massas foi simplesmente abandonada. Como resultado, o PSR brasileiro deixou de existir (CAMPOS, 1983; COGGIOLA, 1984).

<sup>15</sup> As considerações acerca do conceito de “capitalismo dependente” em Marini aplicam-se também neste caso.

delineamento do *status* social para os povos da região, outros componentes acabam preenchendo essa função. Dentre eles, caracteres étnico-raciais e estamentais. Essa prerrogativa – a insuficiência da “condição burguesa” nos países do continente – é válida não só para os estratos dominantes, mas também para os “de baixo”: o proletariado e os “despossuídos” conformam uma massa mais ou menos uniforme, em que as perspectivas de ascensão social por meio da incorporação ao regime do *salariato* são severamente restritas. Essa combinação entre formas capitalistas e pré-capitalistas possui uma inegável influência trotskista.

O mesmo vale para o curso específico que o desenvolvimento capitalista tomou na região. Este pouco se assemelha à “via clássica” ou mesmo à “via prussiana”, percorridas pelos países centrais. A América Latina saltou as etapas correspondentes a esses dois modelos, e assimilou o capitalismo através da irradiação dos padrões emanados pela Europa e EUA. A consequência foi a estruturação de um “capitalismo selvagem”, baseado numa dupla articulação: o superprivilegiamento das classes dominantes nativas e a drenagem de excedente econômico pelos centros metropolitanos.

O conceito de “autocracia burguesa” que decorre dessa dupla articulação se assemelha ao de bonapartismo *sui generis*. A exclusão dos trabalhadores e “despossuídos” da vida política, social, econômica e cultural, essa permanente marginalização das grandes massas da população latino-americana, se reproduz num quadro de concentração de riqueza, poder e prestígio social. Essa exclusão é uma das razões pelas quais a “Revolução Burguesa em atraso” – um tipo de “revolução” que separa a revolução econômica da revolução política e também da revolução nacional – na América Latina possui uma natureza tão precária. Mas Fernandes não se detém no reverso da medalha, tocando-a só de passagem. A saber: a condição de instabilidade sociopolítica das burguesias locais eventualmente as obriga a se apoiar sobre as massas populares, com a finalidade de negociar melhores condições de existência com o imperialismo. No curso dessas manobras, os estratos dominantes podem realizar concessões aos trabalhadores, sem abrir mão do poder político. Com efeito, o autor assinala que a burguesia latino-americana “se vê impelida a criar um espaço político seguro, seja para enfrentar e debelar a pressão de baixo para cima [...], seja para ter base política de barganha e de auto-proteção nas relações com as nações capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1995, p. 134) Mas esse não é o conteúdo de “autocracia burguesa” que sobressai em *A Revolução Burguesa no Brasil*, obra de fôlego em que o sociólogo se debruça mais detidamente sobre o conceito. Também não se pode argumentar que a ideia de

“democracia de cooptação” corresponda ao bonapartismo “de esquerda”, já que essa cooptação se dá pela via da corrupção de classe, e não de sua mobilização.

A “autocracia burguesa” enfocada pelo autor corresponderia, dentro de um marco conceitual trotskista, ao bonapartismo *sui generis* “de direita”. Nessa direção, Fernandes e Trotsky possuem uma grande convergência, ao classificar a burguesia latino-americana como politicamente conservadora – frente ao pretenso papel “progressista” atribuído a ela tanto pelo stalinismo quanto pelo nacionalismo burguês. Vale lembrar que essa conclusão também prevalece nos escritos da LCI brasileira.

Para que uns floresçam, outros crescem atrofiadamente. As burguesias dos países capitalistas atrofiados (ou subdesenvolvidos) defrontaram-se com os riscos da revolução nacional em verdadeiro estado de pânico, como se ela fosse uma catástrofe social. Como não podiam impedi-la (isso é impossível sob o capitalismo), movimentaram-se dentro da obscura selva da razão do “mundo moderno”, convertendo a dominação burguesa em si mesma numa força social totalitária e o Estado nacional em instrumento político institucionalizado dessa força. (FERNANDES, 1995, p. 126)

Acrescente-se que os bloqueios típicos da “autocracia burguesa”, que impedem a expressão sociopolítica do proletariado e do povo pobre nas esferas institucionais, introduzem um elemento de radicalização extra-institucional e extra-parlamentar latente, que eclode nos momentos de crise. A “exclusão”, em todos os sentidos, das classes trabalhadoras, é um pré-requisito e ao mesmo tempo uma ameaça perene ao tipo de capitalismo existente na América Latina. Ao afirmar que a “dupla articulação” da economia brasileira determina um modelo de “Revolução Burguesa” em que a dominação da burguesia e as transformações capitalistas são mediadas por uma forma política “autocrática”, o autor conduz ao entendimento de que a mentalidade burguesa é condicionada por um padrão essencialmente conservador. Assim, reivindicações liberais incorporadas pelas burguesias dos países centrais só são utilizadas por nossa burguesia como instrumentos de barganha, dentro de limites particularistas e egoísticos. Por isso, mesmo as chamadas “revoluções dentro da ordem” são vistas pelas classes dominantes locais como extremamente perigosas – e aqui há uma correspondência flagrante com a teoria da revolução permanente.

“Revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem” são conceitos idênticos aos de programa mínimo e programa máximo, com o primeiro correspondendo às mudanças de ordem democrática (reformista) e o segundo se referindo às transformações estruturais que levam a um novo padrão de sociabilidade, qualitativamente distinto do anterior. Entre esses

dois momentos, há um fio de continuidade. Mas uma leitura equivocada das ideias fernandianas pode dar vazão a uma interpretação ambígua. Esses dois momentos – a “revolução dentro da ordem” e a “revolução contra a ordem” – eventualmente podem deixar de constituir uma totalidade para serem vistos como categorias estanques, sem articulação entre si.

De fato, ao tratar da Independência, o autor assume que esta foi uma “revolução dentro da ordem”, que apenas reorientou o fluxo da renda, sem combater o caráter heteronômico da economia brasileira. Já quando analisa as repercussões das lutas operárias contra a ditadura empresarial-militar, e diante da incapacidade da burguesia em absorver esses avanços, Fernandes resume o caráter parcial desse processo político particular, que ocorre “dentro da ordem”:

[...] o proletariado vê-se compelido a sustentar as posições ganhas com sacrifícios extremos, por assim dizer arriscando tudo para livrar-se, coletivamente, de um retrocesso e das tenazes da repressão, que buscam atrofiar sua capacidade de lutar por sua emancipação de classe [...]. Em suma, no pólo operário a “revolução secundária” da burguesia é refugada, sendo posto em seu lugar um processo alternativo de revolução dentro da ordem, fundado nos interesses de classe dos trabalhadores e da imensa maioria dos oprimidos [...]. (FERNANDES, 1995. P. 172)

Mas o que é possível na perspectiva das classes dominantes não o é para os trabalhadores e os “despossuídos”. Para estes últimos, a conquista de reivindicações parciais, mínimas que sejam, assume a forma de uma luta encarniçada contra as estruturas de poder que engessam o conjunto da formação social brasileira. Isso implica que, no limite, só uma autêntica “revolução contra a ordem” pode ir até as últimas consequências na realização de reformas democráticas e de cunho nacional-libertador. Isto porque no Brasil e nos demais países industriais da América Latina,

As classes operárias servem definitivamente de pão ao agravamento insolúvel da crise do poder burguês. Enquanto os estratos radicais da burguesia e da pequena burguesia se compõem com a ordem, satisfazendo-se com os compromissos do “gradualismo democrático”, os setores mais firmes e decididos da classe operária e seus órgãos de luta política rompem frontalmente com a ditadura e combatem a recomposição do poder, com todas as suas forças. [...] A ordem existente nada tem a oferecer. Instabilizá-la é o primeiro passo para leva-la à derrocada, o ponto de partida da revolução dos oprimidos nas áreas nas quais o capitalismo nasceu, cresceu e atingiu sua maturidade vinculando o capital a várias formas mascaradas de colonialismo.

...Depois que consegue completar o ciclo de sua transformação em classe em si mesma, a classe operária converte-se no fator principal da alteração da ordem, e o faria em sentido capitalista, se o capitalismo tivesse para elas, de fato, “uma face humana”. A obstinada resistência da burguesia nacional e estrangeira, em conjunto, não deixa alternativa. A “revolução dentro da ordem” se articula e se confunde com a “revolução contra a ordem”. [...] Os que sempre foram tratados como “inimigos da ordem” e sempre foram excluídos da sociedade civil só acham uma saída: construir uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligue a revolução nacional-democrática e anti-imperialista à emergência e à vitória do socialismo. (FERNANDES, 1995, pp. 173-4)

Essa Revolução Latino-americana começa com o ato de “revolucionar a velha sociedade em sentido especificamente capitalista e burguês” (Ibid., p. 178), mas aí não estaciona. Trata-se de impor as liberdades democráticas negadas pela burguesia, e de modo algum “significa que o trabalhador assalariado se moveu (ou foi movido) da posição de coveiro para a de parteiro do capitalismo difícil” (Ibid., p. 179). Para Fernandes, “uma revolução democrática autêntica [...] *dentro do capitalismo*, exige uma ruptura antiimperialista” (Id., 1980, p. 168. Itálicos do autor), enquanto a “expansão da democracia traz consigo ondas sucessivas de reformas anticapitalistas e, no ápice, a transição para o socialismo” (Ibid., p. 170).

Essa perspectiva “permanentista” destoa de maneira radical da separação mecânica entre os dois momentos da revolução (“dentro” e “fora da ordem”) que fundamentou a estratégia “democrático-popular” do PT desde 1986. Embora guarde uma semelhança formal com os conceitos de Florestan Fernandes, na verdade a programática petista estabelece um *crivo etapista* entre os dois momentos da revolução. Se para Fernandes,

[...] a “Revolução Democrática” era pensada como um continuum, em que o “dentro” e o “contra” a ordem na sua concomitância se confundem na construção da revolução socialista, agora a concepção apreendida de *acumulação de forças* pelo PT se interpõe entre os dois momentos, impondo-lhes um destaque quase exclusivo à etapa “dentro da ordem”. Deste modo, o desenvolver da programática petista – desde o seu nascedouro – já demonstrava dificuldades na compreensão da relação entre tática e estratégia, supervalorizando a primeira em detrimento da segunda. (MARQUES, 2015, p. 187. Itálicos da autora)

Assim, enquanto para Fernandes a ideia de “acumulação de forças” constituía um expediente de ordem tática no contexto de uma estratégia “permanentista”, o programa histórico do PT conferia a essa ideia um conteúdo estratégico de acordo com o princípio

frente-populista da colaboração de classes. Apesar de ter militado e ajudado a construir o PT durante anos, o sentido de revolução defendido por Florestan Fernandes afasta-se resolutamente do programa “democrático-popular” petista, estando muito mais próximo das ideias de revolução permanente e do *Programa de Transição*.

### **Considerações finais**

Na introdução deste trabalho, falou-se da crise que assola o pensamento de esquerda no Brasil e de como essa crise está ligada ao fim do ciclo pautado pela estratégia petista nos movimentos sociais e partidos que têm origem na classe trabalhadora. Entre os fatores que explicam o transformismo do projeto “democrático-popular”, foi citado o colapso dos antigos Estados operários e o revisionismo daí decorrente. Faz-se necessário refletir um pouco sobre essa caracterização. Na verdade, não só o transformismo que sofreu, mas também a hegemonia que a estratégia petista adquiriu e o quase monopólio de que gozou nos últimos três decênios refletem um processo mais de fundo, que diz respeito não apenas à realidade brasileira. A crise da esquerda brasileira é um desdobramento da crise da esquerda mundial; e esta, por sua vez, deita raízes nos principais acontecimentos da luta de classes das últimas décadas, dos quais se destaca a restauração capitalista na antiga União Soviética e leste da Europa. Como os autores estudados podem auxiliar na compreensão dessa realidade? Aqui pretende-se arriscar algumas hipóteses sobre o assunto.

George Novack sintetiza a ideia de reversões históricas e explica como as formas mais avançadas de desenvolvimento social podem restaurar elementos historicamente reacionários. O autor cita a colonização americana, onde o progressista capital comercial europeu ressuscitou a escravidão, que se encontrava praticamente extinta no mundo ocidental. Mas apesar da barbárie da colonização e da exploração colonial europeia, esse acontecimento contribuiu para a estruturação do moderno mercado mundial e para a emergência de um novo padrão civilizatório, que deixou para trás a estagnação medieval; e, com o tempo, as contradições criadas pelo sistema produziram revoluções de libertação nacional que acabaram dando origem a uma constelação de novas nações americanas, o que constituiu um avanço real e significativo em relação ao antigo estatuto colonial. Assim, no quadro geral de expansão do capitalismo mundial, que cumpria naquela época um papel extremamente progressivo, o efeito geral daquela reversão histórica não foi uma derrocada absoluta.

Porém, o caráter progressista do capitalismo foi paulatinamente se transformando em seu contrário, processo que deu um salto qualitativo com a passagem da livre concorrência à era dos monopólios. Em 1914 a humanidade sofreu o primeiro grande choque causado pelos limites estruturais da expansão imperialista, quando as potências decidiram resolver pelas armas a questão da partilha do mundo. Em 1939 um conflito de proporções ainda maiores revelou que o Tratado de Versalhes era tão frágil quanto uma casca de ovo. O mundo de hoje se encontra completamente dominado pelas multinacionais e pelo capital financeiro, domínio plenamente assegurado pela força bélica da superpotência norte-americana. O

desenvolvimento do sistema não conta mais com o recurso da conquista de mercados intocados ou com a descoberta de novos territórios. O que o capitalismo efetivamente faz com suas crises é deslocá-las no tempo e no espaço, já que é impossível simplesmente se livrar delas. As consequências sociais, econômicas, políticas e ecológicas desse fato são bastante conhecidas. Nesses marcos, os efeitos de uma reversão histórica de grandes proporções não podem ser relativizados.

Nesse sentido, cabe precisar os efeitos sociais, econômicos, políticos e ideológicos da dissolução da União Soviética e da restauração do capitalismo nos antigos Estados operários. A esquerda brasileira e mundial está em débito com a classe trabalhadora por ainda não ter feito o balanço definitivo do que foram aquelas experiências de transição ao socialismo e das repercussões de seu fracasso. Recuperar a análise de Trotsky sobre a natureza do Estado soviético é um primeiro passo nesse sentido, mas ainda insuficiente. Afinal, seu prognóstico tinha a limitação de lançar uma disjuntiva – revolução política contra a burocracia ou restauração do capitalismo –, não chegando a desenvolver a linha que os revolucionários deveriam adotar no dia seguinte, caso a segunda hipótese se confirmasse.

Do ponto de vista econômico, a restauração capitalista nos antigos Estados operários teve como resultado uma retração da atividade produtiva similar à de uma guerra, em uma área correspondente a 1/3 do território do globo. Politicamente, seus efeitos foram a hegemonia dos EUA, a recolonização do leste europeu, os conflitos étnicos, as guerras de rapina e outros tantos desastres (HERNÁNDEZ, 2015). Mas talvez o efeito mais perverso desse processo tenha sido o ideológico. A União Soviética não era nenhum "paraíso socialista", mas sim um país saturado de contradições. Sua natureza transitória entre capitalismo e socialismo combinava economia planificada e regras burguesas de distribuição do produto, definidas por uma burocracia corrupta. Mesmo assim, foi o único país a realizar o salto da Idade Média à conquista do cosmos em um período de quatro décadas; e partindo de uma população camponesa, esfomeada e ignorante, tornou-se a segunda potência industrial do planeta, resolvendo o problema da terra, da fome e do analfabetismo. No nebuloso imaginário popular, olhar para o país dos *soviets* era olhar para o futuro.

Mas o que acontece quando o futuro deixa de existir? As massas só conseguem suportar sua existência de escravos em função das promessas do amanhã. Na ausência do futuro, voltam seus olhos para o passado. Fazem isso porque o presente é insuportável. A nostalgia de um “passado glorioso” (por mais bárbaro que tenha sido em termos concretos, seja fascista ou stalinista) parece melhor que as iniquidades de uma vida sem perspectivas. É o escapismo dos desesperados.

Para a esquerda mundial, as repercussões do fim do sistema soviético foram ainda mais avassaladoras. Procedeu-se a um revisionismo sem princípios e ao abandono do marxismo como método de interpretação da realidade e alternativa civilizatória. A esquerda passou a condenar o socialismo, limitando-se à perspectiva de humanizar o capital. As análises de Trotsky sobre o processo de burocratização da União Soviética nos anos 1930 e os prognósticos que este traçou sobre os riscos que o desenvolvimento dessa tendência trariam foram solenemente ignorados. Ironia do destino: muitos dos que no passado qualificavam Trotsky como “anticomunista” por seu combate sem tréguas contra a burocracia soviética, tornaram-se eles próprios anticomunistas depois que a burocracia stalinista deu o golpe de morte na propriedade coletivizada – embora, para se fazer justiça, muitos ex-trotskistas também tenham ido parar no campo da reação.

O capitalismo já abandonou suas antigas promessas de abundância e progresso. A morte da esperança é complementada por formulações irracionais, como a de que nunca houve capitalismo "verdadeiro". Outros ideólogos pedem "mais capitalismo" para resolver os problemas atuais, como um médico que receita cigarros a um paciente com câncer de pulmão. Diante desse quadro, o recrudescimento das ideias de extrema-direita em nossos dias não é um acidente de percurso; é um sintoma – fruto, em grande parte, do rebaixamento estratégico e programático da esquerda. O fim da União Soviética foi uma reversão histórica catastrófica, entre as tantas que povoam a triste história da humanidade. Porém, isso não significa dizer que alternativas não podem ser construídas. De fato, dos anos 1990 para cá, as massas deram provas de abnegação e heroísmo que ultrapassaram largamente as iniciativas da esquerda. Esta permanece desorientada, apostando em fórmulas que se mostraram imprestáveis ao longo da história (a frente popular, o nacionalismo burguês desenvolvimentista, quando não o neoliberalismo puro e simples). Como foi dito na introdução deste trabalho, é preciso voltar aos clássicos. Mas não no sentido contemplativo ou dogmático, e sim no de encontrar entre os grandes teóricos aqueles elementos imprescindíveis para a reconstrução de uma esquerda revolucionária digna das tarefas do século XXI.

E quanto ao Brasil? Neste, o golpe de 2016 veio aprofundar a agonia da esquerda, que acreditou ter encontrado no projeto “democrático-popular” do lulismo um colete salva-vidas frente ao naufrágio do “socialismo real”. Aqui também faz falta um balanço crítico da experiência do PT e de seu fracasso. Não sendo possível desenvolver o tema de maneira adequada nos limites destas considerações finais, resta levantar duas hipóteses sobre o significado dos processos políticos que o Brasil vem experimentando ao longo dos últimos anos.

A primeira é de caráter econômico e social. Combinando as teses de Trotsky, Prado Júnior, Marini e Fernandes, o Brasil é um país de capitalismo periférico, semicolonial, e com fortes traços escravistas e autocráticos em sua dinâmica atual. Sua posição econômica no mercado mundial é marcada pela troca desigual com as potências imperialistas. Isso significa que a relação entre o Brasil e os países avançados cria e reproduz um desenvolvimento combinado entre dois padrões de acumulação qualitativamente distintos, cujo eixo de diferenciação é o grau de exploração do trabalhador. No Brasil, a superexploração fundada no aumento extensivo e intensivo da jornada, além da compressão do mercado interno, como forma de compensar as desvantagens da troca desigual; nos países imperialistas, o incremento tecnológico e conseqüente aumento da produtividade do trabalho, barateando os produtos e liberando parte do fundo de reprodução do trabalhador para a ampliação do mercado interno.

Esse desenvolvimento combinado e desigual possui um equilíbrio instável, que é constantemente rompido (por guerras, crises e revoluções) para ser repostado logo em seguida sobre novas bases. A cada interrupção ou alteração sensível das trocas do mercado mundial, a configuração específica dessa interdependência muda, enquanto se mantém a estrutura geral da relação entre centro e periferia. É o que se vive atualmente. A crise econômica de 2008-9 produziu retração da participação dos países ricos no mercado mundial, acompanhada de um rebaixamento significativo do nível de vida das massas norte-americanas e europeias. Mas a relativa recuperação dos centros imperialistas produziu também o que Trotsky chamaria de "estabilização reversa" (TROTSKY, 2008a): a atividade econômica das metrópoles e o nível de vida das massas atingem hoje um patamar inferior ao do período pré-crise.

Se isso é verdade, o equilíbrio instável fundado na combinação desigual entre centro e periferia deve necessariamente passar por um ajuste. Se o padrão de acumulação capitalista nos países centrais sofreu uma reversão histórica e se deslocou no sentido da mais-valia absoluta, deve-se esperar um deslocamento ainda mais acentuado nos países periféricos. Em outras palavras: a superexploração da força de trabalho nas nações atrasadas tende a se intensificar a níveis de barbárie social. É esse o sentido da crise no Brasil. O ajuste fiscal de Dilma foi aprofundado por Temer. Seu objetivo é destruir o raquítico Estado social brasileiro e reconfigurar as relações entre capital e trabalho, a fim de alcançar um novo equilíbrio para o Brasil num mercado mundial deteriorado pela "estabilização reversa". As reformas de Temer (PEC 55, terceirizações, reforma trabalhista) estão subordinadas a esse fim.

A segunda hipótese tem uma dimensão política, e é o corolário da anterior. O que está em jogo é a implementação de um novo padrão de acumulação capitalista no Brasil. A transição precisa ocorrer no melhor estilo "autocrático" (pois as reformas são altamente

impopulares), de modo que qualquer foco de resistência deve ser sumariamente destruído. Isso inclui desde a alternativa revolucionária até as formas mais moderadas de oposição “dentro da ordem”, por mais toscas, débeis e burocráticas que sejam. Daí a escalada repressiva sobre os movimentos sociais e as modificações legislativas a fim de prejudicar o desempenho eleitoral dos partidos de esquerda. Daí também a criminalização de Lula e do PT.

A crise institucional já não cabe mais nos limites da democracia burguesa. A cada novo episódio da crise, Executivo e Legislativo afundam, enquanto Judiciário e Forças Armadas ganham prestígio. A classe trabalhadora está prostrada. Sofreu derrota atrás de derrota nos últimos anos, enquanto suas direções foram completamente desmoralizadas. Se é verdade que está em curso uma transformação estrutural de proporções tão largas, com o aumento da superexploração dos trabalhadores através das reformas, não está descartada uma mudança pela força do regime político e a imposição de um governo “autocrático”. Estes são requisitos necessários não só para garantir a estabilidade dessa transição, mas também para levá-la até às últimas consequências. Nessa perspectiva, vale meditar nas considerações de Florestan Fernandes sobre a “abertura democrática” e como esta manteve intactas certas instituições e posições de poder herdadas da ditadura empresarial-militar. São essas instituições e posições de poder, dispositivos de segurança sobre o capitalismo periférico no Brasil, que representam hoje a maior ameaça à sua inconsistente democracia burguesa. A contrarrevolução autocrático-burguesa não foi suplantada; foi *absorvida* pelo regime “pseudodemocrático” que a seguiu. No dizer profético do autor:

Qual seria, porém, a diferença de grau entre o regime atual [a ditadura empresarial-militar] e uma *democracia forte*, um Estado de direito *com salvaguardas* etc.? Deixaríamos, por acaso, de sofrer o arbítrio e a opressão das mesmas forças contrarrevolucionárias que estão no poder? Uma transformação desse naipe seria conveniente à reação, que continuaria a agir livre e impunemente e, por sorte, sem qualquer visibilidade negativa! O Estado de direito, temperado pelos atos institucionais “constitucionalizados”, conferiria legitimidade à sua permanência indefinida. Não se trata de lembrar apenas que a emenda seria pior que o soneto. Um regime prolongaria o outro e o pantanal continuaria a engrossar, com o Povo fora da história e a Nação indefesa, como se acha hoje, à mercê de um condomínio de poderosos. (FERNANDES, 1980, pp. 126-7. Itálicos do autor)

Para o marxismo, as leis da sociedade possuem um caráter estritamente tendencial. É impossível definir *a priori* a evolução futura dos acontecimentos no Brasil. Mas é possível, a partir da análise da situação concreta, caracterizar suas tendências de desenvolvimento. É

possível ainda, a partir disso, criar contra-tendências. No entanto e mais uma vez, essa tarefa esbarra nos limites desta dissertação.

## Referências

ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Sundermann, 2011.

LCI. In: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Daines (org). Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933). São Paulo: Brasiliense, 1987.

BAMBIRRA, Vânia. A teoria marxista da transição e a prática socialista. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRANDÃO, Octávio. Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BROUÉ, Pierre. El Partido Bolchevique. Volume I. São Paulo: Sundermann, s. d.a.

\_\_\_\_\_. El Partido Bolchevique. Volume 2. São Paulo: Sundermann, s.d.b.

\_\_\_\_\_. História da Internacional Comunista (1919-1943), Tomo I: a ascensão e a queda. São Paulo: Sundermann, 2007 a.

\_\_\_\_\_. História da Internacional Comunista (1919-1943), Tomo II: da atividade política à atividade policial. São Paulo: Sundermann, 2007b.

\_\_\_\_\_. O movimento trotskista na América Latina até 1940. Cahiers Leon Trotsky. Grenoble: 1982.

CAMPOS, José Roberto. O que é trotskismo. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COGGIOLA, Osvaldo. O trotskismo na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHILCOTE, Ronald. Influências trotskistas sobre a teoria do desenvolvimento da América Latina. Periódicos UFC, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/498/480>>. Último acesso: 08/03/2018.

\_\_\_\_\_. Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração. 1922-1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Obras escolhidas em três tomos. Tomo I. Edições Avante!: Lisboa-Moscovo, 1982.

\_\_\_\_\_. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

HARVEY, David. Para entender O Capital – livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

\_\_\_\_\_. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOBO, Aristides. A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento. In: Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933). São Paulo: Brasiliense, 1987.

LÖWY, Michael. A política do desenvolvimento desigual e combinado: a teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2015.

\_\_\_\_\_. Leon Trótski e “O programa de transição”. Publicado em 07/11/2013.

MANDEL, Ernest. Trotski: um estudo da dinâmica de seu pensamento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARICATO et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

\_\_\_\_\_. Dialéctica de la dependencia. 7ª edição. México, DF: Ediciones Era, 1985.

\_\_\_\_\_. Subdesenvolvimento e revolução. 5ª edição. Lisboa: siglo XXI, 1975.

MARQUES, Morena Gomes. Em busca da Revolução Brasileira: uma análise crítica da Estratégia Democrático-Popular. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MARX, Karl. A questão judaica. São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_. A sagrada família. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política: livro I, volume I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012a.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política: livro I, volume 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012b.

MORENO, Nahuel. As revoluções do século XX. São Paulo: Sundermann, 2003.

\_\_\_\_\_. Teses para atualização do Programa de Transição. São Paulo: CS Editora, 1992.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVACK, George. A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade. São Paulo: Rabisco, 1988.

PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. In: Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933). São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 21ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. História econômica do Brasil. 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

TROTSKY, Leon. A revolução permanente. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2011a.

\_\_\_\_\_. A revolução Traída: o que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Sundermann, 2005.

\_\_\_\_\_. Em defesa do marxismo. São Paulo: Sundermann, 2011b.

\_\_\_\_\_. Escritos Latinoamericanos (Compilación). 2da edición. Buenos Aires, Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones 'Leon Trotsky', 2000.

\_\_\_\_\_. História da Revolução Russa, volume I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. O imperialismo e a crise da economia mundial. São Paulo: Sundermann, 2008a.

\_\_\_\_\_. O programa de transição para a revolução socialista. São Paulo: Sundermann, 2008b.

\_\_\_\_\_. Stalin, o grande organizador de derrotas - A III Internacional depois de Lenin. São Paulo: Sundermann, 2010.